



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Processo de Revisão Anual 2013, no Quadro do Memorando de Entendimento sobre o Apoio Geral ao Orçamento

Avaliação Final do Governo de Moçambique ao Desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em 2012

Maputo, 14 de Maio de 2013

Índice	Pág.
Sumário Executivo	5
1. Introdução e Metodologia	5
1.1. Introdução	7
1.2. Metodologia.....	8
2. Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portfólio.....	10
2.1 Evolução do volume total da ajuda.....	10
2.2 Evolução da Composição do Portfólio	11
2.3 Os recipientes da Ajuda	17
3. Avaliação Quantitativa Global	19
3.1. PAPs sem Membros Associados.....	19
3.2. PAPs com Membros Associados	26
3.3. Classificação dos PAPs	28
3.3.1 Classificação dos PAPs por desempenho	28
3.3.2 Classificação dos PAPs por tamanho	32
4. Avaliação qualitativa do desempenho dos PAPs.....	34
4.1. Assuntos de Atenção Especial e Considerações Gerais	34
4.2. Fundos Comuns	37
4.3. Apreciação do desempenho dos Parceiros ao Nível das Províncias.....	41
4.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs	44

ACRÓNIMOS:

AGO:	Apoio Geral ao Orçamento
APD:	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
AP	Apoio Programático
AT:	Autoridade Tributária
ASAS:	Apoio ao Sector de Agua e Saneamento
CFMP:	Cenário Fiscal de Médio Prazo
CT:	Cooperação Técnica
CUT:	Conta Única do Tesouro
DP:	Declaração de Paris
DFID:	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Reino Unido
FASE:	Fundo de Apoio ao Sector da Educação
FCs:	Fundos Comuns
GdM:	Governo de Moçambique
GFP:	Gestão de Finanças Públicas
IGF:	Inspeção Geral das Finanças
MA:	Membros Associados
MdE:	Memorando de Entendimento
MEO:	Módulo de Elaboração Orçamental
M&A:	Monitoria e Avaliação
MF:	Ministério das Finanças
MPD:	Ministério da Planificação e Desenvolvimento
MTC:	Ministério dos Transportes e Comunicação
N/A:	Não aplicável
N/D:	Não disponível
NU:	Nações Unidas
ODA:	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ODAMOZ:	Base de Dados da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento para Moçambique
OECD:	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
OECD-DAC:	Comité de Assistência ao Desenvolvimento
ONG:	Organizações Não Governamentais
OSC:	Organizações da Sociedade Civil
PAPs:	Parceiros de Apoio Programático
PARP:	Plano de Acção para de Redução da Pobreza
PARPA:	Plano de Acção para a Redução da Pobreza Absoluta
PBA:	Abordagem Baseada em Programas
PD:	Parceiros de Desenvolvimento
PEFA:	Despesa Pública e Responsabilidade Financeira
PNISA:	Plano de investimento do Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário
PNPFD:	Programa Nacional de Plano e Finanças Descentralizados
PQG:	Plano Quinquenal do Governo
PGdB	Parceria Global de Busan para Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento
PRONASAR:	Programma Nacional de Saneamento e Agua Rural
QAD:	Quadro de Avaliação de Desempenho
REPAD:	Rede Provincial de Apoio a Descentralização
RA:	Revisão Anual
REO:	Relatório de Execução Orçamental
SISTAFE:	Sistema de Administração Financeira do Estado

TA:	Tribunal Administrativo
TV:	Tranche Variável
UGBs:	Unidades Gestoras Beneficiárias
UFSA:	Unidade Funcional de Supervisão de Aquisições
UGEA:	Unidade Gestora e Executora de Aquisições
UIPs:	Unidades de Implementação de Projectos Paralelos
USAID:	Agência Americana de Desenvolvimento Internacional

ANEXOS:

Anexo I: PAPs QAD 2012

Anexo II: Avaliações Individuais dos PAPs dos MAs

Anexo III: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs)

Anexo IV: Tabela 1B: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs e Membros associados)

Anexo V: Composição do Portfólio dos PAPs - 2012 em USD

Anexo VI: Composição do Portfólio dos PAPs com membros associados - em 2012 em USD

Anexo VII: Composição do Portfólio dos PAPs com membros associados – Fundos Comuns - em 2012 em USD

Anexo VIII: Harmonização e condicionalismos

Anexo IX: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (valores em USD)

Anexo X: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (em percentagens do valor total desembolsado ao GdM)

Anexo XI: Trabalho conjunto em 2012

Anexo XII: Tabela 7.1: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs) em 2012

Anexo XIII: Impostos em 2012

ANEXO XIV: Questionário de Avaliação dos PAPs

Anexo XV: Questionário de Inquérito sobre o Desempenho dos Parceiros nas Províncias

Sumário Executivo

A presente avaliação relativa ao desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique é parte do exercício de prestação de contas mútua entre o Governo de Moçambique (GdM) e PAPs.

Dando continuidade as avaliações anteriores, em 2012, o GdM e os PAPs elaboraram em conjunto, um novo Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) com as respectivas Notas Técnicas dos Indicadores, com o objectivo de estabelecer indicadores e metas para o exercício de monitoria da eficácia da ajuda.

Com efeito, no novo QAD dos PAPs, 2012-2013, foram introduzidas melhorias para o seu aprimoramento dando ênfase à avaliação dos progressos dos Parceiros relacionados com os seguintes objectivos: (i) Composição do Portofólio; (ii) Previsibilidade & Transparência e (iii) Alinhamento & Harmonização. No entanto, este novo QAD aplicado para a Avaliação do ano 2012 é diferente do QAD aplicado em 2011, dado que foram nele incorporados novos indicadores, facto que torna difícil uma comparação directa dos dois anos. Aliás, sendo este o primeiro ano em que a maioria dos novos indicadores são avaliados, revelou-se oportuno e necessário o aprimoramento da maioria das Notas Técnicas.

A análise da **evolução global da ajuda** aponta que os 21 parceiros (PAPs mais os Membros Associados) incrementaram o volume total de **1,728** mil milhões de USD, em **2011**, para **1,729** mil milhões de USD, em **2012**, correspondente a um incremento percentual de 0,1%. Excluindo os Membros Associados (MAs), o volume total (dos 19 parceiros) incrementou em 108 Milhões de USD, representando um aumento de 9% (2012: 1.264 mil milhões de USD e 2011: 1.156 mil milhões de USD).

Num contexto de crise internacional, este incremento no fluxo de APD, evidencia o alto nível de confiança que os Parceiros ainda depositam no País. De salientar que, regista-se um decréscimo notável da contribuição providenciada pelos Membros Associados, em cerca de 107 Milhões de USD, correspondente a uma redução de 19% do total da ajuda desembolsada, em 2012, pelos PAPs e MAs. Em termos absolutos os MAs desembolsaram em 2011 um total de cerca de 572 milhões de USD para em 2012 reduzir para 465 Milhões de USD.

Com base no QAD, a análise global do desempenho das 23 metas avaliadas em 2012, indica que:

- 22 indicadores não atingiram a meta. De notar que (i) 9 indicadores (Indicadores 1, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22) mantiveram o seu desempenho ou registaram um declínio, o que corresponde a 39% do total das metas; e (ii) os restantes indicadores e as respectivas metas (um total de 13, o que corresponde a 57%), foram alterados ou introduzidos no novo QAD como novos indicadores pelo que não é possível a sua comparação com 2011;
- Nenhum indicador registou progresso;
- 1 Meta (Indicador 6) foi atingida, o que corresponde, somente, a 4% do total das metas.

Assim, com base na informação disponibilizada pelos PAPs e comparando com o exercício do ano anterior, conclui-se que, o desempenho dos PAPs registou um declínio. Os PAPs receberam apenas 9 dos 48 pontos possíveis. Com efeito, em termos percentuais, os PAPs obtiveram um desempenho de 19%, que corresponde a uma redução notável quando

comparado com o ano de 2011, onde obtiveram 53% da pontuação máxima (19 dos 36 pontos possíveis). Importa ressaltar que esta queda pode ser justificada pela introdução de novos indicadores e metas definidas conjuntamente, que poderão ter sido demasiado ambiciosas. Consequentemente, na base na **avaliação quantitativa** medida pelas metas alcançadas e em progresso, o GdM conclui que o desempenho dos PAPs, em 2012, registou um declínio quase total no cumprimento das metas, uma vez que das 23 metas apenas uma foi cumprida.

Este desempenho justifica-se parcialmente pela redução da proporção de Ajuda Programática de 72% em 2011 para 63% em 2012 originada pela notável tendência de retorno à modalidade de Projectos por parte de alguns Parceiros, o que, logo à partida, influenciou o não cumprimento de 5 metas. Outrossim, o não cumprimento das metas relacionados com o número de missões, de PIUs, desembolsos atempados influenciaram sobremaneira o desempenho dos PAPs nesta categoria.

A **avaliação qualitativa** consistiu em três elementos: (i) os progressos relacionados com os Assuntos de Atenção Especial; (ii) a avaliação dos Fundos Comuns e, (iii) o Inquérito sobre a cooperação ao nível das Províncias. Conjugados estes elementos, a Avaliação revelou que o desempenho dos PAPs, em 2012, em termos qualitativos é **Satisfatório**.

Assim, no global, ou seja, conjugando a avaliação quantitativa e a avaliação qualitativa, o GdM considera que, no geral, existe uma base para o contínuo aprimoramento da Parceria.

A presente avaliação procurou também analisar os níveis de alocação da ajuda dos PAPs por Objectivo/Pilar do PARP, tendo constatado que a grande maioria dos recursos são destinados aos sectores ligados ao Desenvolvimento Humano e Social em detrimento dos outros Objectivos/Pilares. Face a esta constatação prevalece o desafio de incrementar o volume de fundos alocados para os sectores produtivos, em particular o Objectivo 2 (da Promoção do Emprego).

Deste modo, com base na avaliação do desempenho dos PAPs e MAs, o GdM, propõe que sejam considerados como assuntos de Atenção Especial para os PAPs os seguintes:

- Aprimorar o assunto de **previsibilidade no âmbito dos compromissos e desembolsos** atempados, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como para os Fundos Comuns;
- Incrementar a proporção de ajuda desembolsada através da Ajuda Programática;
- Incrementar a alocação de recursos para os sectores produtivos.
- Providenciar maior atenção na qualidade da **informação reportada à Base de Dados ODAMOZ** (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- Incrementar o **uso e apoiar o aprimoramento dos sistemas nacionais** (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos;
- Reduzir drasticamente o número de missões recebidas pelo Governo do País, através do incremento das missões conjuntas;
- Reduzir o número de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos;
- Providenciar a **informação consolidada** (Mapa consolidado) ao Governo sobre o desempenho dos PAPs.

1. Introdução e Metodologia

1.1. Introdução

A presente avaliação relativa ao desempenho dos Parceiros de Apoio Programático (PAPs) em Moçambique é um exercício de prestação de contas mútua entre o GdM e PAPs que pela segunda vez é integralmente conduzido pelo GdM¹. Em 2012 o GdM e os PAPs elaboraram em conjunto, um novo Quadro de Avaliação de Desempenho com as respectivas Notas Técnicas dos Indicadores, com o objectivo de estabelecer indicadores e metas para o exercício de monitoria da eficácia da ajuda e monitoria da eficácia da ajuda. No novo Quadro de Avaliação do Desempenho (QAD) dos PAPs 2012-2013 foram introduzidas melhorias para o seu aprimoramento dando ênfase à avaliação dos progressos dos Parceiros relacionados com os seguintes objectivos: (i) Composição do Portfólio; (ii) Previsibilidade & Transparência e (iii) Alinhamento & Harmonização. A inovação no actual QAD dos PAPs, consistiu no facto de que para além dos indicadores gerais, foram definidos indicadores estritamente relacionados com a modalidade do Apoio Geral ao Orçamento, que permitem avaliar apenas os PAPs que providenciam recursos através desta modalidade.

O relatório do desempenho dos PAPs de 2012 à semelhança dos relatórios dos últimos três anos (2009, 2010, 2011), inclui, para além dos 19 PAPs, 2 Membros Associados nomeadamente as Nações Unidas (NU) e os Estados Unidos da América (representado pela USAID). É de destacar que os Membros Associados (MAs) não providenciam o Apoio Geral ao Orçamento do Estado (AGO), sendo o seu apoio ao País canalizado integralmente através de projectos. A avaliação dos PAPs, excluindo os Membros Associados, difere da quando a análise inclui os Membros Associados.

De notar que os MAs participam pela quarta vez neste exercício, e a sua inclusão deve ser percebida num quadro de desafios que passam por: (i) verificar onde é que os MAs se situam no âmbito do processo de harmonização e alinhamento *vis-à-vis* aos PAPs; e (ii) fortalecer o conhecimento sobre o comportamento dos MAs para melhor os enquadrar no processo mútuo de prestação de contas. .

O relatório da avaliação dos PAPs de 2012 tem como fundamento básico o QAD dos PAPs que constitui um mecanismo de operacionalização, por parte dos PAPs, da Declaração de Paris sobre a Eficácia da Ajuda externa e da Parceria Global de Busan para uma Cooperação Eficaz para o Desenvolvimento, não incorpora todos os aspectos, especificidades, áreas e temáticas que podem ser abordados sobre ajuda externa em Moçambique.

¹ A primeira avaliação foi realizada em 2005 por uma equipa composta por Tonny Killick (chefe da equipa), Carlos Castel-Branco e Richard Gester (*T. Killick, C. Castel-Branco and R. Gester. 2005. Perfect Partners? The Performance of Programme Aid Partners in Mozambique 2004*). A segunda avaliação foi realizada em 2006 por uma equipa da Ernst & Young chefiada por Carlos Castel-Branco (*Ernst & Young. 2006. Review of PAP' Performance in 2005 and PAP' QAD Matrix Targets for 2006*). A terceira avaliação foi realizada em 2007 por uma equipa composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Nelsa Massingue e Tonecas Rafael (*C. Castel-Branco (with research support from N.Massingue and T.Rafael, Mozambique Programme Aid Partners Performance Review 2006*). A quarta avaliação foi realizada em 2008 e o relatório foi elaborado por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Carlos Vicente e Nelsa Massingue (*C.Castel- Branco, C.Vicente e N.Massingue 2008*). (*Mozambique Programme Aid Partner Review 2007*). A quinta avaliação foi realizada em 2009 por uma equipa do IESE composta por Carlos Castel-Branco (chefe da equipa), Rogério Ossemame, Nelsa Massingue e Rosimina Ali (*C. Castel-Branco, R. Ossemame, N. Massingue and R. Ali. 2009 (Mozambique Programme Aid Partner Review 2008*). Estes relatórios podem ser descarregados do website dos Parceiros de Ajuda Programática www.pap.org.mz; a sexta avaliação foi realizada em 2010 por uma equipa do MPD e da KPMG, (QAD dos PAPs 2009). A sétima avaliação foi realizada em 2011 pela equipa do MPD, (QAD dos PAPs 2010). A oitava avaliação foi realizada em 2012 pela equipa do MPD, (QAD dos PAPs 2011). A nona avaliação foi realizada em 2013 pela equipa do MPD, (QAD dos PAPs 2012). Estes relatórios podem ser descarregados no website do MPD.

O Governo reconhece as limitações desta avaliação dado que a mesma se limita a descrever o desempenho dos compromissos e indicadores do QAD sem aprofundar a avaliação completa da experiência da ajuda externa em Moçambique ao longo dos últimos anos. Certamente, o relatório irá abordar as partes relevantes da avaliação que incluem uma análise do grupo dos PAPs, com e sem MAs, a análise do desempenho individual dos PAPs, bem como a análise dos Fundos Comuns e das tendências de desempenho dos PAPs, com e sem MAs. O relatório inclui igualmente uma série de anexos com a informação estatística detalhada, usada para a avaliação, sobre o comportamento dos Parceiros .

De referir que a avaliação foi coordenada pelo MPD e o relatório foi elaborado pelo Governo reflectindo portanto o posicionamento do GdM nesta matéria. As outras componentes do relatório explicam a metodologia utilizada e as principais conclusões e recomendações. O Governo em coordenação com os parceiros elaboraram o questionário para as Províncias com vista a aferir a apreciação dos Governos Provinciais sobre o comportamento dos PAPs, de modo que o relatório da avaliação dos PAPs seja mais abrangente. De referir que o alcance analítico do inquérito sobre o desempenho dos parceiros feito nas Províncias pode ser considerado fiável uma vez que 10 das 11 províncias responderam ao questionário submetido.

1.2. Metodologia

Em termos metodológicos, a presente Avaliação baseiou-se essencialmente na colecta de informação através de um questionário que foi enviado em Dezembro de 2012 aos Parceiros para o devido preenchimento, tendo se estabelecido como data de submissão ao MPD o dia 07 de Fevereiro de 2013.

Para além do questionário quantitativo, os PAPs e os MAs, foram convidados a responder de forma facultativa um Questionário Qualitativo que agrega valor analítico ao presente relatório. O Questionário Quantitativo foi elaborado na base dos indicadores do QAD dos PAPs referente ao ano 2012 para além de alguns campos de preenchimento adicionais que permite, ao GdM e aos PAPs, identificar as diferentes áreas e modalidades de aplicação da ajuda externa. O questionário qualitativo contém perguntas de referência que incidem sobre a avaliação da evolução da cooperação, a relação entre GdM e PAPs, e entre os PAPs, em 2012, assim como, a avaliação do desempenho dos PAPs, a identificação e discussão dos desafios para o futuro.

O QAD dos PAPs 2012-2013 foi aprovado na Reunião da Planificação de 2012 e contém 23 indicadores e metas, dos quais os indicadores: (i) **1,2,3 e 4** são **exclusivamente relacionados com o AGO**; (ii) **5 – Composição do Portfolio**; (iii) **6, 7, 8, 9, 10, 12, 13 e 14 – Previsibilidade e Transparência**; e (iv) **15, 16, 18, 19, 20, 21, 22 e 23 – Harmonização e Alinhamento**.

No decorrer do processo, realizou-se no dia 25 de Janeiro de 2013, no Ministério da Planificação e Desenvolvimento, uma sessão técnica na qual foram convidados os PAPs e MAs para se esclarecer algumas dúvidas sobre o preenchimento do questionário. Realizou-se outra sessão no dia 25 de Março de 2013, para clarificar algumas discrepâncias dos resultados preliminares.

Após a recepção dos questionários e a consolidação dos dados, foram realizadas (5) entrevistas individuais com os membros da TROIKA + (Dinamarca, Canadá, Banco Mundial, Itália e União Europeia).

O relatório de 2012 inclui ainda uma análise dos Fundos Comuns (FCs), dada a importância do volume da ajuda canalizada aos 13 Fundos Comuns (19% da ajuda ao GdM em 2012), bem como o número de Sectores e Agências de Desenvolvimento envolvidas.

Pela primeira vez, o relatório inclui uma análise sobre a eficácia da Ajuda ao nível das Províncias. Foi desenvolvido um questionário para as representantes das Direcções Provinciais do Plano e Finanças (DPPF) que se encontra em anexo 10 que contem perguntas chaves relacionados com comportamento dos Parceiros ao nível das Províncias.

A análise dos FCs e o inquérito às Províncias, visaram conferir á avaliação algum pendor qualitativo, que vá para além da mera análise numérica dos fluxos de ajuda.

Os Termos de Referência da Revisão Anual 2013 solicitaram também que os Grupos Temáticos reportassem o desempenho dos Parceiros nas suas respectivas Áreas Temáticas.

De referir que, todos os valores apresentados neste documento são expressos em Dólares Americanos (USD) e foram aplicadas as taxas de câmbio médias de 2012, facultadas pelo Banco de Moçambique².

² As taxas de câmbio aplicadas são: Dólar Canadiano: 1.00; Franco Suíço: 0.94, Coroa Dinamarquesa: 5.78, Coroa Sueca: 6.77 e Euro: 0.78

2. Evolução do Volume da Ajuda e a Composição do Portfólio

2.1 Evolução do volume total da ajuda

As evoluções individuais do volume da ajuda dos PAPs segundo o volume total de ajuda desembolsada em 2012, estão representadas a seguir na tabela 1 e Gráfico 1.

A análise da **evolução global da ajuda** aponta que os 21 parceiros (PAPs mais os Membros Associados) aumentaram o volume de desembolsos de **1,728** mil milhões de USD, em **2011**, para **1,729** mil milhões de USD, em **2012**, correspondente a um incremento percentual de 0,1%.

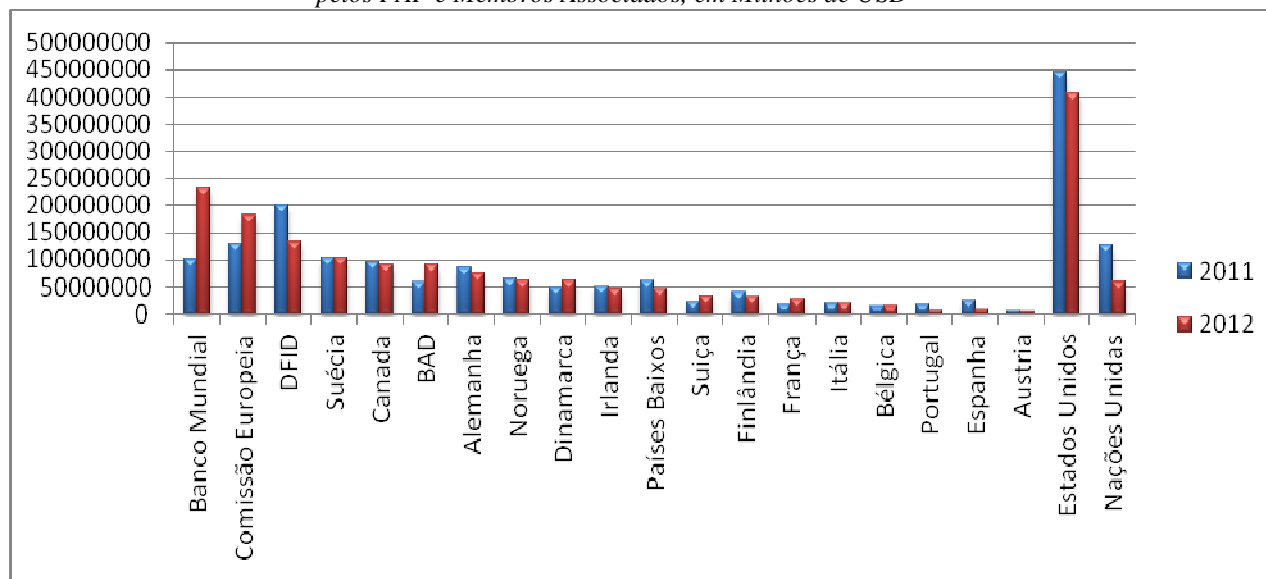
Excluindo os Membros Associados (MAs), o volume total de APD (dos 19 parceiros) incrementou em 108 Milhões de USD, representando um aumento de 9% (de 1.264 mil milhões de USD em 2012 para 1.156 mil milhões de USD em 2011). Num contexto de crise internacional, este incremento no fluxo de APD, evidencia o alto nível de confiança que os Parceiros ainda depositam no País. No entanto, importa salientar que, regista-se um notável decréscimo da contribuição providenciada pelos Membros Associados, em cerca de 107 Milhões de USD, correspondente a uma redução de 19% do total da ajuda desembolsada em 2012 pelos PAPs e MAs. Em termos absolutos os MAs desembolsaram em 2011 um total de cerca de 572 milhões de USD para em 2012 reduzir para 465 Milhões de USD.

Tabela 1: Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique 2011 - 2012 dos PAPs e Membros Associados – em Milhões de USD

PAP	Nr.	Volume total 2011	%	Volume Total 2012	Variação	%
Banco Mundial	1	101,379,300	6%	231,740,253	130,360,953	129%
Comissão Europeia	2	128,419,479	7%	181,238,522	52,819,043	41%
DFID	3	200,126,579	12%	131,834,915	-68,291,664	-34%
Suécia	4	104,186,944	6%	102,662,006	-1,524,938	-1%
Canada	5	96,152,363	6%	91,094,404	-5,057,959	-5%
BAD	6	57,987,668	3%	89,399,171	31,411,503	54%
Alemanha	7	84,938,721	5%	74,450,193	-10,488,528	-12%
Noruega	8	64,890,710	4%	61,526,340	-3,364,370	-5%
Dinamarca	9	47,982,802	3%	61,125,293	13,142,491	27%
Irlanda	10	50,133,300	3%	47,115,306	-3,017,995	-6%
Países Baixos	11	60,616,666	4%	45,416,657	-15,200,009	-25%
Suiça	12	23,044,945	1%	33,855,602	10,810,657	47%
Finlândia	13	40,144,411	2%	31,515,154	-8,629,257	-21%
França	14	17,510,091	1%	26,280,641	8,770,550	50%
Itália	15	18,423,865	1%	20,111,201	1,687,336	9%
Bélgica	16	13,516,414	1%	13,761,985	245,571	2%
Portugal	19	16,658,356	1%	7,659,691	-8,998,665	-54%
Espanha	17	24,765,832	1%	8,643,083	-16,122,749	-65%
Áustria	18	5,528,157	0%	5,334,146	-194,011	-4%
Total G19		1,156,406,602	67%	1,264,764,563	108,357,961	9%
Estados Unidos	20	445,524,859	26%	406,549,211	-38,975,648	-9%
Nações Unidas	21	126,532,847	7%	58,680,573	-67,852,274	-54%
Total MA		572,057,706	33%	465,229,784	-106,827,922	-19%

Total G19+MA	1,728,464,308	1,729,994,347	1,530,038	0.1%
---------------------	----------------------	----------------------	------------------	-------------

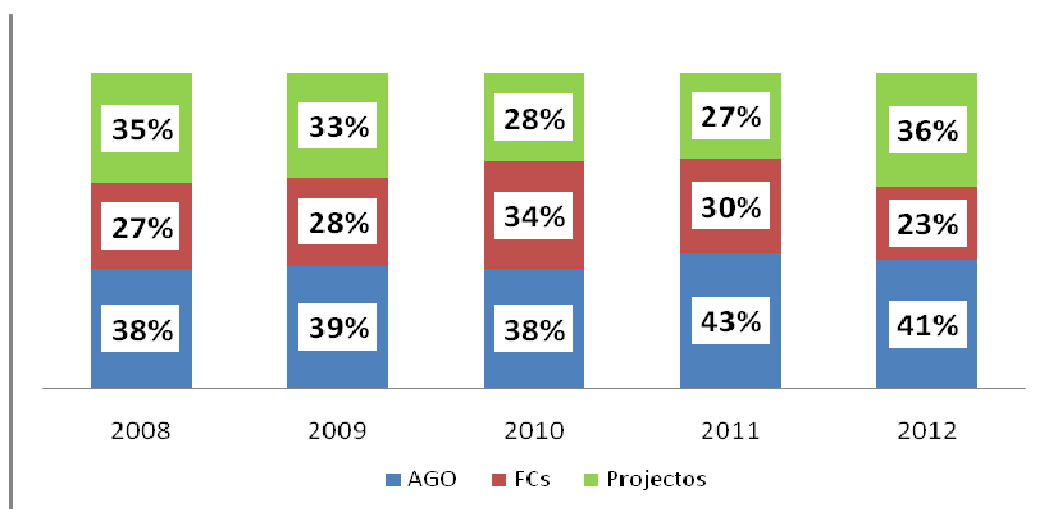
Gráfico 1 - Comparação do Volume de Ajuda Total desembolsada a Moçambique no período de 2011 - 2012 pelos PAP e Membros Associados, em Milhões de USD



2.2 Evolução da Composição do Portfólio (AGO, FC e Projectos)

No que concerne a **composição do portfólio dos 19 PAPs**, conforme ilustrado no Gráfico 2, registou-se uma ligeira mudança em 2012, tendo em conta que a percentagem da ajuda para o GdM que é desembolsada através de **AGO** diminuiu quando comparado com 2011, (43%, contra 41%, em 2012). O volume da ajuda destinada aos **Programas Sectoriais** decresceu de 30%, em 2011, para 23%, em 2012. Por outro lado, o volume da ajuda ao GdM desembolsada através dos **Projectos** aumentou de 27%, em 2011, para 36% em 2012. Assim, o volume de desembolsos registados na modalidade de projectos superou os desembolsos dos Programas Sectoriais, contrariando a tendência dos anos 2010 e 2011.

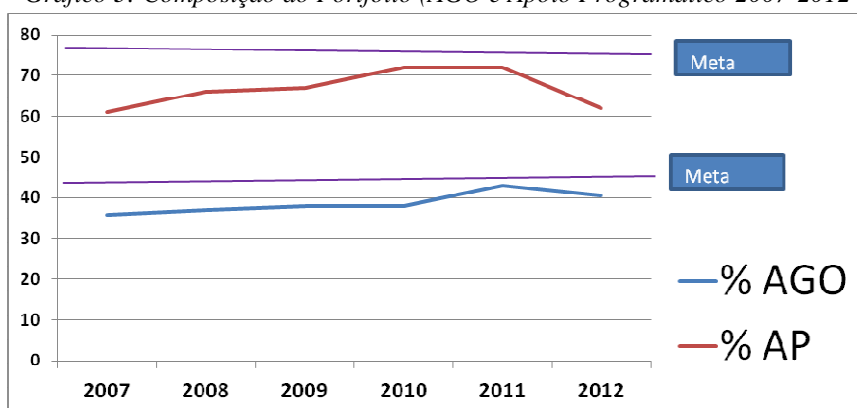
Gráfico 2: Composição do Portfólio da Ajuda Desembolsada ao Governo (apenas PAPs)



Por sua vez, o gráfico 3 revela um cenário que pode ser prenúncio de uma gradual mudança no comportamento dos fluxos de APD ao Governo em Moçambique. Constatase que ao longo do último quinquénio, a proporção de AGO e AP sobre o total de APD desembolsada ao Governo, teve uma evolução tendencialmente crescente. Entretanto, em 2012 regista-se pela primeira vez uma redução da proporção de ambas modalidades.

Note-se porém que não obstante o crescente retorno da retórica apologista da modalidade de “Projectos”, os dados individuais de alguns parceiros e as entrevistas com os membros da TROIKA +, permitiram-nos concluir haver indicações de que uma parte dos parceiros está decididamente apostada no reforço dos sistemas nacionais na base da canalização dos seus recursos através dos mesmos.

Gráfico 3: Composição do Portfólio (AGO e Apoio Programático 2007-2012)



A tabela 2 apresenta a diferença entre os valores comprometidos e desembolsados para as modalidades de AGO e Fundos Comuns. Assim, a diferença entre os valores comprometidos e desembolsados do Apoio Geral ao Orçamento é de 37% e para os Fundos Comuns o valor desembolsado superou o comprometido em 20%. Mas importa destacar que trata-se de uma diferença nominal justificada maioritariamente pela flutuação da taxa de câmbio no espaço de tempo entre o anúncio de compromissos e de desembolsos. Portanto, aplicando a mesma taxa de câmbio (para os compromissos e desembolsos) no cálculo do indicador 6, a diferença torna-se marginal.

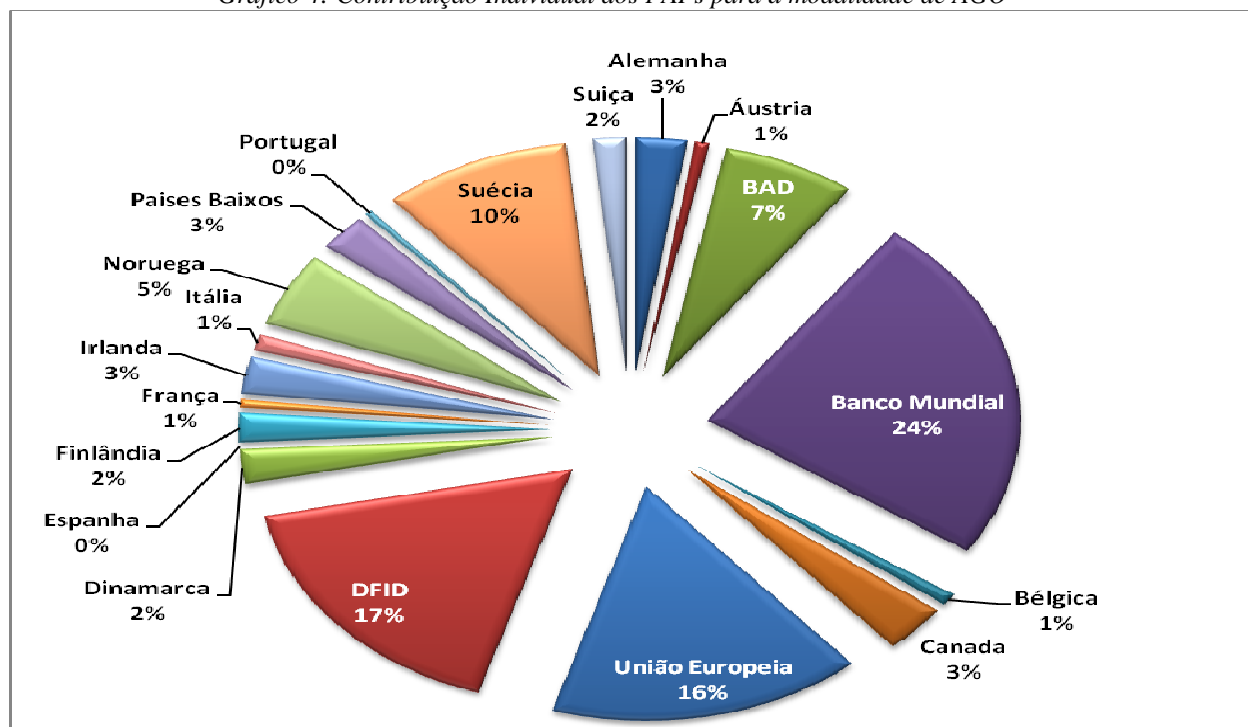
Tabela 2 – Comparação do Volume Total de Ajuda (desembolsada) a Moçambique em 2012 dos PAPs e Membros Associados – em Milhões de USD

	Comprometido	Desembolsado	Diferença	%
AGO	327,022,265	449,329,423	122,307,158	37%
FCs	210,474,118	248,576,030	38,101,912	20%
Total	537,496,383	697,905,453	160,409,070	31%

* **Nota:** O valor dos compromissos constitui o valor anunciado durante a Revisão Anual de 2012, com a taxa de câmbio aplicada para o anúncio dos compromissos em 2011. Os desembolsos estão reflectidos com a taxa de câmbio médio de 2012, tal como indicado no capítulo da metodologia.

No gráfico abaixo (graf. 4), podemos ver de forma ilustrativa a contribuição individual de cada PAP para os cerca de 450 milhões de USD desembolsados pelo grupo em AGO.

Gráfico 4: Contribuição Individual dos PAPs para a modalidade de AGO



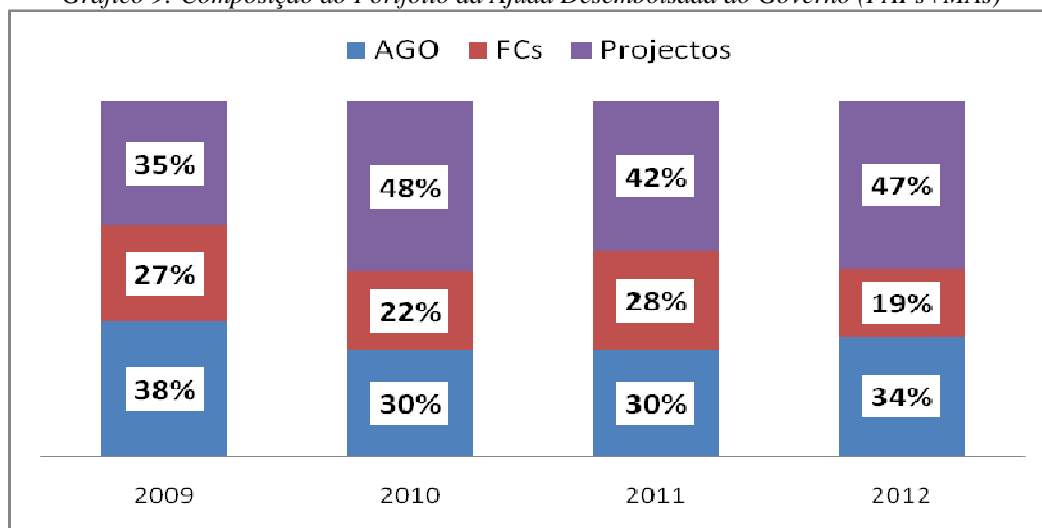
Desta forma, destacam-se como os 5 maiores contribuintes para o AGO: o Banco Mundial (24%), o DFID (17%), a União Europeia (16%), a Suécia (10%) e o BAD (7%).

Já para a modalidade de Fundos Comuns, os PAPs desembolsaram cerca de 248 Milhões de USD, cuja desagregação por sector beneficiário está ilustrada no gráfico 5. Conforme se pode depreender, a maioria dos recursos são canalizados a dois Fundos Comuns, nomeadamente o FASE (Educação) e o PROSAUDE, totalizando 65% (com 33 e 32% respectivamente) seguidos do PRISE com 8%. Estes níveis de injeção financeira no sector da Educação, na Saúde e infra-estruturas rodoviárias, revelam em parte, um notável esforço do alinhamento dos parceiros com Governo sobre os sectores prioritários.

Entretanto, a conjuntura actual do País impõem crescentes desafios de reforço aos sectores produtivos através de apoio institucional. Portanto, urge repensar-se nos volumes de financiamento a este segmento que continua relativamente negligenciado pelas opções dos PAPs. Exemplo disso é o caso do Fundo Comum para Agricultura (PROAGRI), com detém apenas 2% do total de desembolsos efectuados nesta modalidade.

Com a inclusão dos **Membros Associados** (Gráfico 4), a **composição do portfólio** do grupo, muda significativamente, sendo 47% da ajuda total destinada para Projectos, 19% para Programas Sectoriais e 34% em AGO conforme representado no gráfico 3 abaixo. Esta mudança da modalidade preferencial de AGO para Projectos explica-se pelo facto dos Membros Associados usarem maioritariamente a modalidade de projectos.

Gráfico 9: Composição do Portfólio da Ajuda Desembolsada ao Governo (PAPs+MAAs)



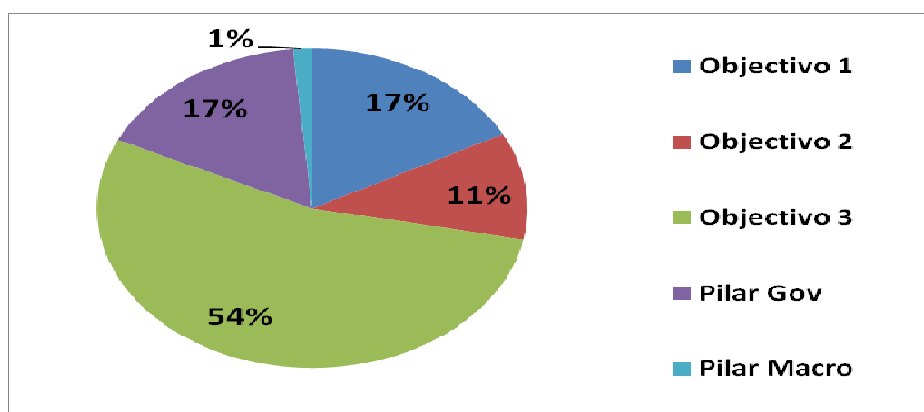
A avaliação procurou também analisar os níveis de alocação da ajuda dos PAPs por Objectivo/Pilar do PARP conforme ilustrado na tabela 3 e gráfico 9. Este exercício torna-se um tanto complexo se assumirmos que há sectores que se caracterizam sobretudo pela sua “transversalidade”, como é o caso das Infra-estruturas. Metodologicamente, a alternativa foi subdividir o total de fundos desembolsados para a área de infra-estruturas pelos três Objectivos, uma vez que, os investimentos relacionados com infra-estruturas (maioritariamente estradas), geram efeitos propulsores directos ou indirectos sobre os três Objectivos. A análise da alocação do AGO pelos Objectivos e Pilares do PARP, foi feita na base dos dados do REO 2012 sobre a execução orçamental para os sectores prioritários tal como indicado no Gráfico 6, REO – 2012 (capítulo da Despesa dos Sectores Prioritários).

A conclusão a que se chegou, é consistente com as ilações tiradas da análise comparativa do peso relativo dos Fundos Comuns: a grande maioria (54%) dos recursos são destinados aos sectores ligados ao Objectivo de Desenvolvimento Humano e Social em detrimento dos sectores produtivos. Portanto, prevalece como um grande desafio o incremento dos fundos alocados a este segmento. Reflexo deste facto é o caso do Objectivo 2 do PARP (da Promoção do Emprego), em que os progressos podem estar ainda a ser condicionados por este cenário.

Tabela 3: Análise de alocação do financiamento dos Fundos Comuns e Projectos nas prioridades do PARP (em USD)

	AGO	%	FCs	%	Projectos	%	Total	%
Objectivo 1	84,716,569	19%	31,077,006	13%	72,970,004	19%	188,763,579	17.3%
Objectivo 2	57,756,804	13%		0%	59,596,451	15%	117,353,255	10.8%
Objectivo 3	229,400,643	51%	182,353,695	73%	176,896,152	45%	588,650,490	54.0%
Pilar Gov	77,464,392	17%	23,954,561	10%	78,446,706	20%	179,865,659	16.5%
Pilar Macro	0		11,190,768	5%	4,520,067	1%	15,710,835	1.4%
Total:	449,329,423	100%	248,576,030	100%	392,429,380	100%	1,090,343,819	100%

Gráfico 10 – Comparação do Volume de Ajuda (desembolsada) por Objectivo/Pilar do PARP

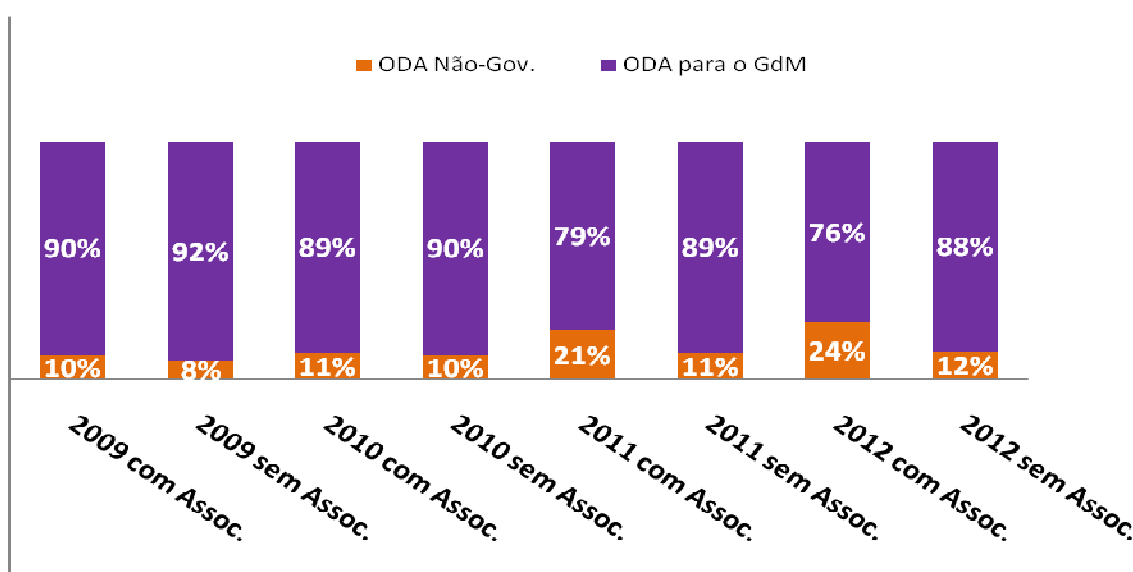


2.3 Os Recipientes da Ajuda

A leitura do gráfico 9, referente aos anos 2009 a 2012, sugere que uma grande maioria dos fluxos financeiros dos PAPs continua ser destinada ao Governo. O volume de Ajuda ao Governo aumentou em 8% dos 1,033,275,427 USD em 2011, para 1,112,418,250 USD em 2012, representando o aumento em termos absolutos de **79,142,823 USD**.

No entanto, graças ao incremento da Ajuda dos MAs (cuja ajuda é maioritariamente canalizada através de actores Não-Governamentais), verifica-se a tendência de incremento gradual da Ajuda para estes actores, facto que pode sinalizar um fortalecimento e consolidação das Organizações Não-Governamentais moçambicanas.

Gráfico 11: Proporção do Volume da Ajuda ao Governo e Entidades Não-Governamentais (2009-2012)



Associados ao gráfico 9 acima, estão os dados facultados pelos PAPs relativos a ajuda providenciada às Organizações Não-Governamentais nacionais e internacionais (resumidamente apresentados na tabela 4 e gráfico 11).

Um dos factos que imediatamente ressalta deste quadro, é que a grande fatia do bolo que os 21 Parceiros (PAPs + MAs) disponibilizam em ajuda destinada a **Entidades Não-Governamentais** (cerca de 81%) é canalizada através das ONGs Internacionais. Nas respostas do Questionário qualitativo, os PAPs informaram que as ONGs Internacionais funcionam amiúde como intermediárias entre as Agencias e as ONGs nacionais.

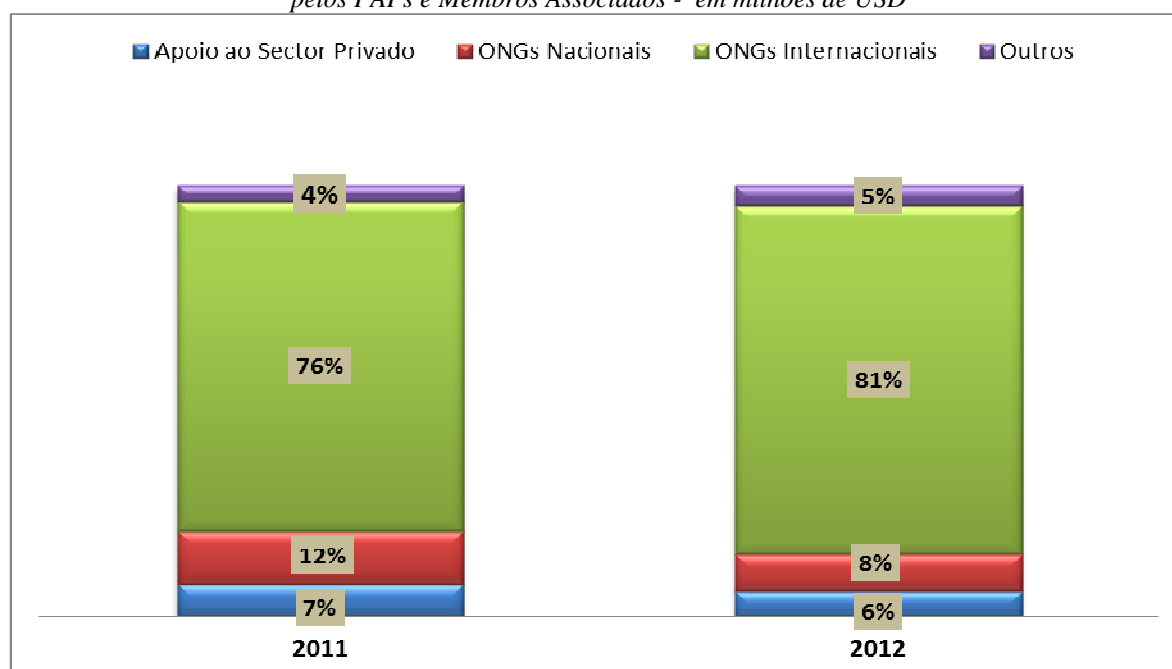
Tabela 4: Comparação do volume de ajuda (desembolsada) a Entidades Não-Governamentais em 2012 pelos PAPs e Membros Associados – em milhões de USD

APD não-Gov.	19 PAPs	%	19 PAPs +Mas	%
Sector privado	24.513.020	16%	24.513.020	6%
ONGs Nacionais	29.481.875	19%	35.529.990	8%
ONGs Internacionais	79.611.822	53%	338.686.904	81%
Outros*	18.015.065	12%	19.590.733	5%
Total:	151.566.528	100%	418.265.393	100%

* Os outros incluem organizações de pesquisa, universidades, etc...

É sobre o segmento da Ajuda Não-governamental pormenorizado pela Tabela 4 e pelo gráfico 10, que incide o peso do maior doador em Moçambique – os E.U.A. Sozinha, a USAID providencia 63% do volume total de Ajuda Não-Governamental. Este é um padrão de canalização de ajuda nitidamente diferente dos padrões preferenciais programáticos aplicados pelos PAPs. De facto, a contribuição dos PAPs para Ajuda não-Governamental, mantém-se relativamente modesta: Suécia (5%), Nações Unidas (4%), DFID (3%), União Europeia (3%), Noruega (3%) e Países Baixos (3%). O gráfico 10 apresenta a disposição da distribuição da ajuda pelas diferentes entidades não-governamentais.

Gráfico 12: Comparação do Volume de Ajuda (desembolsada) a Entidades Não-Governamentais em 2012 pelos PAPs e Membros Associados - em milhões de USD



3. Avaliação Quantitativa Global (com relação ao QAD 2012)

3.1. PAPs sem Membros Associados

Avaliação por componente

No que diz respeito aos indicadores **exclusivamente relacionados com o Apoio Geral ao Orçamento – AGO**, (indicadores 1, 2, 3, 4) cabe destacar que quanto ao **indicador 1**, os PAPs como grupo desembolsaram um total de 40.7 (aproximadamente 41%), em 2012, do portfólio da ajuda total ao GdM através da modalidade de AGO, que tinha como meta de 43%. Quando comparado com o ano de 2011 (43%), houve um ligeiro decréscimo na ordem de 2.6 pontos percentuais.

Quanto ao **indicador 2**, importa mencionar que 47% dos PAPs, ou seja 9 parceiros, desembolsaram atempadamente, o valor comprometido do AGO, contra os 80% estabelecidos como meta para 2012. Quando comparado com o ano de 2011, em que 11 PAPs (63%) cumpriram com a meta, nota-se que houve uma redução de 16 pontos percentuais, significando que mais 3 PAPs não conseguiram cumprir com o calendário dos desembolsos em 2012.

No concernente ao **indicador 3**, referir que 68% dos PAPs reportaram ter programas multianuais com pelo menos 3 anos de validade para a concessão de AGO e só 1 Parceiro (5% do total de PAPs) indicou ter programas multianuais rolantes, contra a meta prevista de 100% e de 22% , em 2012. Quando comparado com 2011 em que esta meta foi cumprida em 89%, constata-se uma acentuada redução de 21 p.p. Esta redução está em parte relacionada com a retirada da Bélgica e da Holanda da modalidade de AGO. Para além disso, a Alemanha, a Austria e Portugal revelaram ter programas com duração inferior a 3 anos. De referir que 1 Parceiro (União Europeia) tem o respectivo acordo bilateral no seu *website* publicamente acessível, facto que constitui uma boa prática no quadro da transparência.

Relativamente ao **indicador 4 sobre a aderência dos PAPs aos condicionalismos comuns de AGO**, importa sublinhar que 16 PAPs cumpriram com a meta estabelecida, traduzindo um cumprimento como grupo de 84%, contra a meta de 100%, em 2012. Quando comparado com o ano de 2011, (96%), registou um decréscimo na ordem de 21 p.p. Note-se que este indicador agrega duas componentes que estavam no QAD anterior desagregados em dois indicadores distintos (**% das PAPs que tem exceções no anexo 10**; e **aderência dos PAPs aos condicionalismos comum**). Quanto ao número de Parceiros vinculados ao anexo 10, os resultados são iguais aos do ano anterior, prevalecendo a Comissão Europeia e o Banco Mundial como os PAPs com exepções documentadas no Anexo 10. No exercício 2012, a Alemanha aplicou um condicionalismo, ao não efectuar o desembolso do valor total para o qual se comprometeu em 2011. No que se refere ao ano em análise (2012), apenas um Parceiro (Espanha), não desembolsou o seu valor comprometido em 2011, por razões ligadas á crise económica e financeira no seu País.

Resumindo sobre a componente de **Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO 2012**, podemos aferir que **nenhum indicador foi cumprido e o desempenho piorou em todos os indicadores. Apenas o indicador 4 sobre a Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO, conforme indicado no MdE, manteve o mesmo desempenho que o ano passado.**

Tabela 5: Avaliação do desempenho dos PAPs - Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO 2012

INDICADORES	Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO			
	1	2	3	4
	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE
Meta Grupo 2012	43%	80%	100% - 22%	100%
Realizado grupo 2012	41%	47% (9 PAPs cumpriram)	86% - 5%	84% (16 PAPs)
Pont. grupo 2012	2	0	1	2
Pont. Maxima	3	3	3	3
Realizado grupo 2011	43%	63% (11 PAPs cumpriram)	89%	95%

No que diz respeito ao princípio da **Composição do portfólio**, monitorado exclusivamente pelo indicador 5 (percentagem de Ajuda Programática no total de APD ao Governo), os PAPs como grupo não conseguiram atingir a fasquia de 75% estabelecida como meta para 2012, tendo decrescido acentuadamente os desembolsos para apoio programático para 63% em 2012 contra 72% atingida em 2011.

No que concerne a **previsibilidade e transparência**, monitoradas pelos indicadores (6 a 14), os PAPs não alcançaram as respectivas metas. Relativamente a **previsibilidade a curto prazo**, indicadores (9 e 12) monitoradas denota-se igualmente que os PAPs não alcançaram as previstas metas e todos indicadores pioraram o seu desempenho.

Relativamente ao indicador 6 (% do desvio médio entre o apoio programático comprometido e o desembolsado), que tenta medir em que medida os PAPs desembolsam os seus compromissos realizados no ano anterior, foi de apenas 3% para o ano de 2012.

Quando aos detalhes deste desvio, observa-se, na tabela 6, os Parceiros que não desembolsaram os valores comprometidos para o Apoio Programático, destaca-se a Espanha que não desembolsou os valores comprometidos para AGO e desembolsou parte do compromisso para o FC PROSAUDE. Ademais o Banco Mundial, a União Europeia a Dinamarca, Finlândia, Itália e a Suécia desembolsaram menos do que foi comprometido para os FCs PROSAUDE, AGRICULTURA e FASE (Educação). Estas reduções foram contrabalançadas por incrementos dos desembolsos para a modalidade de AGO por parte do DFID, Noruega, Países Baixos e Suíça. Os PAPs reconhecem o registo de quedas nos desembolsos aos Fundos Comuns, argumentando que os não desembolsos estiveram ligados aos problemas relacionados com a gestão financeira nos sectores mencionados. No entanto, por causa do impacto dos não desembolsos no desempenho tanto do Governo como dos PAPs, o Governo considera ser pertinente que se repense o congelamento de desembolsos como um mecanismo de penalização.

Tabela 6: Parceiros para os quais houve registo de desvios entre fundos comprometidos e fundos desembolsados para Apoio Programática 2012

	Valor Comprometido	Valor Desembolsado	% do Desvio
Banco Mundial	129,383,951	128,229,570	-1%
União Europeia	91,480,769	79,301,282	-13%
DFID	106,126,984	112,124,582	6%
Dinamarca	26,608,997	23,142,249	-13%
Espanha	15,384,615	1,923,077	-88%
Finlândia	24,320,000	21,760,000	-11%
Itália	12,282,692	7,476,920	-39%
Noruega	32,874,870	37,816,013	15%
Países Baixos	28,557,693	30,320,513	6%
Suécia	52,350,020	50,758,973	-3%
Suiça	9,468,085	13,457,447	42%
TOTAL	724,477,260	701,949,210	-3%

Em relação ao indicador 7, dos compromissos feitos dentro das 4 semanas após a RA, dos 19 PAPs, 13 fizeram os seus compromissos dentro do período o que corresponde a uma realização de 68%. Referir que dos 6 PAPs que não fizeram os seus compromissos, 2 PAPs, nomeadamente a Bélgica e os Países Baixos não o fizeram por terem já anunciado a sua retirada da modalidade de Apoio Geral ao Orçamento. Por sua vez, a Espanha não anunciou os compromissos devido a crise financeira e os restantes 3 (Alemanha, Suíça e Suécia) atrasaram no anúncio dos compromissos para o ano de 2013 devido as negociações dos acordos bilaterais.

O indicador 8 é novo no QAD dos PAPs, e propõem-se a medir o cumprimento do calendário dos desembolsos para os Fundo Comuns. Para 2012 apenas 14% do total de desembolsos programados para os FC foram efectuados **Dentro do Mês** de acordo com a programação mensal dos desembolsos acordada com o Governo.

Tabela 7: Disposição dos Desembolsos dos PAPs aos Fundos Comuns vs Calendário de Desembolsos

Fundo Comuns	Dentro do Mes	Dentro do Trimestre	Fora do Trimestre	Sem calendario	Total
PROSAÚDE	13%	32%	55%		100%
HIV/SIDA-CNCS	20%	0%	80%		100%
INAS	50%	0%	21%	29%	100%
FASE	0%	49%	18%	33%	100%
Tribunal Administrativo	20%		36%	43%	
SISTAFE/CEDSIF	54%		18%	28%	100%
Autoridade Tributária	21%	0%	58%	21%	100%
IGF	0%	0%	100%	0%	100%
PNPFD (Descentralização)	0%	0%	100%	0%	100%
INE	35%	59%	4%	1%	100%
PESCAS				100%	100%
AGRICULTURA/PROAGRI		58%		42%	100%
ASAS		0%	100%	0%	100%
PRONASAR	32%	0%	33%	34%	100%
PRISE	-	-	-	-	

Tabela 8: Disposição dos Desembolsos dos PAPs dos Fundos Comuns vs Calendário de Desembolsos por Parceiro

PAPs	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	NAO	Sem Calendario	
Alemanha	0%	0%	100%	0%	100%
Áustria	0%	100%	0%	0%	100%
Banco Mundial	0%	0%	0%	100%	100%
Bélgica	100%	0%	0%	0%	100%
Canada	1%	2%	91%	6%	100%
União Europeia	0%	0%	14%	86%	100%
DFID	72%	21%	0%	8%	100%
Dinamarca	11%	0%	4%	85%	100%
Espanha	0%	0%	0%	0%	0%
Finlândia	10%	45%	10%	34%	100%
Irlanda	24%	24%	24%	24%	98%
Itália	37%	41%	0%	23%	100%
Noruega	18%	0%	20%	63%	100%
Países Baixos	0%	0%	66%	34%	100%
Portugal	0%	0%	0%	100%	100%
Suécia	0%	0%	16%	84%	100%
Suiça	0%	0%	100%	0%	100%

Em relação ao **indicador 9**, 10 PAPs (correspondente a 53%), tem acordos multianuais maior ou igual a 3 anos sobre FC, 7 PAPs não tem acordos multianuais com validade de pelo menos 3 anos e apenas 2 não aplicam a modalidade dos Fundos Comuns (França e BAD).

Quanto ao **indicador 10** “% do APD do ano *n* dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com APD ao Governo programado para o ano fiscal”, importa referir que 125% do valor programado para 2012 estava inscrito no Orçamento do Estado (OE). Em relação a meta prevista para 2012 (≥ 95 e $\leq 105\%$), o desempenho foi negativo (não contribuiu para a pontuação), o que significa que o desempenho dos PAPs neste indicador reduziu, se comparado com o ano de 2011, em que se situou na ordem dos 99%.

No que diz respeito ao **indicador 11**, cerca de 78% de APD desembolsada foi registada no REO, apresentando-se abaixo da meta ≥ 95 e $\leq 105\%$, o que significa que os PAPs como grupo não alcançaram a meta. Quanto ao ano 2011, a avaliação não foi aplicável dado o indicador não fazia parte do QAD.

No que tange ao **indicador 12** (% das provisões financeiros para os anos *n+1*, 2 e 3 devidamente registada no ODAMOZ) os PAPs conseguiram registar 68% das suas previsões, mantendo se aquém da meta estabelecida para 2012 (≥ 95 e $\leq 105\%$). Tal como o indicador anterior, o indicador 12 foi apenas introduzido em 2012, pelo que a comparação com o desempenho dos PAPs no ano transacto não é exequível. França (com 101%) e a Canada (com 96%) são os únicos Países que conseguiram cumprir a meta.

Quanto ao **indicador 13**, cerca de 68% dos PAPs *incluíram correctamente os seus desembolsos no ODAMOZ*. Ora, este desempenho mantém-se abaixo da meta estabelecida

≥95 e ≤105%, para o ano em causa, 2012. A análise comparativa com o ano 2011 não foi efectuada dado que o indicador não fazia parte do QAD. França (100%), Dinamarca (com 101%) e a Suíça (com 100%) são os únicos Países que conseguiram cumprir a meta.

Outro indicador cujo desempenho esteve aquém da meta é o **indicador 14**, dado que apenas 11 PAPs (58% dos PAPs) enviaram atempadamente a informação consolidada sobre o seu desempenho. Desta forma, pode-se em geral considerar que os PAPs conjuntamente, não submeteram informação relativa ao seu desempenho dentro do prazo estabelecido. Este é um dos indicadores recentemente introduzidos no QAD e que não foi medido em 2011.

Tabela 9: Avaliação do desempenho dos PAPs – previsibilidade 2012

Nr.	Composição do Portfólio	Previsibilidade e Transparência								
		6	7	8	9	10	11	12	13	14
INDICADOR	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	Evolução do valor total de apoio programático (AP) do ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	Desembolsos dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	% das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMOZ	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada
Meta Grupo 2012	75%	< 10%	100%: 3 >90%: 1	50%	80%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤105%	SIM: 1
Realizado grupo 2012	63%	-3%	68%	14%	53%	125%	78%	68%	68%	NAO
Pont. grupo 2012	2	1	0	0	0	1	0			0
Pont. Maxima	4	1	3	3	2	2	1	1	1	1
Realizado grupo 2011	72%	N/A	84%	N/A	N/A	99%	N/A	N/A	N/A	N/A

No que tange ao princípio **Alinhamento e Harmonização**, monitorado pelos indicadores (15 a 23), cabe referir que todas as metas desta componente não foram cumpridas. Contudo, importa igualmente salientar que foram nesta componente introduzidos dois novos indicadores (15 e 21) pelo que não será aplicável a comparação com o ano transacto. Comparando o desempenho dos indicadores relacionados com o uso dos sistemas nacionais (16, 17, 18, 19, 20, 22 e 23) em relação 2011, no geral o desempenho decresceu de forma acentuada. Assim, prevalece como grande desafio a melhoria dos indicadores desta componente.

Relativamente ao **indicador 15, Número de sectores de intervenção por PAPs**, considerou-se como fonte de informação o número de sectores para os quais os PAPs desembolsaram

fundos através de projectos³. A análise revelou que os PAPs como grupo intervêm em média em 5 sectores. O QAD estabelece como meta do grupo, a intervenção numa média igual ou inferior a 4 sectores, pelo este desempenho revela haver ainda algum desafio na redução da dispersão da ajuda dos PAPs. Apenas 10 PAPs conseguiram cumprir com este indicador sendo designadamente: Áustria, Canada, Dinamarca, Espanha, Finlândia, Irlanda, Itália, Países Baixos, Noruega e Suécia.

Quanto ao **Indicador 16**, referir que 66% dos PAPs canalizaram a sua ajuda através da Conta Única ao Tesouro (CUT) contra uma meta para 2012 de 80%. Quando comparado com o ano de 2011 em que a percentagem dos PAPs cuja ajuda ao Governo foi executada por via dos sistemas nacionais foi de 82%, conclui-se que o desempenho deste indicador registou uma redução de 16p.p. Esta redução está proporcionalmente ligada à redução da Ajuda canalizada através das modalidades programáticas.

No que tange ao **indicador 17** (% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros), os PAPs como um todo obtiveram 59%, contra a meta prevista de 70%, em 2012. Quando comparado com o ano de 2011, (67%), registou-se um decréscimo em cerca de 8p.p.

Sobre o **indicador 18**, destacar que 44% da Ajuda dos PAPs foi auditada usando os procedimentos nacionais, contra a meta de 55%, em 2012. Quando comparado com 2011, (54%), houve um decréscimo em cerca de 10pp. Isto está ligado ao decréscimo da proporção de ajuda desembolsada através de AGO, que é a modalidade que não exige nenhum relatório adicional.⁴

Quanto ao **indicador 19**, referir que 57% da ajuda desembolsada pelos PAPs usou os sistemas nacionais de Procurement, contra a meta de 73%, em 2012. Quando comparado com 2011, (69%), decresceu ligeiramente em 4p.p.

Apesar do decréscimo do desempenho no uso dos sistemas nacionais ser explicado parcialmente pela redução na proporção de Apoio Programático, o cenário registado alerta para a necessidade de se reverem as razões deste desempenho, olhando para as responsabilidades tanto do Governo como PAPs.

No que concerne ao **indicador 20**, destacar que 75%, da ajuda em Projectos e Fundos Comuns, não impõem isenções fiscais, traduzindo um desempenho muito abaixo da meta de 95% estabelecida para 2012. Quando comparado com 2011, (86%), registou-se um decréscimo de cerca de 25p.p.

Quanto a componente **de Harmonização e Alinhamento**, consta como primeiro indicador o **Indicador 21**, do qual os PAPs como grupo realizaram um total de 158 missões em 2012. Portanto, o desempenho conjunto dos PAPs neste indicador esteve muito longe da meta estabelecida no QAD, para além do incremento em 15% no número de missões (de 137 em

³ Foi impossível aplicar a fonte de Informação estabelecida pela Nota Técnica por 2 razões: (1) Nem todos os Parceiros são incluídos no Mapa de divisão de Trabalho. É portanto, pertinente que se alargue este exercício para todos os PAPs. (2) O Mapa de Divisão de Trabalho elaborado pela União Europeia, providencia informação sobre os sectores de concentração e não de intervenção. Será necessário realinhar o alcance do Mapa.

⁴ Importa referir que, na verdade os PAPs exigem a auditoria dos fluxos financeiros de AGO, que é realizada anualmente para os influxos de AGO recebidos pelo Governo.

2011 para 158 em 2012). Esta evolução no número de missões não deixa de ser preocupante ao se reparar que um total de 158 missões traduz na prática uma média de **1 missão por cada dia laboral**. Esta estatística ilustra *per si* o volume de custos de transação impostos aos Ministerios Coordenadores (que recebe a maioria das missões no País). O rácio médio entre este total de missões e o total de ODA desembolsada ao Governo é de 7.039.319 USD (ligeiramente abaixo do rácio do ano passado). Conforme a meta do QAD 2012, os PAPs deviam ter um número de missões igual ou inferior a 100 e um rácio de Missões por Volume de APD ao Governo que fosse maior superior a 13 milhões USD. A meta ao nível individual para 2012, era de realizar um máximo de 2 Missões. Os países que cumpriram com esta meta são Áustria, Bélgica, Canada, Comissão Europeia, Dinamarca, Espanha, Irlanda, Noruega, Suécia e Suíça.

Em relação ao rácio entre o total de missões e o total de APD desembolsada ao Governo, existe uma grande variação entre os Parceiros. Temos por exemplo, num extremo, Portugal com uma média de 1 missão para cada 745,332 USD desembolsado e, do outro extremo, a União Europeia que realiza uma missão para cada 83,175,473 desembolsados.

No que diz respeito ao indicador 22, importa referir que do total das missões realizadas pelos PAPs em 2012, 17% foram conjuntas/coordenadas. Esta realização está abaixo da meta estabelecida para 2012 que era de atingir um mínimo de 40% na proporção de missões conjuntas/coordenadas e representa uma diminuição do desempenho relacionado com o ano passado.

Sobre o **indicador 23**, importa referir que, os PAPs como grupo registaram em 2012 um total de 26 Unidades de Implementação de Projectos (UIPs) paralelas, contra uma meta de menos de 10 UIPs. No exercício 2011, haviam sido registadas 23 Unidades de Implementação de Projectos, tendo portanto havido em 2012 um acréscimo de 3 UIPs.

Importante ressaltar que o crescimento do número de Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (PIUs) de 23 em 2011 para 26 em 2012 é influenciado pelo incremento de números de Unidades Paralelas de Implementação de Projectos do Banco Mundial (de 16 para 21), Finlândia (de 0 para 1) e Portugal (de 0 para 1).

Tabela 10: Avaliação do desempenho dos PAPs – Alinhamento e Harmonização 2012

Harmonização e Alinhamento								
15	16	17	18	19	20	21	22	23
Número de sectores de intervenção por PAPs	% do APD ao Govern o dos PAPs que utiliza a CUT	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	% da APD ao Governo desembolsa da pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	% de missões conjuntas/co ordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	Número de Unidades de Implementaçã o de Projectos (PIUs) paralelas
<4	80%	70%	55%	73%	95%	≤ 100 missões e ≥ 13*10 ⁶ USD	>40%	<10
5	66%	59%	44%	57%	61%	158 missões e 7*10 ⁶ USD	26%	26
0	0	0	0	0	0	2	0	0
2	2	2	2	2	1	0	1	2

N/A	82%	67%	54%	69%	86%	137 missões e 7*10^6USD	20%	23
-----	-----	-----	-----	-----	-----	----------------------------	-----	----

Avaliação Global

Com base na informação disponível pode-se concluir que, comparado com o ano 2011, o desempenho dos PAPs como um todo registou uma queda significativa, refletindo uma pontuação individual em geral baixa dos membros do grupo. Os PAPs receberam apenas 9 dos 48 pontos possíveis, significando um desempenho de 18%. Este desempenho não somente é baixo, como também se traduz numa notável queda comparada com o ano de 2011 onde obtiveram um desempenho na ordem de 53% (19 dos 36 pontos possíveis). Porém, dado que o QAD aplicado para a Avaliação do ano 2012 é diferente, com novos indicadores, torna-se difícil fazer uma comparação directa dos dois anos (2011 e 2012).

Nestes termos, fazendo uma análise global, das 23 metas avaliadas em 2012, pode-se aferir o seguinte desempenho :

- 1 Meta (Indicador 6) foi atingida, equivalendo a 4% do total das metas;
- Nenhum indicador registou progressos; e
- 22 Metas (Indicadores 1, 5, 16, 17, 18, 19, 20, 21 e 22) equivalendo a 39% mantiveram o seu desempenho ou registaram um declínio.
- Os restantes indicadores e respectivas metas (um total de 11 correspondente a 48%), foram alterados ou introduzidos no novo QAD pelo que não são passíveis de comparação com 2011.

Consequentemente, na base na **avaliação quantitativa** medida pelas metas alcançadas e em progresso, o GdM conclui que o desempenho dos PAPs , em 2012, foi FRACO.

Tabela 11: Comparação do cumprimento das metas do QAD 2011 - 2012 dos PAPs

	2012		2011	
	Nr de Metas	%	Nr de Metas	%
Atingido	1	4%	6	32%
Progressos	0	0%	4	21%
Não atingido	22	88%	9	47%
Total	23	100%	19	100%

A tabela 1a do Anexo 2 mostra o desempenho dos PAPs como grupo relativo ao QAD dos PAPs 2012.

3.2. PAPs com Membros Associados

A tabela 1b do anexo 3, mostra o desempenho dos PAPs incluindo os Membros Associados sendo: Nações Unidas (NU) e Estados Unidos da America (EUA). A seguir faz-se uma análise na base dos três grandes princípios estruturantes do actual QAD dos PAPs.

Composição do Portfólio

As Avaliações dos anos anteriores mostram ser já praxis que o desempenho da componente da Composição de Portfólio deteriore quando a análise inclui os Membros Associados (MAs). A explicação reside no facto de os MAs não canalizarem Fundos através da Modalidade de AGO. Desta forma, a proporção de ajuda desembolsada através do AGO reduz de 41% (apenas PAPs) para 34% (PAPs + MAs). O efeito dos MAs é igualmente extensivo para os Fundos Comuns. Apesar da contribuição das Nações Unidas para os Fundos Comuns do INE e do ProSAUDE, orçada em cerca de 4,14 Milhões de USD, a proporção da ajuda desembolsada para os FCs reduz de 22 para 19% do total da APD desembolsada ao Governo.

Tabela 12: Comparação Composição do Portfólio 2012 sem e com Membros Associados

	PAPs	%	PAPs + MA's	%
ODA Gov.				
Apoio Geral ao Orçamento (AGO)	449,329,423	41%	449,329,423	34%
Programas sectoriais – Fundos Comuns	248,576,030	22%	252,714,030	19%
APD Programática	701,949,210	63%	706,087,210	54%
Outros Programmas	4,043,757	0%	4,043,757	
Projectos	402,243,676	36%	596,062,630	45%
Apoio ao Orçamento Provincial	8,225,364	1%	8,799,329	1%
Total APD ao Governo	1,112,418,250	84%	1,310,949,169	76%
ODA não-Gov.				
<i>Apoio ao Sector Privado</i>	24,513,020	16%	24,513,020	6%
<i>ONGs Nacionais</i>	29,481,875	19%	35,529,990	8%
<i>ONGs Internacionais</i>	79,611,822	52%	338,686,904	81%
<i>Outros</i>	18,015,065	12%	19,590,733	5%
ODA não-Gov.	151,566,528	16%	418,265,393	24%
Total Global	1.264.764.563		1,729,994.347	

Previsibilidade & Transparência

Quanto á previsibilidade importa destacar que o desvio do valor total de apoio programático (AP) desembolsado no ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1, regista uma ligeira subida de 1 para 2% quando incluídos os MAs. Esta infima variação explica-se pelo facto de o volume de Ajuda Programática dos MAs ser relativamente muito baixa. Afinal de contas, do total da ajuda dos MAs, apenas o desembolso de 4,14 Milhões USD das Nações Unidas para Fundos Comuns é que constitui ajuda Programática.

Em termos absolutos, as NU haviam se comprometido a 5.12 Milhões de USD tendo desembolsado 4,14 Milhões, gerando um desvio de 26%, justificado por déficits de Tesouraria. Ora, importa também mencionar que UNICEF e UNFPA (as Agências em nome das quais as NU apresentaram os seus compromissos), não conseguiram cumprir com os calendários de desembolso acordados.

Em relação ao indicador 12, relacionado com a transparência das provisões financeiras dos PAPs mediante a aplicação da ODAMOZ, nota-se que o desempenho baixa de 68% (apenas PAPs) para 61% quando incluídos com os Membros Associados.

No que se refere a Transparência é relevante destacar o excelente desempenho da USAID que conseguiu registar devidamente os seus desembolsos de 2012 (Indicador 13). A diferença entre os desembolsos efectivos e os desembolsos registados na ODAMOZ foi de apenas 1%. Por sua vez, as Nações Unidas registaram apenas 58% dos seus desembolsos na ODAMOZ.

Graças ao facto de os Estados Unidos serem o maior parceiro de Moçambique em termos de Volume de Agregado de APD, o excepcional desempenho da USAID no indicador 13, gera um impacto muito positivo na pontuação conjunta (PAPs + MAs). O desempenho do indicador melhora de 68% (apenas PAPs) para 76% com a inclusão dos MAs.

- ***Alinhamento e Harmonização***

A componente da harmonização e Alinhamento é se calhar a que mais se altera com a inclusão dos MAs na Avaliação. Dado que a proporção de Apoio Programático sobre o total de APD ao Governo diminui de 63% (apenas PAPs) para 54% (PAPs + MAs), o uso dos sistemas nacionais é também automática e negativamente influenciado. Portanto, urge que os Membros Associados envidem maior esforços para a inclusão da sua ajuda nos sistemas do Governo.

Quanto ao número de sectores de intervenção, as NU intervém em 18 sectores e as EUA em 9 sectores. Esse número de sectores de intervenção, está bem acima da média dos sectores de intervenção dos PAPs que não vai para além dos modestos 5 sectores.

Um outro importante elemento da avaliação do desempenho dos PAPs na componente de Alinhamento e Harmonização é o volume de missões ao País. Os Membros Associados realizaram em conjunto 56 missões para o País (24 dos EUA e 32 das NU), contra 32 no ano 2011. Desta forma, os Estados Unidos realizaram em média 1 missão para cada 6,3 Milhões USD Desembolsados e as Nações Unidas realizaram 1 missão para cada 1.5 Milhões de USD desembolsados. Estes dados *per si* ilustram a magnitude dos custos de transacção impostos pelos MAs ao Governo.

Ora um importante e positivo dado a reter é o facto de Nações Unidas realizarem privilegiarem no seu volume total de Missões, as Missões Conjuntas. 34% das 32 missões organizadas pelas NU foram conjuntas. Assim, a proporção de Missões conjuntas sobe de 17% (apenas PAPs) para 18% com os Membros Associados.

Quando as Unidades de Implementação de Projectos Paralelas (UIP), os EUA revelaram ter em funcionamento apenas uma UIP, sendo no caso a MCA. Este dado elevando o numero total de UIPs de 26 (PAPs) para 27 (PAPs + MAs).

Em geral, os PAPs com Membros Associados lograram obter na presente Avaliação apenas 1 ponto que corresponde a um cumprimento em 3% da pontuação máxima (36 pontos.)

Com base nestas constatações, o GdM considera que o desempenho PAPs + MAs continua ainda “**FRACO**”, tal como nos últimos três anos.

3.3 Classificação dos PAPs com base na Avaliação Quantitativa

3.3.1 Classificação dos PAPs por desempenho

Para as avaliações individuais foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores, de forma a assegurar a coerência dos resultados podendo-se analisar comparativamente a evolução do desempenho dos PAPs. Dado que o QAD e a respectiva metodologia de atribuição de pontos foram alterados, decidiu-se adoptar como critério de classificação dos

PAP a percentagem dos pontos somados pelo Parceiro em relação a pontuação total máxima possível (48 pontos para PAPs e 36 pontos para os MAs).

No entanto, adoptou-se a seguinte tipologia da classificação:

Critério	Classificação
≥ 70%	Muito Bom
< 70% e ≥60%	Médio Alto
<60% e ≥50%	Médio
<50% e ≥30%	Médio Baixo
< 30	Fraco

Do total de 21 Parceiros (PAPs+MAAs), nota-se que, em 2012, todos os PAPs registaram um decréscimo na sua pontuação. Destaque vai para o DFID e a Canada que conseguiu ter a pontuação mais alta de 34 pontos, seguidos da Irlanda (32), Noruega (31) e a Austria (31).

Este decréscimo é em grande parte justificado pela mudança do QAD e consequentemente da metodologia usada para avaliar os indicadores do novo Quadro de Avaliação do Desempenho.

Tabela 13: Resumo da Pontuação 2012 (sem Incentivo)

PAP	Nr.	Pontos sem incentivo	%	Classificação Desempenho
<i>DFID</i>	1	34	71%	<i>Muito Bom</i>
<i>Canada</i>	2	34	71%	<i>Médio Alto</i>
<i>Irlanda</i>	3	32	67%	<i>Médio Alto</i>
<i>Áustria</i>	5	31	65%	<i>Médio Alto</i>
<i>Noruega</i>	4	31	65%	<i>Médio Alto</i>
<i>Dinamarca</i>	6	29	60%	<i>Médio Alto</i>
<i>Suécia</i>	7	28	58%	<i>Médio</i>
<i>Finlândia</i>	8	26	54%	<i>Médio</i>
<i>França</i>	9	24	50%	<i>Médio</i>
<i>Bélgica</i>	10	23	48%	<i>Médio Baixo</i>
<i>União Europeia</i>	11	22	46%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Itália</i>	12	20	42%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Espanha</i>	13	19	40%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Países Baixos</i>	14	18	38%	<i>Médio Baixo</i>
<i>BAD</i>	15	18	38%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Suiça</i>	16	17	35%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Banco Mundial</i>	17	15	31%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Portugal</i>	18	15	31%	<i>Médio Baixo</i>
<i>Alemanha</i>	19	10	21%	<i>Fraco</i>
<i>Nações Unidas</i>	20	5	14%	<i>Fraco</i>
<i>Estados Unidos</i>	21	2	6%	<i>Fraco</i>

Por sua vez, a tabela 14 revela uma diminuição no número de parceiros com desempenho “Muito Bom”, “Médio” e “Fraco”. Em contrapartida, constata-se um incremento de numero

de parceiros “Médio Alto” e sobretudo “Médio Baixo”, acabando esta última por ser a categoria na qual se concentram 43% dos Parceiros.

Tabela 14: Resumo da Classificação do Desempenho 2011 e 2012

Classificação	Parceiros	2012		2011	
		Número de PAPs	% por Categoria	Número de PAPs	% por Categoria
MUITO BOM	DFID e Canada	2	10%	7	33%
MÉDIO ALTO	Irlanda, Áustria, e Noruega	3	14%	3	14%
MÉDIO	Dinamarca, Suécia, Finlândia	3	14%	4	19%
MÉDIO BAIXO	Comissão Europeia, França, Países Baixos, Bélgica, Espanha, BAD, Itália, Suíça e Portugal	9	43%	2	10%
Fraco	Banco Mundial, Estados Unidos, Nações Unidas e Alemanha	4	19%	5	24%
TOTAL		21	1	21	1

Todavia, o Governo reconhece os esforços que os PAPs tem envidado no sentido de continuar a desembolsar volumes consideráveis de Ajuda mesmo num contexto de profunda crise económica e financeira na maioria dos seus Países. Com base neste entendimento, o Governo decidiu atribuir 1 ponto de incentivo para os parceiros que conseguiram em 2012 incrementar a sua APD ao País. Os 8 PAPs elegíveis para a atribuição do ponto de incentivo são: Áustria, Banco Mundial, Bélgica, França, União Europeia, Banco Africano de Desenvolvimento, Dinamarca, e Suíça.

Na base deste incentivo, a Dinamarca deixa de ser um parceiro de desempenho Médio ascendendo para a classificação de desempenho Médio Alto. Por sua vez, a Bélgica e a França ascendem de desempenho Médio Baixo para Médio.

Tabela 15: Classificação ordenada dos PAPs na base dos pontos com e sem incentivo

PAP	Nr.	Pontos sem incentivo	%	Classificação Desempenho	Pontos com incentivo	Classificação Desempenho com Incentivo
DFID	1	34	71%	Muito Bom	34	71%
Canada	2	34	71%	Médio Alto	34	71%
Irlanda	3	32	67%	Médio Alto	32	67%
Noruega	4	31	65%	Médio Alto	31	67%
Áustria	5	31	65%	Médio Alto	31	65%
Dinamarca*	6	29	60%	Médio	30	63%
Suécia	7	28	58%	Médio	28	58%
Finlândia	8	26	54%	Médio	26	54%
França*	9	24	50%	Médio Baixo	25	52%
Bélgica*	10	23	48%	Médio Baixo	24	50%
União Europeia*	11	22	46%	Médio Baixo	23	48%

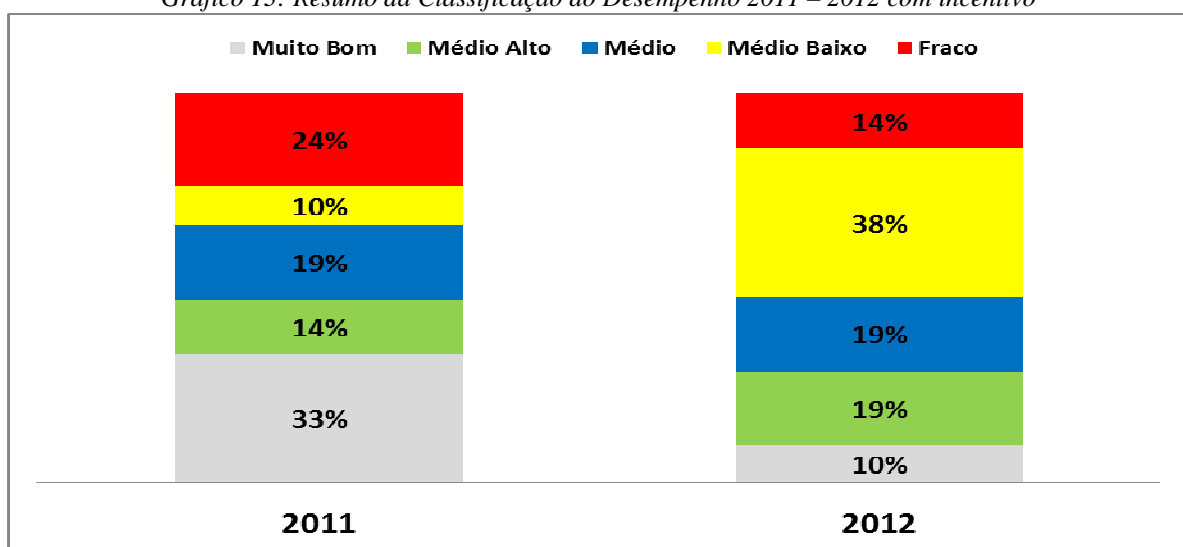
Itália*	12	20	42%	Médio Baixo	21	44%
Espanha	14	19	40%	Médio Baixo	19	40%
Países Baixos	13	18	38%	Médio Baixo	18	40%
BAD*	15	18	38%	Médio Baixo	19	40%
Suíça*	16	17	35%	Médio Baixo	18	38%
Banco Mundial*	17	15	31%	Médio Baixo	16	33%
Portugal	18	15	31%	Médio Baixo	15	31%
Alemanha	19	10	21%	Fraco	11	23%
Nações Unidas	20	5	14%	Fraco	5	14%
Estados Unidos	21	2	6%	Fraco	2	6%

*PAPs para os quais foi atribuído 1 ponto de incentivo

Tabela 16: Resumo da Classificação do Desempenho 2011 – 2012 com incentivo

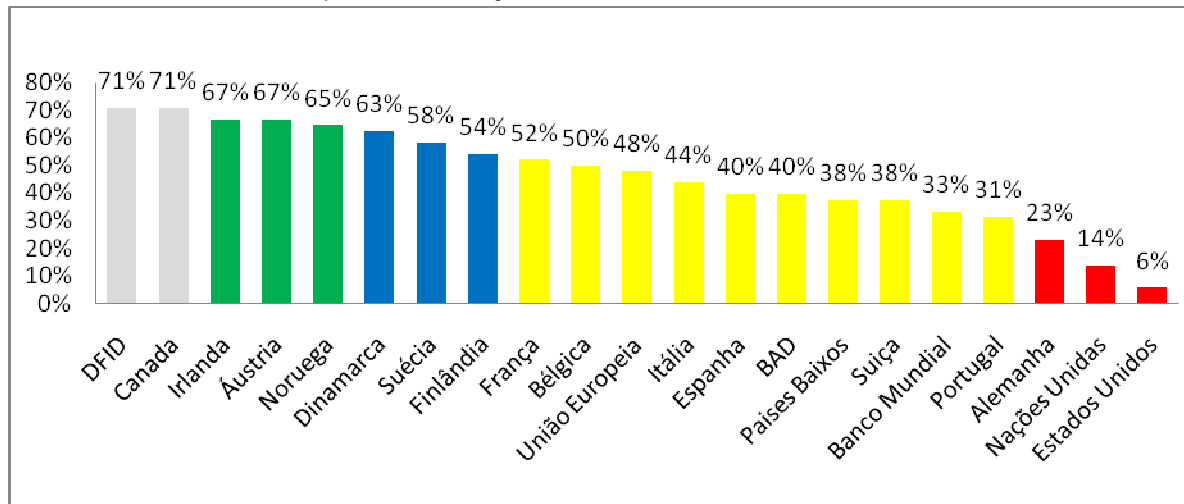
Classificação	Parceiros	2012		2011	
		Número de Parceiros	% Categoria de Classificação	Número de Parceiros	% Classificação
MUITO BOM	DFID e Canada	2	10%	7	33%
MÉDIO ALTO	Irlanda, Áustria, Noruega, Dinamarca	4	19%	3	14%
MÉDIO	Suécia, Finlândia, Bélgica, França	4	19%	4	19%
MÉDIO BAIXO	União Europeia, Países Baixos, Espanha, BAD, Itália, Suíça, Portugal, Banco Mundial, Estados Unidos, Nações Unidas	8	38%	2	10%
FRACO	Alemanha, Nações Unidas, Estados Unidos	3	14%	5	24%
TOTAL		21	100%	21	100%

Gráfico 13: Resumo da Classificação do Desempenho 2011 – 2012 com incentivo



No gráfico 14, os PAPs foram ordenados em escala decrescente de acordo com o seu desempenho.

Gráfico 14: Pontuação Individual de 2012: Com Incentivo



3.3.2 Classificação dos PAPs por Tamanho

Para realizar a classificação e ordenamento geral dos PAPs por tamanho foi aplicada a mesma metodologia utilizada nos anos anteriores. Desta forma, pode-se garantir a comparabilidade multi-anual da evolução dos dados. Consequentemente, a tipologia da classificação utilizada para 2012 mantém-se a seguinte:

CLASSIFICAÇÃO	CRITÉRIO
MUITO GRANDES	mais de US\$ 90 milhões
GRANDES	mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões
MÉDIOS	entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões
PEQUENOS	menos de US\$ 20 milhões

Os resultados da classificação dos PAPs e MAs são:

- **65 PAPs** classificados como **Muito Grandes** (mais de US\$ 90 milhões em 2012), nomeadamente: Estados Unidos, DFID, Banco Mundial, Canadá, União Europeia e Suécia contra 7 PAPs em 2011.
- **5 PAPs** classificados como **Grandes** (mais de US\$ 50 milhões e menos de US\$ 90 milhões em 2012) nomeadamente: BAD, Alemanha, Noruega, Dinamarca e Nações Unidas, igual a 2011.
- **6 PAPs** classificados como **Médios** (entre US\$ 20 milhões e US\$ 50 milhões em 2011), nomeadamente: Irlanda, Países Baixos, Suíça, Finlândia, Itália e França contra 4 PAPs em 2011.
- **4 PAPs** classificados como **pequenos** (menos de US\$ 20 milhões) nomeadamente: Bélgica, Portugal, Áustria e Espanha contra 5 em 2011.

O ordenamento dos PAPs por classificação na base do volume de Ajuda desembolsado em 2012, visualiza-se na tabela 15 comparando o volume de Ajuda total (incluindo APD ao Governo e a entidades não-estatais)

Tabela 17 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os Membros Associados) por classificação baseada no seu volume de ajuda em 2012 e 2011

PAP	Nº	Volume Total 2012	%	Classificação Por Volume de Ajuda Total 2012	Classificação Por Volume de Ajuda Total 2011
Estados Unidos	1	406,549,211	24%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Banco Mundial	2	231,740,253	13%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
União Europeia	3	181,238,522	10%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
DFID	4	131,834,915	8%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Suécia	5	102,662,006	6%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
Canada	6	91,094,404	5%	MUITO GRANDE	MUITO GRANDE
BAD	7	89,399,171	5%	GRANDE	GRANDE
Alemanha	8	74,450,193	4%	GRANDE	GRANDE
Noruega	9	61,526,340	4%	GRANDE	GRANDE
Dinamarca	10	61,125,293	4%	GRANDE	MÉDIO
Nações Unidas	11	58,680,573	3%	GRANDE	MUITO GRANDE
Irlanda	12	47,115,306	3%	MÉDIO	GRANDE
Países Baixos	13	45,416,657	3%	MÉDIO	GRANDE
Suiça	14	33,855,602	2%	MÉDIO	MÉDIO
Finlândia	15	31,515,154	2%	MÉDIO	MÉDIO
França	16	26,280,641	2%	MÉDIO	PEQUENO
Itália	17	20,111,201	1%	MÉDIO	PEQUENO
Bélgica	18	13,761,985	1%	PEQUENO	PEQUENO
Espanha	19	8,643,083	0%	PEQUENO	PEQUENO
Portugal	20	7,659,691	0%	PEQUENO	PEQUENO
Áustria	21	5,334,146	0%	PEQUENO	PEQUENO
Total G19+MA	21	1,729,994,347	100%		

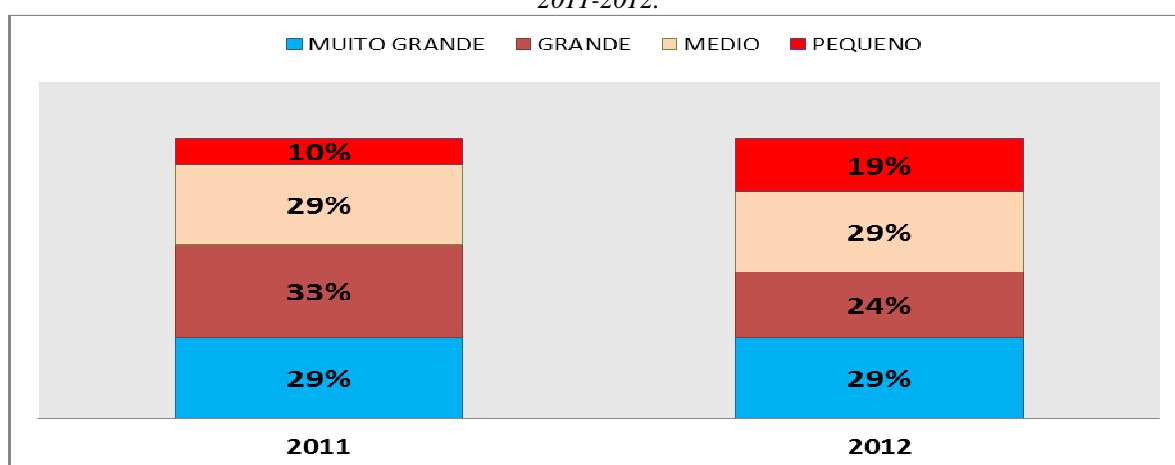
Tabela 18 – Ordenamento dos PAPs (incluindo os membros Associados) por classificação baseada no seu volume de ajuda em 2012-2011

Classificação Por Tamanho	2012		2011	
	Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação	Número de Parceiros	% por Categoria de Classificação
MUITO GRANDE	6	29%	7	33%
GRANDE	5	24%	5	24%
MÉDIO	6	29%	4	19%
PEQUENO	4	19%	5	24%
Total	21	100%	21	100%

Os resultados demonstram que, em termos do volume de ajuda desembolsado ao país, o maior parceiro em 2012 foi o Banco Mundial. Os 6 maiores parceiros em termos do volume da ajuda, são Estados Unidos (24% da Ajuda total), Banco Mundial (13%), Uniao Europeia (10%), DFID (8%), Suécia (6%) e Canada (5%) representando este conjunto aproximadamente 66% do total da Ajuda providenciada ao País.

A tabela 17 apresenta resumidamente o ordenamento dos PAPs por tamanho em 2012, comparado com 2011. Dela pode imediatamente constatar-se a redução do número de Parceiros de tamanho “**Muito Grande**” (de 33% para 29%) e “**Pequeno**” (de 24 para 19%) e o aumento do número de PAPs classificados como “**Médio**” (de 19 a 29%). Esta tendência esta reflectida no gráfico 14, o qual mostra de forma nítida um alargamento do segmento dos parceiros que se classificam como “**Médios**” .

Gráfico 15: Classificação dos PAPs e Membros Associados segundo o volume de Ajuda Desembolsado em 2011-2012.



4. Avaliação Qualitativa do desempenho dos PAPs

4.1. Assuntos de Atenção Especial e Considerações Gerais

Assuntos de Atenção Especial

O Aide Memoire da Revisão Anual de 2012 destacou três (6) desafios no âmbito do desempenho dos PAPs, na conclusão conjunta, nomeadamente:

- 1) Aprimorar a previsibilidade no âmbito dos desembolsos, tanto para Apoio Geral ao Orçamento como para os Fundos Comuns.
- 2) Melhorar o mecanismo da gestão da Tranche Variável de modo a torná-lo claro, transparente e previsível.
- 3) Incrementar o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), em particular para a modalidade dos projectos;
- 4) Providenciar maior atenção a qualidade da informação prestada na Base de Dados ODAMOZ (mais especificamente com referência às Unidades Gestoras Beneficiárias (UGBs, Fonte de Recursos, etc);
- 5) Prestar maior atenção ao objectivo do Reforço das capacidades (incluindo a redução das Missões individuais e o numero de UIP).

- 6) Prestar apoio multiforme ao processo de elaboração do Código de Conduta previsto na Política de Cooperação internacional.

Quanto aos assuntos de atenção especial, cabe destacar que no que concerne ao primeiro assunto, não se registou progresso, os indicadores 6-14 do QAD mostraram que o desempenho deteriorou-se. O assunto relativo a Tranche Variável foi marcado por um diálogo construtivo, culminando com a adopção de uma nova versão dos Anexos 5 e 10 do MdE sobre a concessão do AGO. Constatou-se que a lista dos Parceiros que tem excepções nos condicionalismos comuns no âmbito do MdE, aumentou ligeiramente dado que Alemanha juntou-se a lista.

Mesmo com a adopção dos novos anexos, o Governo considera que a TV impõe elevados custos de transação, e deplora a concentração dos indicadores escolhidos pelos Parceiros num único Pilar (Macroeconómico) do QAD.

Quanto ao terceiro assunto de Atenção Especial, relacionado com o uso dos sistemas nacionais (especialmente a Conta Única do Tesouro – CUT e o sistema de “Procurement”), não se registou progressos dado que o desempenho dos 4 indicadores sobre o uso dos sistemas nacionais baixou. Uma das causas levantadas pelos PAPs como estando por detrás das motivações é a deteção de algumas irregularidades no sistema de Gestão de Finanças Públicas.

Quanto a este assunto cabe referir que a deteção de problemas não pode ser apenas vista numa perspectiva negativa. Aliás, a deteção das fragilidades é um sinal de que os sistemas estão ser aplicados e virtude disto, estão a ser reforçados por via da identificação das causas e busca de soluções. Tal como é sobejamente sabido, o SISTAFE ainda não está em plena implementação e a expansão da sua abrangência figura dentre as prioridades do Governo.

Quanto ao registo da informação em ODAMOZ (quarto assunto de atenção especial), notou-se algum esforço dos Parceiros no sentido de melhorar o seu desempenho, assistindo-se a um crescente nível de participação destes nas sessões de formação organizadas pelo Governo. No entanto, os impactos destas sessões de formação parece estar a tardar a chegar.

Quanto ao assunto relativo ao objectivo do Reforço das capacidades, o desempenho é claramente insatisfatório dado que, incrementou-se com 15% o numero de missões recebidas e incrementou com 13% o numero de UIPs. O Governo continua a reiterar a sua vontade de ver um maior esforço dos Parceiros para inverter este cenário.

Considerações Gerais

No quadro da implementação da parceria, foram organizados em 2012 10 reuniões do Grupo de Direcção (JSCs), 4 reuniões de PAF COGs e 4 Dialogos Politicos.

Uma boa prática a destacar e cuja institucionalização é recomendada, é a realização de sessões de reflexão conjunta para permitir a sistematização das lições aprendidas dos processos conjuntos e o conseqüente aprimoramento dos mesmos.

Foram realizados em Maio e Dezembro de 2012, **retiros de Reflexão Conjunta**, envolvendo o Governo e os PAPs, que culminaram com a adopção do Plano de Acção VIP-CARDOSO,

cuja monitoria é realizada através do informe mensal no JSC, que constitui um desafio igualmente partilhado pelas partes.

Ora, mesmo em meio a um desempenho em geral não muito brilhante, alguns Parceiros se destacaram pelo seu excepcional e exemplar desempenho em determinados indicadores. Na perspectiva de ver disseminadas as boas práticas por detrás desse desempenho, os Parceiros visados foram convidados a partilhar neste relatório as suas experiências.

Caixa 1: Boa Prática - Dinamarca: Indicador 13 - % dos desembolsos do ano n reportados correctamente no ODAMOZ.

Em relação aos desembolsos efectuados, a Dinamarca tem tido a prática de proceder ao preenchimento da base de dados ODAMOz numa base trimestral. A introdução de dados nessa base temporal poupa tempo, uma vez ser nessa base que o sistema exige que a informação seja apresentada. Para o efeito, são alocadas algumas horas de trabalho especificamente para a actualização da base de dados.

No que diz respeito a informação para alimentar o CFMP, a Dinamarca procura obedecer ao previsto no “Guião para a Contribuição dos parceiros no processo de integração da componente externa no ciclo orçamenta”, contando também com os lembretes, em momentos oportunos, que a equipa do ODAMOz do MPD faz sobre a necessidade de actualização dos dados.

Caixa 2: Boa Prática – DFID: Uso dos Sistemas Nacionais

O DFID apresenta uma pontuação relativamente boa nos indicadores que dizem respeito à utilização de sistemas nacionais na ajuda desembolsada para o Governo. Isto é, em primeiro lugar, explicado pelo facto de que a maioria (90%) da ajuda do DFID ao GdM constitui Apoio Geral ao Orçamento e Fundos Comuns, que inerentemente requerem o uso de sistemas de Governo. Além disso, os projectos individuais do DFID (por exemplo, com o MTC) são concebidos para serem geridos por instituições do Governo, entregues através da CUT seguindo os sistemas nacionais de execução do orçamento e de prestação de relatórios financeiros.

Não obstante, importa mencionar que em alguns casos relatórios financeiros adicionais são necessários, e em todos os casos é exigida uma auditoria externa independente. Apenas uma pequena parte da ajuda do DFID ao GdM é executada pelo DFID, sendo um, valor em grande parte utilizado para a realização de estudos e prestação de assistência técnica para apoiar a implementação Fundos Comuns e outros projectos implementados pelo GdM.

Na cerimónia de compromissos de 2011, o DFID facultou a informação sobre todos os desembolsos previstos de ODA ao GoM, facto que permitiu que estes desembolsos tenham sido registados no orçamento para 2012.

Caixa 3: Boa Prática: União Europeia (UE) – Indicador 21 - Número total de Missões e o valor de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.

No que respeita ao número total de missões para Moçambique em 2012, o desempenho da UE foi excepcionalmente positivo porquanto realizou apenas um total de duas missões, sendo ambas que foram conjuntas. Uma das razões para este desempenho está ligada ao facto de a cooperação da UE estar grosso modo **‘descentralizada’** ou seja, ao invés de todas as questões serem remetidas para a sede em Bruxelas, muitas decisões (incluindo as negociações com o Governo sobre projectos e novos contratos), são tomadas mesmo ao nível da Delegação em Maputo. Desta forma, torna-se desnecessária a solicitação de missões da sede para avaliar a execução dos projectos e decidir sobre desembolsos bem como outros assuntos.

4.2 Fundos Comuns

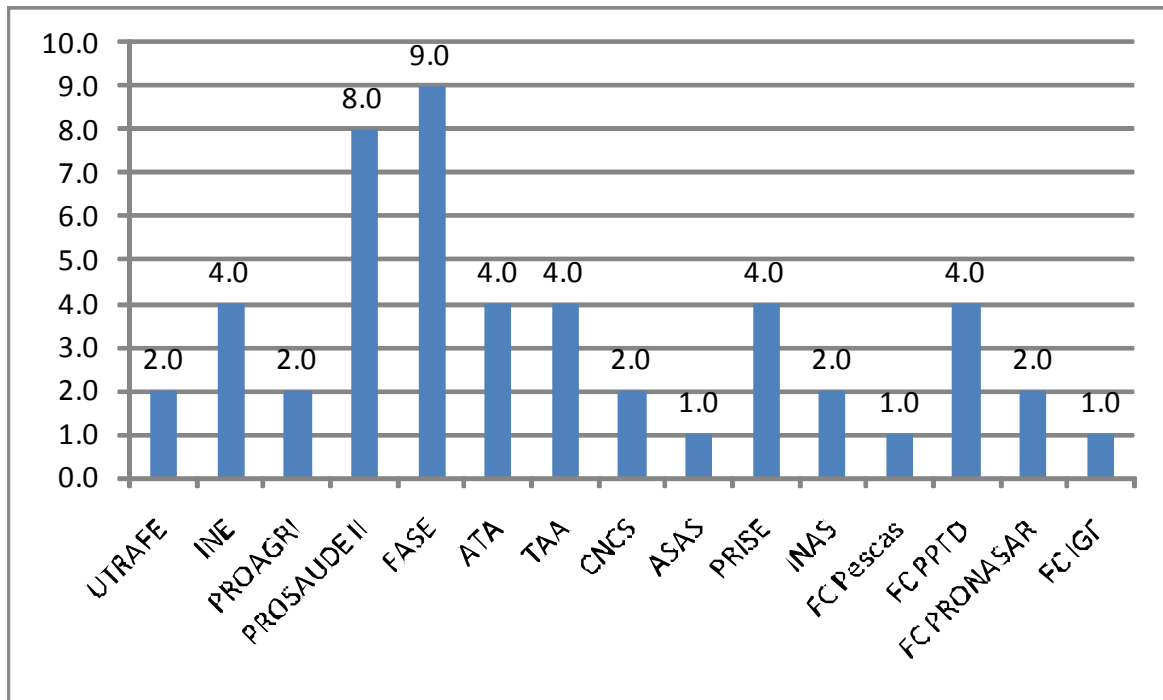
Avaliação Geral

O Apoio Programático aos Sectores em Moçambique engloba os chamados “Fundos Comuns (FC)”. Os Fundos Comuns têm como objectivo principal apoiar um único Sector através do alinhamento dos Planos dos Parceiros com o Plano do Sector e a harmonização dos procedimentos entre os Parceiros participantes no Fundo Comum.

Em 2011 estavam operacionais 15 Fundos Comuns e em 2012 o número manteve-se tendo o sector da Educação renovado o seu Memorando de Entendimento (MdE) Fundo FASE para 2012 – 2016. Para o sector da Agricultura o GdM e os Parceiros concordaram em assinar um Memorando com validade de um ano, enquanto se aguarda pela conclusão do Plano de investimento do Plano Nacional de Investimentos do Sector Agrário (PNISA). O Fundo Comum da Autoridade Tributária teve o seu Memorando de Entendimento renovado em Julho de 2012 para período 2012 a 2014.

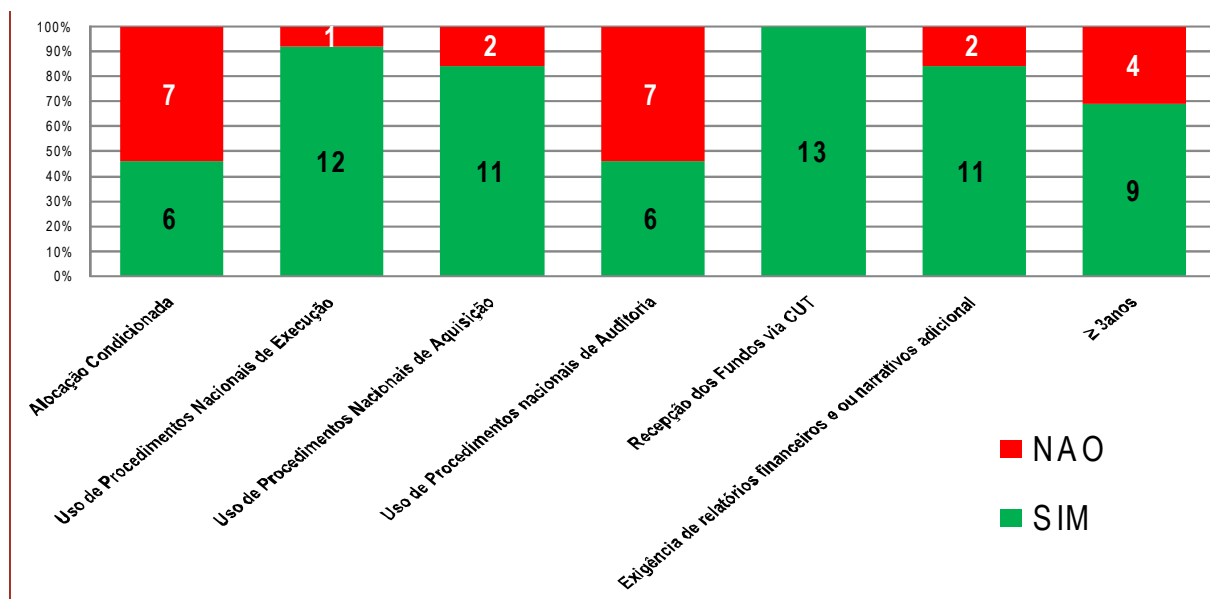
O número dos Parceiros participantes nos Fundos Comuns varia entre 1 (PESCAS, ASAS e IGF) a 9 Parceiros (FASE).

Gráfico 16: Número de Parceiros que desembolsaram para os FCs em 2012



O gráfico 17 constitui uma breve análise ilustrativa e qualitativa dos Fundos Comuns aplicando-se como critérios o uso de procedimentos e sistemas nacionais. Destaca-se como aspecto positivo o facto de todos os Fundos Comuns receberem os seus recursos através da CUT. Em contrapartida revela-se como maior desafio a imposição de condicionalismos quanto a alocação dos Fundos, o uso dos procedimentos de Auditoria.

Gráfico 17: Número de Fundos Comuns de 2012 analisados na base de critérios relativos ao uso dos Sistemas Nacionais



No quadro da avaliação do desempenho dos parceiros, foi organizado um seminário com o objectivo de auscultar os Fundos Comuns, aferindo os seus progressos e desafios.

Em geral, os beneficiários dos FCs deram nota positiva ao desempenho dos Parceiros, avaliando-o como *satisfatório*. Entretanto, foram identificados como desafios o reforço da previsibilidade dos desembolsos dos fundos assumidos em compromisso e a redução do volume de condicionalismos impostos (sobretudo o número de auditorias exigidas).

Uma das grandes recomendações feitas pelos Fundos Comuns, foi de ajustar a calendarização dos desembolsos à sazonalidade das necessidades de liquidez ao nível dos sectores. Por exemplo o Fundo Comum FASE defendeu que a execução das despesas no início do ano escolar têm sido estrangulada pela a exequidade/ausência de desembolsos naquela altura do ano.

Boas Práticas e constrangimentos identificados no relacionamento com os Parceiros

Foram destacadas as seguintes Boas Práticas dos Fundos Comuns:

FASE:

- 83% da componente externa do orçamento do sector da Educação é financiada pelo FASE, com um total de 10 Parceiros de cooperação a contribuírem para o Fundo.
- Assinado novo MdE no dia 13 de Dezembro 2012;
- Diálogo institucionalizado em volta da implementação do PEE (Plano Estratégico da Educação);
- Melhorias no processo de planificação, orçamentação e Procurement;

PESCAS :

- Preparação conjunta das reuniões do comité de parceira;
- Participação dos parceiros nas reuniões e seminários nacionais do sector;
- Deslocações conjuntas para Monitoria das actividades.

PNPFD:

- O relacionamento com os Parceiros é feito nos momentos acordados no Memorando de Entendimento;
- O Plano de Actividades é aprovado conjuntamente;
- As contas anuais e o relatório do Programa são discutidos e aprovados conjuntamente;
- Visitas conjuntas de acompanhamento da implementação do Programa;
- A alocação de Fundos em momento oportuno.

PRONASAR:

- Alinhamento dos parceiros do Fundo com Sistemas do Governo;
- Harmonização dos Procedimentos de Procurement e Gestão Financeira (CUT);
- Celeridade nos Desembolsos;

AUTORIDADE TRIBUTÁRIA:

Realização de encontros de harmonização que antecedem as reuniões da Comissão de Parceria (órgão colegial de coordenação e troca de informações sobre a reforma tributária, que reúne pelo menos duas vezes ao ano).

FC PROSAUDE:

- Existência de um Plano de Fortalecimento da Gestão de Finanças Públicas (Execução, orçamental, Contabilidade, Reporte e Controlo Interno);

- Criação das Repartições de prestação de contas a nível central e provincial;

TAA:

- Extensão da abrangência das auditoria realizada ao Fundo Comum, para todo o Orçamento do TA;
- Diálogo regular entre o Fundos Comum e o Parceiro.

Constrangimentos:

Alguns Fundos Comuns levantaram também alguns pontos concretos, trazendo ao de cima as suas inquietações :

PRO-AGRI

- Redução do número de Parceiros no Sector Agrário,
- Redução do montante investido para o sector por parte dos parceiros existentes.

PROSAUDE:

- Atrasos consideráveis, decorrentes da falta de justificativos dos exercícios económicos anteriores; Fraquezas do controle interno nas áreas de controlo interno e de medicamentos e a Fraca capacidade técnica pessoal da área financeira;

AT:

- A disponibilização tardia de fundos do Fundo Comum condicionou a implementação de algumas actividades estratégicas para o segundo semestre de 2011; O corte no financiamento (cerca de 1 milhão de USD) condicionou a implementação de algumas actividades estratégicas.

PNPFD:

- Sistemas de prestação de contas complexos (Os fundos fluem via Sistafe e a prestação de contas é feita na base de critérios estabelecidos pelo Banco Mundial);
- A retirada de um Parceiro de Cooperação (Holanda)

No intuito de ver reduzidos os custos de transacção associados a duplicação de esforços ao nível dos grupos de trabalho, foi sugerido que os Fundos Comuns concluem até 15 Março de cada ano, as suas revisões sectoriais o que permitiria que as revisões dos Fundos Comuns alimentam o processo da RA.

Ainda na perspectiva de aprimoramento e harmonização dos processos, foram feitas pelos sectores importantes recomendações das quais importa destacar:

- A necessidade de introduzir um modelo padrão de MdE que agregue e capitalize a experiencia e as boas práticas até aqui acumuladas e sirva de base para os próximos Memorandos;
- Estabelecer um fluxo de comunicação regular entre a MF, o MPD e os Sectores, com vista a assegurar o *follow-up* do cumprimento do calendário dos desembolsos dos FCse garantir que sejam contornadas as eventuais obstrucções aos desembolsos pelo menos do lado do Governo;
- Necessidade de maior esforço para garantir que a maior parte dos recursos externos sejam canalizados via CUT.

4.3 Apreciação do Desempenho dos Parceiros ao Nível das Províncias

Do total 11 Províncias, 10 (Cabo Delgado, Niassa, Nampula, Maputo Cidade, Manica, Sofala, Gaza, Inhambane, Maputo Província e Zambézia), é que responderam aos questionários relativos a avaliação do desempenho dos parceiros que actuam nas Províncias, o que corresponde a 91%.

Assim, com base nas respostas facultadas pelas 10 Províncias, constatou-se que cada Província têm em média 9 **Parceiros** activos. Um dos factos que imediatamente ressalta da análise é o considerável desvio entre as Províncias. O extremo mínimo é sem dúvidas a Província de Niassa que dispõem do menor número de Parceiros, num total de 3. Paradoxalmente, a vizinha Província de Cabo Delgado reportou o maior número de Parceiros, num total de 19.

Quanto as **ONG's Internacionais**, cada Província reportou ter activas em média 34 ONG's Internacionais. Mais uma vez, o abismal desvio entre as Províncias, com Inhambane a contar com um total de 8 ONG's Internacionais enquanto a Província de Maputo dá conta da existência de 87 ONG's Internacionais.

Em relação aos **sectores de concentração**, de forma unânime as Províncias apontaram a **Educação, Saúde** como as áreas de enfoque para um maior número de Parceiros. Para além destes, outros sectores de maior interesse são a **Agricultura, a Governação, a Acção Social e Água e Saneamento**.

Uma importante constatação do inquérito feito às Províncias, foi a indicação de que 90% dos parceiros traçam programas ou projectos de médio e longo prazo ou seja programas entre 5 a 10 anos, assegurando assim maior sustentabilidade das acções iniciadas bem como uma maior estabilidade aos Programas e Projectos.

No que se refere ao **alinhamento dos Parceiros ao nível das Províncias com o ciclo de planificação do Governo**, nota-se em geral algumas fragilidades nos mecanismos de disponibilização de informação que alimente os processos de elaboração dos CFMP/OE e do PES nas Províncias. É consequência disso o facto de algumas Províncias não disporem de um mecanismo regular de monitoria e recolha de informação dos Parceiros para a respectiva inclusão no OE ou PES.

O problema prende-se com a natureza dos sistemas de gestão e execução dos programas da maior parte dos parceiros. Repare-se que grande parte dos Parceiros dispõem de uma gestão autónoma e relativamente fechada ou seja são os próprios parceiros que fazem a planificação e execução dos programas, com pouco envolvimento dos beneficiários ao nível local. Infelizmente, diversos *stakeholders* são geralmente envolvidos somente no estágio de execução das actividades.

Três Províncias indicaram que, apesar dos constrangimentos acima mencionados, há esforços para melhoria deste alinhamento, por exemplo através de fora como é o caso do Observatório de Desenvolvimento Provincial. Paralelamente, as Províncias revelaram que o programa de descentralização implementado pelo MPD tem estado a surtir efeitos positivos no aprimoramento dos processos de elaboração dos instrumentos de gestão económica do Governo alinhados com os Planos Estratégicos de nível Distrital e Provincial.

Quanto ao uso dos sistemas de Gestão das Finanças Públicas, parece haver ao nível das Províncias padrões relativamente diferentes de actuação dos Parceiros de tal forma que as sensibilidades das Províncias inquiridas em relação a esta matéria, são um tanto divergentes. Cinco Províncias (Inhambane, Niassa, Manica, Nampula e Sofala) reportaram que os Parceiros usam os sistemas nacionais. As outras 5 Províncias alertaram que o uso de sistemas nacionais constitui ainda um grande desafio.

Portanto, em geral a grande maioria dos parceiros baseados nas Províncias continuam a aplicar sistemas autónomos de **planificação, orçamentação execução, aquisições (Procurement) e Auditoria**, em detrimento **dos sistemas nacionais**. Tal como no nível Central, este *modus operandis* dos Parceiros acarreta implicações negativas para o Governo, sob ponto de vista de custos de transacção.

Entretanto, o entendimento generalizado e partilhado ao nível das Províncias é de que à medida em que os fluxos financeiros dos parceiros passarem a fluir por via do e-SISTAFE, poderão ser aprimorados os processo de planificação e de execução.

Enquanto no nível central a aplicação da base de dados ODAMAZ como uma fonte consistente de informação sobre os compromissos dos Parceiros começa a se afirmar como uma prática consolidada, ao nível local apenas duas Províncias afirmaram fazer uso desta ferramenta, enquanto as demais Províncias manifestaram-se inquietadas com o facto de a base de dados não se encontrar actualizada no período da programação do OE para o ano seguinte.

Quanto ao uso dos sistemas nacionais de Monitoria, a maioria das Províncias indicaram que as ONG's exigem relatórios adicionais aos do Governo. Assim, os sectores beneficiários são amiúde forçados a elaborar diversos relatórios para responder as variadas exigências dos Parceiros. A sobreposição de modelos de prestação de contas e Relatórios é mais uma ilustração dos custos de transacção impostos ao Governo.

A harmonização entre o Governo e os PAPs ao nível provincial continua a ser um desafio, a harmonização dos Parceiros entre si continua a ser uma miragem não obstante o reconhecimento dos esforços dos Parceiros nesse sentido. Em cinco das Províncias inquiridas, existe o entendimento de que a coordenação entre os parceiros nas Províncias é ainda muito fraca e na maioria das áreas ou sectores de intervenção, falta mecanismos para o efeito.

Entretanto, existem efectivamente esforços no sentido de se inverter o cenário. Uma das Províncias fez referência, por exemplo ao facto de que os parceiros que apoiam o sector da Saúde têm organizado encontros informais de coordenação/articulação entre os parceiros bem como entre estes e a Direcção Provincial de Saúde. Outra prática notável foi reportada pela Província de Niassa na qual foi instituído um fórum de coordenação das actividades das ONG's. Este órgão permite identificar áreas de intervenção de cada organização, evitando a sobreposição de actividades, quer sob o ponto de vista programático, quer de localização.

Porém, um dos grandes obstáculos que se colocam é a falta de clareza sobre quem deveria liderar este processo.

No que respeita aos **fórum de diálogo entre os parceiros de desenvolvimento e as autoridades Governamentais** ao nível da Província, todos foram unânimes em destacar

como fórum mais preponderante o **Observatório de Desenvolvimento**, fundamentando que o mesmo constitui uma plataforma inclusiva na qual tanto a Sociedade Civil como o Sector Privado e os **parceiros de desenvolvimento têm a possibilidade de participar**.

Algumas Províncias mencionaram fora adicionais tais como os Conselhos Consultivos Locais, a Rede Provincial de Apoio a Descentralização (REPAD) em Gaza, as Reuniões de coordenação e reuniões provinciais das ONG e Parceiros (Inhambane), o Comité de Seguimento (Maputo Província), e o Encontro Conjunto e a Reunião Técnica (ambos do Niassa).

Ainda ao nível local, o diálogo entre os Governos Distritais e os Parceiros de Cooperação é coordenado pelo Governo Provincial. Já no nível descentralizado, os Municípios e os parceiros de Cooperação tem um diálogo directo.

O inquérito às Províncias procurou também captar o nível de interacção entre os Parceiros de Cooperação e as Empresas Privadas baseadas localmente. **A metade das Províncias indica existir relacionamentos positivos, e a outra metade reportou pouco envolvimento entre estes actores.**

Entretanto, o actual clima económico que o País vive, abre horizontes para uma maior concertação e envolvimento entre estes por forma a se colher impacto das acções de desenvolvimento desencadeadas localmente. As experiências abaixo reportadas constituem indubitavelmente exemplo disso.

Acções conjuntas entre parceiros de cooperação e empresas privadas

GAZA: Há registo de uma experiencia de parceria entre a visão Mundial e a SASOL no âmbito da responsabilidade Social desta ultima que consistiu na criação e capacitação dos grupos de poupança e crédito entre as populações de Guijá e de Chigubo que residem ao longo do gasoduto de transporte de gás entre Pande (Inhambane) e Temane (Africa do Sul).

NIASSA: Tem estado a decorrer acções conjuntas entre os parceiros de cooperação e o sector privado, através de alocações de verbas à pequenos empreendedores que operam nas áreas de Saúde, Educação e Agricultura, tendo resultado na melhoria do estado de saúde da população, baixos índices da taxa de mortalidade infantil, despiste da malária, melhoria do estado nutricional das crianças e mães grávidas, aumento do número da rapariga nas escolas, aumento progressivo dos índices da produção e da produtividade agrária.

Em relação a transparência na actuação dos parceiros, a Província Maputo indicou receber informação sobre as actividades desenvolvidas pelos Parceiros de Cooperação ou com apoio destes através dos Balanços do PES e do OE para além dos Relatórios de Actividades, que são apresentados nos Observatórios de Desenvolvimento. Por sua vez, a Província de Gaza indica que a informação sobre as actividades e desembolsos dos parceiros é partilhada com o Governo Provincial através de relatórios de progresso a este facultados bem como através de Balanços periódicos apresentados (trimestral e/ ou semestralmente) nas sessões do Governo Provincial, Reuniões de coordenação sectorial e Reuniões do comité de supervisão no âmbito do PNPFD.

Já a Província de Niassa dá conta de que o Governo toma nota das actividades dos Parceiros nas Províncias apenas através dos relatórios que as ONGs submetem aos seus sectores de actividade ou instituições de tutela. Existe um grande vazio de informação neste aspecto, havendo actividades realizadas com altos volumes de financiamento que entretanto não são reportados.

Assim, com base na informação disponibilizada pelos PAPs e comparando com o exercício do ano anterior, conclui-se que, o desempenho dos PAPs registou um declínio. Os PAPs receberam apenas 9 dos 48 pontos possíveis. Com efeito, em termos percentuais, os PAPs obtiveram um desempenho de 19%, que corresponde a uma redução notável quando comparado com o ano de 2011, onde obtiveram 53% da pontuação máxima (19 dos 36 pontos possíveis). Importa ressaltar que esta queda pode ser justificada pela introdução de novos indicadores e metas definidas conjuntamente, que poderão ter sido demasiado ambiciosas.

Em geral, tomando em conta estes elementos de análise, das 10 das Provinciais que responderam ao questionário, 60% classificaram o desempenho dos Parceiros como sendo **Satisfatório**, as restantes 40% classificaram-no como **Misto**.

4.4. Avaliação Final do Grupo dos PAPs

Consequentemente, na base na **avaliação quantitativa** medida pelas metas alcançadas e em progresso, o GdM conclui que o desempenho dos PAPs, em 2012, registou um declínio quase total no cumprimento das metas, uma vez que das 23 metas apenas uma foi cumprida.

Este desempenho justifica-se parcialmente pela redução da proporção de Ajuda Programática de 72% em 2011 para 63% em 2012 originada pela notável tendência de retorno à modalidade de Projectos por parte de alguns Parceiros, o que, logo à partida, influenciou o não cumprimento de 5 metas. Outrossim, o não cumprimento das metas relacionados com o numero de missões, de PIUs, desembolsos atempados influenciaram sobremaneira o desempenho dos PAPs nesta categoria.

A **avaliação qualitativa** consistiu em três elementos: (i) os progressos relacionados com os Assuntos de Atenção Especial; (ii) a avaliação dos Fundos Comuns e, (iii) o Inquérito sobre a cooperação ao nível das Províncias. Conjugados estes elementos, a Avaliação revelou que o desempenho dos PAPs, em 2012, em termos qualitativos é **Satisfatório**.

Assim, no global, ou seja, conjugando a avaliação quantitativa e a avaliação qualitativa, o GdM considera que, no geral, existe uma base para o continuo aprimoramento da Parceria.

De forma sumária, no sentido de se melhorar a eficácia dos recursos externos, ao nível provincial recomenda-se que os Parceiros de Cooperação:

- Alinhem os seus processos de planificação com o do Governo;
- Melhorem a coordenação entre si,
- Usem sistemas nacionais (BUDGET, CUT e SISTAFE), atrelando a estes os seus processos de planificação e monitoria;
- Constituam um fórum de coordenação dos Parceiros que actue ao nível da Provincias tal como o exemplo de Niassa e Inhambane;

- Sistematizem ainda mais a actualização da base de dados ODAMOZ; e
- Melhorem os mecanismos de partilha de informação sobre os fluxos de financiamento para as Províncias para que Governo esteja a par do volume de recursos que são canalizados para aquele nível e para que projectos concretos são aplicados.

Anexo I: PAPs QAD 2012

Objectivos	N.º	INDICADORES	Meta 2012	Real 2012	Avaliação
Indicadores exclusivos para Apoio Geral ao Orçamento	1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	40%	Não cumprida
	2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	80%	47% dos PAPs, ou seja 9 parceiros	Não cumprida
	3	Número dos PAPs com programas multianuais não inferiores a 3 anos e rolantes.	100%/22%	68% 5%	Não cumprida
	4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	100%	84%	Não cumprida
Composição do Portfolio	5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsado ao Governo.	75%	63%	Não cumprida
Previsibilidade e Transparência	6	Varição entre o valor total de apoio ao orçamento e fundos comuns comprometido no ano n-1 e o valor desembolsado no ano n.	<10%	-3%	Cumprida
	7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	100%	68%	Não cumprida
	8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	19%	Não cumprida
	9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	80%	63%	Não cumprida
	10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 95 e ≤ 105%	125%	Não cumprida
	11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e ≤ 105%	78%	Não cumprida

	12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no “Guião sobre os Recursos Externos”	≥ 95 e $\leq 105\%$	68%	Não cumprida
	13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	68%	Não cumprida
	14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada (para se fazer a análise e redigir o relatório do seu desempenho)	SIM	NAO	Não cumprida
Harmonização e Alinhamento	15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	5	Não cumprida
	16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	66%	Não cumprida
	17	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	59%	Não cumprida
	18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	44%	Não cumprida
	19	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	57%	Não cumprida
	20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	75%	Não cumprida
	21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizada uma missão;	≤ 100 e $\geq 13 \cdot 10^6$ USD	158 – $7.5 \cdot 10^6$ USD	Não cumprida
	22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões	40%	17%	Não cumprida
	23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	≤ 10	26	Não cumprida

Anexo II: Avaliações Individuais

1. Alemanha

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ALEMANHA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	Pontos 2012	Real 2011	Pontos 2011	Varição pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	17%	0	24%	1	-1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	NÃO	0	Dentro do Trimestre	1	-1
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	0	SIM	3	-3
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	3	NÃO	2	1
			NÃO		SIM		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	53%	0	58%	0	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	NÃO	0	NÃO	0	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	69%	0	65%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	61	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	SIM	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	108%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	0	0			0
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	53%	0	57	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	17%	0	28	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	17%	0	28	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	53%	0	28	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	90%	0	100%	2	-2
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	3	3	N/A	N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	22,302,009.67		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	33%	0	22%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total			10		15	
				22%		42%	

No geral, a Alemanha reduziu a sua pontuação em termos percentuais de 42% em 2011 para 22%, em 2012.

No capítulo da **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, Alemanha reduziu a sua proporção de AGO de 24 a 17%, e a sua proporção de Apoio Programático de 58 a 53%.

Na componente de **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, a Alemanha declinou devido ao não desembolso de AGO, no mês para o qual foi calendarizado bem como por não dispor no período em análise de um programa multianual de alcance superior a três anos e rolante.

Em relação ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Alemanha piorou o desempenho nos indicadores relativos ao uso dos sistemas nacionais.

Quanto ao **REFORÇO DAS CAPACIDADES** cabe destacar que a Alemanha logrou conquistar 3 pontos no indicador 21 (número total de missões e o valor para o qual é realizada uma missão) bem como por não ter nenhuma Unidade Paralela de Implementação de Projectos. No indicador 21, a Alemanha teve o mérito de realizar apenas 3 missões, significando um rácio de 1 missão para cada 22 Milhões de USD desembolsados, ganhando assim merecidos 3 pontos.

No que diz respeito ao volume da ajuda desembolsada, a Alemanha decresceu a sua ajuda em 12% quando comparado com 2011, tendo desembolsado 74.5 Milhões de USD em 2012, mantendo a sua classificação como doador “Grande”, dentre os PAPs + MAs.

2. Áustria

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ÁUSTRIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	62%	3	84%	0	+3
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	Nao	0	Nao	0	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM		2	SIM	0	3
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	95%	4	98%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	Nao	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	66%	0	124 %	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	72	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	37	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	134	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	NAO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	2	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	75%	0	98%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	75%	2	71%	0	+2
18	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	62%	1	61%	1	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	95%	2	98%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100 %	1	0
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missão	0	3	1	2	

		s					
		> 13 mil. milh	N/A				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	100%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	1	2	1	2	0
Total de Pontos				31		32	
				65%		89%	

No geral, o **desempenho** da Áustria reduziu a sua pontuação em termos percentuais de 89%, em 2011, para 65%, em 2012.

Quanto a composição do Portfólio, cabe destacar que Áustria reduziu a sua proporção de AGO no seu portfólio 84 a 62% e a sua proporção de Apoio Programático de 98 a 95%.

Quanto a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, destacar que a Áustria alcançou 3 pontos por ter feito os Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n. Contudo, permanece como maior desafio ter programas multianuais ≥ 3 anos para AGO e os FCs

Quanto a **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Áustria piorou o desempenho quanto ao uso dos sistemas nacionais concretamente indicadores 8 a 14. Quanto ao reforço das capacidades cabe congratular a Áustria pelo facto de usar os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros, auditorias e aquisição. A Áustria conseguiu 3 pontos sobre o número total de missões e o valor no qual é realizado uma missão.

No que diz respeito ao **volume da ajuda** desembolsada, a Áustria decresceu a sua ajuda em -4% quando comparado com 2011, tendo desembolsado em 2011, 5.3 Milhões de USD, mantendo a sua classificação como doador “Pequeno” dentre os PAPs e MAs.

3. Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL BAD							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	35%	2	53%	3	+1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	Dentro do Mês	3	-2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-3
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	3	SIM	3	0
			NÃO		NÃO		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	35%	0	53%	0	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	191%	0	136%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	88%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	31%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	35%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	8	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	38%	0	53	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	35%	0	53	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	35%	0	53	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	95%	0	53	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100	1	100	1	0
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missão	38	0	0	0	0

		s					
		> 13 mil. milh	2,352,609				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	5%	0	22%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
Total de Pontos							
				18		22	
				38%		61%	

No geral, o **desempenho** do BAD reduziu a sua pontuação em termos percentuais de 61% em 2011, para 38%, em 2012.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, o BAD decresceu em 18p.p (de 53 a 35) a proporção de AGO e consequentemente também da Ajuda programática sobre o total de APD que canaliza para o Governo (BAD não contribue para os FC's) tendo perdido assim pontos.

Quanto a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, o BAD piorou quanto aos desembolso atempado de AGO, tendo desembolsado dentro do mês calendarizado em 2011

Quanto a **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, o BAD piorou o desempenho quanto ao uso dos sistemas nacionais, devido a redução da proporção de Apoio programático. Quando ao reforço das capacidades o BAD também não conseguiu nenhuma pontuação e remanesce com o desafio de melhorar o seu desempenho nesta componente.

No que diz respeito ao **volume da ajuda** desembolsada, o BAD conseguiu incrementar a sua ajuda em 54% quando comparado com 2011, tendo desembolsado 89.4 Milhões de USD em 2012 mantendo a sua classificação como doador "Grande".

4. Banco Mundial (BM)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL BANCO MUNDIAL							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	47%	3	46%	3	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	Dentro do Mês	3	-2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	2	SIM	2	0
			NÃO		NÃO		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	55%	0	50%	0	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	140%	0	54%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	99%	1	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	90%	0	SIM	2	-2
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	71%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	11	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	66%	0	100%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	66%	0	46%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	17%	0	46%	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	23%	0	0%	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	0%	0	N/A	N/A	N/A
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	50	0	N/A	N/A	N/A

		> 13 mil. milh	4.634.805		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	0%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	21	0	16	0	0
	Total de Pontos			15		18	
				31%		50%	

O desempenho do Banco Mundial em 2012 foi um dos mais baixos registados, refletindo uma pronunciada queda na pontuação dos 50% atingidos em 2011 para apenas 31% em 2012.

No capítulo da **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, o incremento de 50 para 55%, registado de 2012 na proporção de Ajuda Programática sobre o total de APD desembolsada pelo Banco Mundial, não foi suficiente para garantir pontuação, mas revela um progresso notável do Banco Mundial no sentido de alinhar o seu portfólio às modalidades preferências do Governo.

Em relação a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, ressalta o facto de o Banco Mundial não ter desembolsado os 19.383.951 USD comprometidos para Fundos Comuns, dentro do prazo inicialmente calendarizado. Entretanto, é preciso notar que o Banco Mundial foi o único Parceiro a somar pontuação pelo indicador 11 relativo a proporção ajuda registada no REO do total da ajuda desembolsada ao país.

No que respeita ao **ALINHAMENTO E A HARMONIZAÇÃO**, é interessante notar que o Banco Mundial não somou nenhum ponto nos indicadores associados a este princípio (15 – 23).

Não obstante ter uma **proporção relativamente alta** de AGO no total da sua ajuda, a avaliação revela que o Banco Mundial é um dos parceiros que mais custos de transacção impõem ao Governo, tanto pelo facto de não estar em geral alinhado aos sistemas nacionais mas também e sobretudo porque tem um volume alto de missões, num total de 50 em 2012. Por outro lado, com 21 UIPs, o Banco Mundial foi em 2012 responsável por cerca de 81% do total de UIPs dos PAPs.

A par da Alemanha, o Banco Mundial é dos Parceiros que em mais sectores intervém, num total de 11.

Em termos de Volume de APD desembolsado, o Banco Mundial desembolsou 231 Milhões de USD, representando um incremento de 129% (cerca 130 Milhões) em relação de 2011. Desta forma, o Banco Mundial foi em 2012 o segundo maior dentre os PAPs+MAS e o maior dos PAPs.

5. Bélgica

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL BÉLGICA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PON TOS 2012	REAL 2011	PON TOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	44%	3	34%	2	1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	dentro do Trimestre	1	dentro do Trimestre	1	-1
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	0	SIM	3	-3
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	3	SIM	0	3
			NÃO				
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	59%	0	34%	4	-4
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	1	SIM	3	-2
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	100%	2	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	25%	0	N/A	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	22%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	SIM	2	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	100%	1	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	6	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	59%	0	88%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	100%	2	88%	2	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	59%	1	88%	1	-1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	100%	2	100%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	59%	0	100%	2	-2
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	1	N/A	N/A	N/A
		> 13	4.333.		N/A		

		mil. milh	683				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	1	1	N/A
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos			23		26	
	Incentivo			1			
	Total de Pontos com Incentivo			24			
				50%		72%	

No geral o desempenho da Bélgica em 2012 classificou-se como Médio Baixo por ter conseguido apenas 48% da pontuação (menor que 50%). No entanto, como um dos Parceiros que incrementaram a sua ajuda em 2012, a Bélgica foi contemplada pela atribuição de 1 ponto de incentivo que lhe permitiu alcançar os 50% da pontuação e transitar para o grupo de parceiros com desempenho Médio.

No concernente á **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, importa congratular a Bélgica por ter superado em 1 ponto percentual a meta de 43% estabelecida para a proporção de AGO no total da sua ajuda ao Governo. Por outro lado, a proporção de Ajuda Programática no total de Ajuda Belga ao Governo esteve muito aquém da meta, não obstante tenha registado um notável progresso de 34% em 2011 para 59% em 2012.

Na componente de **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA** a Bélgica regista interessantes altos e baixos no seu desempenho. Por exemplo, se por um lado a Bélgica conseguiu registar na base de dados ODAMOZ todos os seus desembolsos, notamos que não conseguiu registar nenhum dos seus compromissos (provisões financeiras para o ano n+1). Deixando de lado, este indicador, podemos destacar o positivo desempenho da Bélgica nos indicadores relativos a Previsibilidade. A Bélgica é um dos Parceiros que se comprometeu tanto para AGO como para FC dentro do período estabelecido, e efectivamente realizou os desembolsos dos FC dentro do prazo e sem desvios entre compromisso e desembolsos.

Quanto ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, afigura-se pertinente que a Bélgica reduza o número de sectores de intervenção por forma a minimizar o nível de dispersão da sua ajuda.

6. Canadá

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL CANADA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	18%	0	17%	0	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	DENTRO DO MES	3	-2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NAO	3	SIM SIM	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	94%	4	96%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	96%	1	97%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	94%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	96%	1	SIM	2	-1
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	38%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	1	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	100%	2	97%	2	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	100%	2	92%	2	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	59%	1	56%	1	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	69%	1	92%	2	-1
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	0

21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	3	N/A	N/A	N/A
		> 13 mil. milh	41.827.779		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	100%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
Total				34		33	
				71%		92%	

Num panorama geral, a avaliação indica que o desempenho do Canadá em 2012, registou uma queda de 92 para 71% do total de pontuação. Não obstante, o Canada destaca-se como um dos 2 Parceiros com desempenho **Muito Bom** em termos de pontuação.

O Canadá apresenta também um desempenho invejável na componente de **Composição do Portfólio**. A proporção de Ajuda programática sobre o total de APD que o Canada canaliza para o Governo (94%), é a segunda maior dentre todos os Parceiros, apesar de ter baixado em 2 pontos percentuais comparativamente a 2011.

É na componente da **previsibilidade** que prevalecem alguns desafios para o Canada dos quais importa destacar a necessidade de maior rigor no *report* dos desembolsos e compromissos na base de dados ODAMOZ.

No que se refere ao **Alinhamento e Harmonização**, ressalta logo *a priori* o facto de o Canadá ter pontuado em todos os indicadores. O baixou número de Missões, num total de 2, perfaz também esse bom desempenho.

Não obstante uma retração de 5% no volume global da sua APD, o Canadá posiciona-se ainda como o sexto maior doador dentre os PAPs + Mas, com o total de desembolsos de 91 Milhões de USD em 2012.

7. União Europeia (UE)

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL UNIÃO EUROPEIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	44%	3	57%	3	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	Dentro do Trimestre	1	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM: excepção anexo 10	2	SIM anexo 10	2	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	48%	0	71%	2	-2
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	-15%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	83%	1	155%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	121%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	45%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	24%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	10	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	48%	0	75%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	48%	0	71%	2	-2
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	48%	0	61%	1	-1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	48%	0	75%	2	-2

20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	75%	0	
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	2	6	N/A	N/A
		> 13 mil. milh	83,175,473		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	83%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
Total de Pontos						22	27
Incentivo						1	
Total de Pontos com Incentivo						23	
						48%	75%

No geral, o **desempenho** da União Europeia (UE) piorou, dado que em 2011 atingiu 75% da pontuação total e em 2012 não foi para além de 44%. Este decréscimo está ligado a redução dos fundos desembolsados através da Modalidade de Apoio Programático (de 71% a 48% que representa um decréscimo de 23 pontos percentuais), que causa o incumprimento dos indicadores relacionados com o uso de sistemas nacionais, nos quais foram perdidos 11 pontos.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, tanto a proporção de AGO e AP decresceram de 57% para 44% e de 71% para 48% respectivamente. A redução da proporção de Apoio Programática é em parte justificada pelo não desembolso do valor comprometido para o Fundo Comum PROSAÚDE no valor de 12 Milhões de USD.

Quanto a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, a Comissão Europeia (CE) desembolsou os seus fundos de **AGO** dentro do Trimestre calendarizado. Entretanto, nos Fundos Comuns o cenário foi relativamente menos animador, com apenas os fundos para o PRISE a serem desembolsados dentro do Trimestre. Mesmo ciente da complexidade do exercício para o volume de ajuda gerido pela Comissão Europeia, o Governo desafia esta Agência a melhorar a actualização dos seus dados na ODAMOZ.

Em relação a componente de **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, é de realçar que a União Europeia registou um desempenho excepcional no que diz respeito não só ao número de missões e à proporção de missões Conjuntas mas sobretudo ao rácio entre o total missões comparado com o volume de APD que desembolsa ao País. Entretanto, há claramente desafios consideráveis mas alcançáveis no que diz respeito ao uso dos sistemas nacionais.

8. DFID

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL DFID							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	61%	3	72%	3	-1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM NÃO	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	90%	4	98%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	5%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	72%	2	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	103%	1	N/A	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	64%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	92%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	116%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	8	0	N/A	N/A	0
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	90%	2	96%	0	
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	64%	0	83%	2	-2
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	61%	1	89%	1	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	84%	2	92%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	-1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões > 13 mil.	13 9,590,	0	6 N/A	N/A	1

		milh	259				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	62%	1	83.33%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos			34		36	
				71%		100%	

Num panorama geral, a avaliação indica que o desempenho do DFID em 2012, registou uma queda de 100% para 73% do total de pontuação. Não obstante, o DFID destaca-se como um dos 2 Parceiros com desempenho **Muito Bom** em termos de classificação com base no desempenho.

Quanto a **Composição do Portfólio**, apesar do DFID não ter perdido pontos, a proporção de AGO baixou de 72 a 61% e a proporção de Ajuda programática sobre o total de APD que o Canada canaliza para o Governo, caiu de 100 a 90% de 2011 a 2012.

Quanto a previsibilidade e transparência, o DFID tem um **bom desempenho** dado que desembolsou as 4 tranches do AGO dentro do mês indicado. Ademais, o DFID é um dos poucos que cumpriu com os indicadores sobre os desembolsos atempados para os FCs (nr. 8) e sobre a % do APD ao Governo registada no Orçamento do Estado (ind. 10).

No que se refere ao **Alinhamento e Harmonização**, ressalta que DFID apoiou projectos em 8 sectores, e que o DFID cumpriu com todos os indicadores relacionados com o uso dos sistemas nacionais menos o indicador relacionado com os relatórios financeiros.

Todavia, registamos com alguma apreensão o incremento do numero de missões de 6 para 13, não obstante 62% destas tenham sido realizadas em conjunto. Em termos de rácio, o DFID realiza uma missão para cada 9,5 Mil Milhões desembolsados ao País.

Quanto ao volume de Ajuda, o DFID desembolsou em 2012 131,8 Mil Milhões de USD, que representa um decréscimo de 34% em relação com 2011, devido maioritariamente ao desembolso antecipado em 2011. Mesmo assim o DFID fica classificado como “Grande” DOADOR.

9. Dinamarca

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL DINAMARCA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PON TOS 2012	REAL 2011	PON TOS 2011	VARIA ÇÃO PONTO S
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	29%	1	27%	1	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	Dentro do Mes	3	-2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM SIM	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	63%	0	87%	4	-4
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	15%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	N/A
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	11%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	70%	0	126%		N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	32%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	116%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	101%	1	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	3	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	89%	2	N/A	N/A	N/A
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	86%	2	100%	2	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	89%	1	27%	0	1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	89%	2	100%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	99%	1	100%	1	0
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	3	N/A	N/A	N/A
		> 13 mil. milh	18.377.063,62		N/A		

22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	50%	1	100%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	2	0	2	0	0
	Total de Pontos			29		32	
	Incentivo			1			
	Total de Pontos com Incentivo			30			
				63%		89%	

Em geral, a avaliação indica que o desempenho do Dinamarca, registou uma queda de 89% para 60% do total de pontuação. Desta forma, mesmo beneficiando-se do ponto de incentivo atribuído aos parceiros que incrementaram a sua APD em 2012, a Dinamarca não foi para além do desempenho Médio Alto.

Na componente de **Composição do Portfólio**, notamos com satisfação **que a Dinamarca incrementou a proporção da sua AGO de 27% em 2011 para 29% em 2012**. Contudo, ainda não alcançou a meta de 43%. Em contra partida, a proporção de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo, piorou de 63%, em 2012 contra 87%, em 2011, perdendo assim 4 pontos.

Quanto a **PREVISIBILIDADE**, notou-se que em função do não desembolso para o FC PROSAUDE, a Dinamarca não desembolsou a totalidade dos fundos comprometidos para os FCs, para além de ter atrasado o desembolso de AGO.

No que concerne a **TRANSPARÊNCIA** destaca-se o bom desempenho de Dinamarca quanto ao registo correcto dos seus desembolsos em ODAMAZ, dado que Dinamarca é um dos 3 PAPs que conseguiu cumprir com o indicador 13.

Quanto ao **Alinhamento e Harmonização**, notou-se um bom desempenho, dado que Dinamarca é um dos poucos Parceiros que concentra as suas intervenções em 3 sectores. Em relação ao uso dos sistemas do Governo, aprez-nos constatar que a Dinamarca atingiu as metas estabelecidas para todos os indicadores.

Quanto as missões, a Dinamarca cumpriu com todas as metas, tendo realizado apenas 2 missões, implicando que Dinamarca realiza uma missão por cada 18 Mil Milhões USD desembolsada. Importante também realçar que a Dinamarca é um dos poucos parceiros que continua tendo UIPs, tendo registado no ano passado 2.

Em geral, notou-se como maior desafio para Dinamarca a melhoria da previsibilidade dos fundos e a composição do portfolio.

A Dinamarca desembolsou em 2012 60,9 Milhões de USD, representando um incremento de 27% comparando com o ano passado., sendo assim classificado como “Grande” doador. Em 2011, havia sido classificado como Doador com “Médio”.

10. Espanha

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ESPANHA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	0%	0	52%	3	-3
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	NÃO	0	Dentro do Trimestre	1	-1
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	0	SIM	3	-3
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	1	SIM	3	-2
			NÃO		SIM		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	89%	4	89%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	282%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	NÃO	1	SIM	3	-2
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	117%	1	72%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	49%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	SIM	2	-2
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	113%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	1	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	53%	1	97%	2	-1
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	53%	0	82%	1	-1
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	53%	1	97%	2	-1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	53%	1	82%	2	-1
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	-1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma	≤ 10 missões	0	3		N/A	N/A

	missão.	> 13 mil. milh	N/A				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	0%	0	1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	1	0	2
	Total de Pontos			19		31	
				40%		86%	

No geral, o **desempenho** da Espanha reduziu de uma pontuação de 86% em 2011 para 40% em 2012, que constitui uma das mais acentuadas quedas registadas na pontuação dos PAPs. Esta queda no desempenho está correlacionada com o facto de a Espanha não ter desembolsado os valores comprometidos de AGO, o que constitui uma infracção ao condicionalismo comum do Apoio Geral ao Orçamento (AGO).

Ora, contrariando a queda na maior parte dos indicadores, a Espanha logrou eliminar a sua Unidade de Implementação de Projectos (UIPs) paralela em 2012, deixando assim de fazer parte do restrito grupo de Parceiros que financiam UIPs.

Quanto a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, é de salutar que a proporção de AP no total da APD que a Espanha canaliza para o Governo, manteve-se estável em 89% não obstante o não desembolso de AGO.

Entretanto, a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA** da ajuda Espanhola foi negativamente abalada pelo não desembolso de AGO bem como pelos desembolsos dos financiamentos para os FCs fora dos prazos calendarizados. Ainda nesta componente, importa destacar que a Espanha cumpriu com o indicador 10 relativo a sua percentagem da APD do registada no Orçamento do Estado comparada com a APD ao Governo programado para o ano fiscal. Entretanto, a actualização da base de dados ODAMOZ continua a ser um desafio também para a Espanha.

Por outro lado, o não desembolso de AGO significou também uma baixa no volume da APD Espanhola que usa os sistemas nacionais. Isto explica o baixo desempenho da Espanha nos indicadores associados ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**.

No que se refere ao **REFORÇO DAS CAPACIDADES**, a Espanha melhorou o desempenho, por que não teve nenhuma missão e extinguiu a sua unidade de implementação paralela.

O volume total de APD da Espanha para Moçambique registou um decréscimo de 65% baixando de um total de 24 Milhões em 2011 para 8 Milhões em 2012.

11. Finlândia

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL FINLÂNDIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PO NT OS 201 2	REAL 2011	PONT OS 2011	VARIAÇ Õ PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	29%	1	27%	1	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mes	3	Dentro do Mes	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	3	SIM	3	0
			NÃO		SIM		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	70%	2	76%	4	-2
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	-12%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	N/A
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	10%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥80 e ≤120%	77%	0	76%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥95 e ≤105%	30%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥95 e ≤105%	85%	0	SIM	2	-2
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥95 e ≤105%	78%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	2	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	93%	2	91%	2	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	68%	1	29%	0	1
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	97%	1	29%	0	1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	97%	2	64%	1	1
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	58%	0	100%	2	-2
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	4	1		N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	7.718.789				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	0%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	1	2	0	2	0
	Total de Pontos			26		27	
				54%		75%	

O **desempenho** da Finlândia em 2012, foi relativamente baixo em relação a 2011. A pontuação baixou de 75% em 2011 para 54% em 2012.

O negativo desempenho do indicador ligado a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO** foi notavelmente um dos condicionantes dessa queda. De facto, a proporção de Ajuda Programática no total da Ajuda Filandesa ao Governo, baixou em 6 pontos percentuais (de 76% em 2011 para 70% em 2012).

A pontuação da Finlândia nos indicadores ligados a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, também podia ter sido melhor, mediante um aprimoramento dos processos. Prevalece por exemplo em grande medida o desafio de aprimorar a actualização da base de dados ODAMOZ. No entanto, o facto de este Parceiro ter desembolsado antepadadamente o valor comprometido para AGO, é digno de ressalva.

O **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO** da ajuda da Finlândia registou alguns progressos particularmente no que se refere ao uso dos sistemas nacionais. Entretanto, importa referir que a Finlândia é ainda um dos 5 Parceiros com Unidades de Implementação Paralelas (UIPs). Importa também notar que a Finlândia realizou todas as suas missões de forma individual.

12. França

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL FRANÇA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	10%	0	25%	1	-1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	100%	3	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM	3	SIM	3	0
			NÃO		SIM		
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	10%	0	25%	0	2
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	N/A	N/A	3
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	128%	0	24%	0	
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	57%	0	N/A	N/A	0
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	101%	1	SIM	2	-1
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	100%	1	N/A	N/A	0
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	9	0	N/A	N/A	0
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	10%	0	25%	0	
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	10%	0	26%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	10%	0	48%	0	N/A
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	93%	2	65%	0	2
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	7	1		N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	3.690.709				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	71%	1	60%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos			24		22	0
	Incentivo			1			
	Total de Pontos com Incentivo			25			
				52%		61%	

Contrariando o desempenho **Médio Baixo** registado em 2011, a França classificou-se pela Avaliação de 2012 como um parceiro de desempenho Médio.

Contudo, a pontuação da França no indicador referente a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, foi nula. Afinal de contas, para além de não contribuir para os Fundos Comuns, a França apresenta uma proporção excepcionalmente baixa de Ajuda Programática no total da ajuda que providencia ao Governo – apenas 10%. É a mais baixa proporção entre todos os 19 PAPs.

Em relação a **PREVISIBILIDADE e TRANSPARÊNCIA**, a França destaca-se como o único parceiro que cumpriu com os dois dos indicadores chaves desta componente relativos ao preenchimento da base de dados ODAMOZ (indicador 12 e 13). Portanto, a França registou devidamente na base de dados tanto os seus compromissos para 2013 como os desembolsos de 2012.

Com apenas 10% do total da ajuda ao Governo a ser desembolsada como Ajuda Programática, é lógico que o desempenho da França nos indicadores associados ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, definitivamente não foi dos melhores.

Em relação ao volume agregado de APD ao País, a França incrementou o total de desembolsos em 50%, saindo dos cerca de 17 Milhões de 2011 para 26 Milhões em 2012.

13. Irlanda

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL IRLANDA							
No	MATRIZ AGREGADA	meta 2012	real 2012	pontos 2012	real 2011	pontos 2011	variação pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	29%	1	33%	2	-1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Trimestre	1	Dentro do Mês	3	-2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM SIM	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	90%	4	92%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	24%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	95%	1	92%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	31%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	85%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	4%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	2	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	90%	2	92%	2	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	90%	2	76%	2	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	74%	1	91%	1	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	90%	2	76%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	-1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma	≤ 10 missões	3	3	N/A	N/A	N/A

	missão.	> 13 mil. milh	39.610.603		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	33%	1	-1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos			32		35	-4
				67%		97%	

Não obstante uma regressão na percentagem da pontuação de 97% em 2011 para 67% em 2012, a Irlanda continua a ser um dos parceiros com o melhor desempenho, posicionando-se em terceiro lugar na classificação pontual (depois do DFID e do Canadá). Este desempenho reflete a sua boa prestação um pouco por todos os indicadores e componentes da avaliação.

Repare-se que na **COMPOSIÇÃO DO seu PORTFÓLIO**, a Irlanda consagrou em 2012, 90% da sua ajuda ao Governo às modalidades programáticas. Dentre os PAPs+MA, a Irlanda é o terceiro parceiro que canaliza maior proporção da sua ajuda ao Governo para as modalidade Programáticas. Porém, importa registar que quando comparado com 2011, a Irlanda reduziu em cerca de dois pontos percentuais a proporção de Apoio Programática (92% em 2011 e 90% em 2012).

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, a Irlanda apresenta um desempenho relativamente baixo na medida em que mais da metade dos indicadores para este princípio tiveram um desempenho negativo quando comparadas as metas estabelecidas.

Do total de 12 pontos possíveis nos indicadores da componente de Previsibilidade e Transparência (6 – 14), a Irlanda conseguiu apenas 7 pontos. Notamos que o preenchimento dos compromissos e dos desembolsos na base de dados ODAMOZ, continua a constituir um desafio para a Irlanda.

Quanto ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Irlanda apresentou um desempenho positivo dado que a agencia usa de forma satisfatória os sistemas nacionais. Ademais, podemos afirmar que é dos parceiros que menos custos de transacção impõem ao Governo pois para além de ter um baixo número de missões, um dos 4 maiores rácios missões/ajuda desembolsada ao Governo, a Irlanda é dos Parceiros que já de forma precedente não tem reportado nenhuma UIP no País.

14. Itália

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL ITÁLIA							
No	MATRIZ AGREGADA	meta 2012	real 2012	pontos 2012	real 2011	pontos 2011	variação pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	37%	2	51%	3	-1
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	NÃO	0	Dentro do trimestre	1	-1
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM SIM	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	54%	0	85%	4	-4
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	-55%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	37%	1	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NÃO	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	139%	0	85%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	44%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	68%	0	92%	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	119%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	3	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	100%	2	100%	2	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	37%	0	56%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	37%	0	66%	1	-100%
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	100%	2	87%	2	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	73%	0	100%	2	-2
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizada uma missão.	≤ 10 missões > 13 mil.	13 1.067.57	0	N/A N/A	N/A	N/A

		milh	0				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	0%	1	-1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	3	0	2
	Total de Pontos			20		28	-8
	Incentivo			1			
	Total de Pontos com Incentivo			21			
				44%		78%	

Em termos de pontuação, a Itália registou uma queda de desempenho de 78% em 2011 para 42% em 2012. Não obstante o ponto de incentivo atribuído aos PAPs que incrementaram a sua APD em 2012, a Itália classificou-se como um parceiro de desempenho **Médio Baixo**.

O declinante desempenho observado na componente de **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, explica em grande medida esta queda. A proporção de Ajuda Programática no total de APD da Itália ao Governo baixou drasticamente de 85% em 2011 para 54% em 2012.

No que diz respeito a **PREVISIBILIDADE**, o baixo desempenho da Itália justifica-se pela perda de pontos em 5 indicadores (6,11,12,13 e 14) e pelo fraco desempenho nos restantes indicadores desta componente. A Itália caracteriza-se por um baixo desempenho no indicador 5 sobre o desvio do valor total de AP desembolsada comparado com o comprometido no ano 2011. Efectivamente, a Itália não desembolsou os fundos comprometidos para os Fundos Comuns do PROAGRI e SISTAFE.

No que respeita ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se imediatamente o bom desempenho nos indicadores 16 e 19 sobre o uso dos sistemas nacionais (uso de CUT e das regras de Procurement nacional), sendo Itália o único parceiro a atingir 100% nestes indicadores.

Entre os PAPs bilaterais, a Itália tem junto com o DFID o terceiro maior volume de missões, num total de 13. Porém o que diferencia a Itália do DFID é o facto de o número de missões da Itália ser alto em relação ao volume de APD que desembolsa ao país. A Itália realiza uma missão por cada Milhão de USD desembolsada, tendo apenas Portugal com pior desempenho neste indicador (rácio missões/total de APD desembolsada).

Para reduzir os custos de transacção decorrentes deste alto número de missões, recomendamos que a Itália se alinhe a missões conjuntas com outros PAPs

Em relação ao volume de APD desembolsada ao País, a Itália é um dos poucos parceiros cujo volume aumentou de 2011 a 2012. A Itália incrementou a sua ajuda em 9%, saindo dos cerca de 18 Milhões de USD em 2011 para 20 Milhões em 2012.

15. Noruega

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL NORUEGA							
No	MATRIZ AGREGADA	meta 2012	real 2012	pontos 2012	real 2011	pontos 2011	variação pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	47%	3	53%	3	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM NÃO	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	76%	4	76%	4	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	15%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	NÃO	0	3
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	18%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	93%	1	N/A	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	47%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	54%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	NÃO	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	3	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	66%	0	73%	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	66%	0	73%	1	
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	47%	0	53%	1	-1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	66%	0	73%	1	-1
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	-1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões > 13 mil. milh	0 49.830.471,00 0	3	100%	2	-1

22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	100%	1	100%	1	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos		0	31	0	29	0
				65%		80%	0

O desempenho da Noruega para o ano 2012, registou uma redução de 80% em 2011 para 65% em 2012.

Na componente da **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, cujo desempenho é medido pela proporção de Ajuda Programática e de AGO no total de APD desembolsada ao Governo, a Noruega teve uma avaliação positiva. A Noruega manteve a sua Ajuda Programática em 2012, nos mesmos níveis de 2011 (76%), registando porém uma redução na contribuição de AGO de 53% em 2011 para 47% em 2012.

No que tange aos indicadores da **PREVISIBILIDADE**, o desempenho da Noruega foi igual ao do ano passado, havendo contudo a necessidade de melhorar o cumprimento da calendarização acordada para o desembolso dos Fundos Comuns. Em relação a **TRANSPARÊNCIA** nota-se que a Noruega não actualiza regularmente os dados das previsões e dos desembolsos na base de dados ODAMOZ.

No capítulo do **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, a Noruega teve um **desempenho negativo** tendo perdido pontos em todos os indicadores relacionados com o uso dos sistemas nacionais. Porém, um aspecto positivo que se destaca e que importa frisar é o facto de a Noruega não ter realizado nenhuma missão.

Quanto ao volume de ajuda desembolsada ao País, cabe notar que Noruega reduziu o seu volume em 5%, de 64.9 Milhões de USD em 2011 a 61,5 Milhões em 2012, classificando-se assim em 2012 como um doador “Grande”.

16. Países Baixos.

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL PAÍSES BAIXOS							
No	MATRIZ AGREGADA	meta 2012	real 2012	pontos 2012	real 2011	pontos 2011	variação pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	31%	1	49%	3	-2
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mes	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	3	SIM	3	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM NÃO	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	70%	2	89%	0	4
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	6%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	NÃO	1	NÃO	0	1
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	91%	1	96%		1
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	59%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	29%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	27%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	3	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	59%	0	100%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	34%	0	100%	1	-1
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	48%	0	49%	2	-2
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	50%	0	100%	2	-2
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	2	-1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizada uma missão.	≤ 10 missões > 13 mil.	9 4,144,9	1	6 N/A	N/A N/A	N/A N/A

		milh	01				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	15%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total de Pontos			18		32	0
				38%		89%	

No geral, o **desempenho** dos Países Baixos regrediu de 89% em 2011 para 38% em 2012. Esta redução deve-se em grande medida ao desempenho negativo nos indicadores relacionados com o Apoio Geral ao Orçamento

No que tange a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, a proporção de AGO baixou de 49% a 31%, notando-se igualmente que a proporção de Apoio Programático (AP) teve uma queda de 89% a 70%.

Em relação a **PREVISIBILIDADE**, os Países Baixos conseguiram desembolsar o seu compromisso AGO dentro do mês calendarizado. Entretanto, tal como formalmente anunciado os Países Baixos deixam apartir de 2013 de providenciar ajuda na modalidade de AGO, razão pela qual o seu desempenho é fraco nos indicadores 4 e 7.

No entanto, destaca-se como um aspecto positivo o alcance da meta estabelecida para o indicador 10 relativo a % do APD Holandesa registada no Orçamento do Estado em comparação com APD ao Governo programada para o ano fiscal.

Quanto a **TRANSPARÊNCIA**, os Países Baixos apresentam um baixo desempenho nos indicadores 12 e 13, referentes a actualização da ODAMOZ.

No que diz respeito ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, os Países Baixos tem um bom desempenho no capítulo da concentração da sua ajuda para projectos estando concentrado em 3 sectores. Quanto ao uso dos sistemas nacionais os Países Baixos pioraram bastante o seu desempenho, não logrando cumprir nenhum dos indicadores, contrariamente ao transacto. Por outro lado, os Países Baixos realizaram em 2012 um total de 9 missões contra apenas 6 em 2011. Desta forma, a Holanda realizou uma missão para cada 4 Milhões desembolsados, sendo um dos 5 PAPs que menos ajuda desembolsa por missão (rácio).

Quanto ao volume de ajuda desembolsada ao País, cabe notar que os Países Baixos reduziram o seu volume em 25%, de 60.6 Milhões de USD em 2011 a 45,4 Milhões em 2012, classificando-se assim em 2012 como um doador médio.

17. Portugal

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL PORTUGAL							
No	Matriz agregada	Meta 2012	Real 2012	Pontos 2012	Real 2011	Pontos 2011	Varição dos pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	32%	0	13%	0	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	NÃO	0	3
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	NÃO	0	NÃO	0	0
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	NÃO NÃO	3	NÃO NÃO	0	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	38%	0	18%	0	0
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	3	NÃO	0	3
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	11%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	8918%	1	40%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	1705%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	9	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	38%	0	18%	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	38%	0	18%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	32%	0	13%	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	38%	0	18%	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	60%	0	100%	2	0
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	8	1	9	N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	745,33 2		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	75%	1	33.00%	0	1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
	Total			15		12	3
				31%		33%	

No geral, o desempenho de Portugal baixou de 33 em 2011 para 31% em 2012.

Em relação a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, mesmo não atingindo as metas, Portugal conseguiu melhorar o seu desempenho, tendo incrementado, a proporção de AGO de 18% a 32%. Porém, a proporção de Apoio programático baixou de 18% a 38%.

Quanto a **PREVISIBILIDADE**, Portugal melhorou significativamente o seu desempenho, tendo desembolsado o seu compromisso AGO dentro do mês calendarizado (Indicador 2) e anunciado atempadamente o seu compromisso para 2013, ganhando assim 6 pontos. No entanto, prevalece o desafio de estabelecer acordos plurianuais (de mais de 3 anos) para AGO bem como de desembolsar e registar os seus fundos correctamente no OE.

Esses desafios estendem-se igualmente para a componente de **Transparência**, onde Portugal continua o desafio de registar as suas previsões e desembolsos na base de dados ODAMOZ (indicadores 12 e 13).

A componente do **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, revela as maiores fragilidades na qualidade da ajuda Portuguesa. Portugal apoiou 9 sectores, não tendo cumprido com a meta de concentrar-se em 4 sectores. Repare-se que apesar de providenciar o segundo mais reduzido volume de APD (depois da Áustria), Portugal apresenta o terceiro maior número de sectores de intervenção. Um outro aspecto que importa reter é que Portugal não cumpriu com nenhum dos indicadores relativos ao uso dos sistemas nacionais.

Quanto as missões, Portugal realizou uma missão a menos comparando com 2011. Não obstante, em relação ao volume de APD que providencia ao País, Portugal continua a ter um número alto de Missões. O rácio entre o número de missões e o volume de ajuda ao País é o mais baixo dentre todos os PAPs (uma missão para cada 0.7 Milhões de USD desembolsado).

Quanto ao total de ajuda desembolsada ao País, cabe notar que Portugal reduziu o seu volume em 54% tendo desembolsado em 2012 apenas 7.6 Mil Milhões de USD, sendo o segundo menor PAP, quanto ao volume de ajuda desembolsada.

18. Suécia

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL SUÉCIA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	Pontos 2012	Real 2011	Pontos 2011	Varição pontos
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	61%	3	57%	3	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mês	3	Dentro do Trimestre	1	2
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM NÃO	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	71%	2	76%	4	-2
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	-3%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	0	SIM	3	-3
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	SIM	2	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	86%	1	89%		1
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	81%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	83%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	115%	0	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	3	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	65.5%	0	96%	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	65.5%	1	83%	0	1
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	60.7%	1	89%	0	1
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	72.9%	2	92%	0	2
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	77%	0	100%	2	-2
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	3	6	N/A	N/A
		> 13 mil.	35,894		N/A	N/A	

		milh	,462				
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	83.3%	1	-1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
Total						27	1
					58%	75%	

No geral, o **desempenho** de Suécia piorou de 75% em 2011 para 58% em 2012.

Em relação a **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, a Suécia, melhorou o seu desempenho quanto ao primeiro indicador, tendo incrementado, a proporção de AGO de 57% em 2011 para 61% em 2012. Porém, em contrapartida, a proporção de Apoio Programático baixou de 76 para 71%.

Quanto a **PREVISIBILIDADE**, a Suécia melhorou o seu desempenho, tendo desembolsado o seu compromisso AGO dentro do mês calendarizado (Indicador 2), mas não anunciou atempadamente o seu compromisso para 2013. O grande desafio que prevalece para a Suécia nesta componente é de desembolsar atempadamente os seus compromissos para os FC's.

No concernente a **TRANSPARÊNCIA**, apesar de a Suécia não ter pontuado nos indicadores 12 e 13, reconhece-se o esforço envidado no sentido de manter a base de dados ODAMOZ devidamente actualizada.

Quanto ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, destaca-se o esforço de Suécia em limitar os sectores de concentração, tendo intervindo apenas em 3 sectores. Isto permitiu o cumprimento do indicador 15. Entretanto, em relação ao uso dos sistemas nacionais, o desempenho do indicador sobre o uso do sistema CUT, ficou ainda aquém do desejado.

O desempenho da Suécia no capítulo do volume de Missões é um dos cinco melhores dentre os PAPs. Tendo baixado drasticamente o numero de missões de 6 em 2011 para 2 em 2012, a Suécia não só apresenta um dos menores volumes de missões como também dispõem de um dos mais altos rácios de Total de ajuda desembolsada por missão realizada (uma missão para cada 35,89 Milhões de USD desembolsados).

Quanto ao volume de ajuda desembolsada ao País, importa notar que não obstante a ligeira queda de 1%, a Suécia não só continua a apresentar um dos mais estáveis fluxos de ajuda como também se mantém como o quarto maior PAP em termos de volume de APD. Só em 2012, a Suécia desembolsou 102.6 Mil Milhões de USD.

19. Suíça

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL SUÍÇA							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	36%	2	30%	2	0
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	Dentro do Mes	3	Dentro do Mês	3	0
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	SIM	2	SIM	3	-1
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	SIM NÃO	3	SIM SIM	3	0
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	62%	0	79%	4	-4
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	+30%	1	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	NÃO	0	SIM	3	-3
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	63%	0	78%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	60%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	42%	0	SIM	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	100%	1	N/A	N/A	N/A
14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	4	1	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	62%	0	79%	2	-2
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	62%	0	42%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	62%	1	67%	1	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	63%	0	79%	2	-2
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	100%	1	100%	1	0

21	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	≤ 10 missões	2	1	N/A	N/A	N/A
		> 13 mil. milh	10.83 8.130		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	33%	1	-1
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	2	0	2	0
Total de Pontos				17		33	
Incentivo				1			
Total de Pontos com incentivo				18			
				38%		92%	

No geral, o **desempenho** da Suíça baixou, comparando os anos 2011 e 2012, constata-se que a Suíça registou uma queda de pontuação de 92% em 2011 para 38% em 2012.

O desempenho da componente da **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, medido pela proporção de ajuda programática no total de APD desembolsada ao Governo (indicador 5) ficou muito abaixo dos confortáveis 79% de 2011. Em 2012, a proporção de Ajuda Programática no Total de APD desembolsada ao Governo pela Suíça foi de 62%, cifra que esteve ligeiramente abaixo da média dos PAPs (64,8%). Olhando para esta média (que está abaixo das metas de desempenho fixadas para este indicador), podemos concluir que a Suíça não está de forma alguma isolada no conjunto de parceiros que não pontuaram neste indicador.

A **PREVISIBILIDADE e a TRANSPARÊNCIA**, afiguraram-se como os pontos mais fracos do desempenho da Suíça. De um total de 12 pontos possíveis nessas componentes, a Suíça conseguiu apenas somar 2. É importante sublinhar que um bom desempenho de um parceiro nos indicadores ligados a esta componente, traduz-se na prática numa ajuda que é de forma mais fácil e flexível incorporada nos processos de planificação e orçamentação nacional.

No que respeita ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, o desempenho em relação ao uso dos sistemas nacionais não foi dos melhores. Enquanto a proporção de ajuda programática sobre o total de APD ao governo se mantiver no actual nível, é pouco provável que o cenário se altere.

Ora, mesmo em meio a estes desafios, um dado revela-se animador. Num ano em que a maioria dos parceiros incluindo MAs (62%) reduziu o seu volume total de APD em relação a 2011, a Suíça é dos parceiros cujo total de ajuda registou um significativo incremento em 2012. Porém, seria recomendável que este incremento não induza a um aumento no número de sectores de intervenção, por forma a não diluir o enfoque e a qualidade da ajuda.

20. Nações Unidas

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL NAÇÕES UNIDAS							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	N/A N/A	N/A	N/A N/A	N/A	N/A
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	9%	0	3%	0	
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	26%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	SIM	1	SIM	3	
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	0%	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	NAO	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	70%	0	36%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	1794 %	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devida registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	9%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	56%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	NÃO	0	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	18	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	5%	0	3%	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	12%	0	3%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	12%	0	3%	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	12%	0	3%	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	99%	1	N/A	2	1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	32	0	N/A	N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	1.506.404		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	34%	0	21%	0	0
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	0	1	1	1	0
Total				3		12	
				11%		33%	

As Nações Unidas classificaram-se em 2012 como um parceiro de desempenho “Fracó”, tal como em 2011 tendo a Avaliação baixado vertiginosamente de 33% para 14%.

O desempenho da componente da **COMPOSIÇÃO DO PORTFÓLIO**, foi nulo não obstante o modesto incremento da proporção de APD programática de 3 para 9%. Este incremento deveu-se ao aumento do volume de Apoio sectorial de 4000 USD para pouco mais de 5 mil USD.

Na componente de **PREVISIBILIDADE e a TRANSPARÊNCIA**, de um total de 12 pontos possíveis, as Nações Unidas somaram apenas 1 ponto pelo facto de terem anunciado os seus compromissos para 2013 na modalidade de Fundos Comuns dentro de quatro semanas após a Revisão Anual.

No que respeita ao **ALINHAMENTO E HARMONIZAÇÃO**, cenário não foi diferente pois as Nações Unidas não foram para além de 2 pontos em todos os indicadores desta componente. Este desempenho está intimamente associado ao facto de este parceiro ter a mais baixa proporção de ajuda programática dentre os PAPs que providenciam apoio nas modalidades programáticas.

Ora, não é apenas nos indicadores associados a ajuda programática que o desempenho das Nações Unidas ficou aquém do desejado. Tendo o terceiro maior número de missões dentre todos os Parceiros, as Nações Unidas tem o terceiro menor rácio de ajuda por cada missão realizada.

No entanto, dois aspectos merecem destaque pela positiva. 99% da ajuda desembolsada pelas Nus para Projectos e FCs, não impôs isenções fiscais. Por outro lado, embora a ajuda das Nus para Projectos corresponda a 99,8% da APD ao Governo e 74, 7% da APD ao País, as Nações Unidas reportaram não dispor de nenhuma Unidade de Implementação Paralela (UIP).

21. USAID

TABELA DA PONTUAÇÃO INDIVIDUAL USAID							
No	MATRIZ AGREGADA	Meta 2012	Real 2012	PONTOS 2012	REAL 2011	PONTOS 2011	VARIAÇÃO DOS PONTOS
1	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de APD desembolsado ao Governo.	43%	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
2	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	Dentro do Mês	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
3	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	SIM	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
4	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	SIM	N/A N/A	N/A	N/A N/A	N/A	N/A
5	% de Ajuda Programática no total de APD desembolsada ao Governo.	75%	0%	0	0%	0	
6	Desvio do valor total de AP desembolsado no ano n comparado com o comprometido no ano n-1.	< 10%	0%	0	N/A	N/A	N/A
7	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	SIM	N/A	0	N/A	N/A	N/A
8	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	50%	N/A	0	N/A	N/A	N/A
9	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	SIM	N/A	0	N/A	N/A	N/A
10	% do APD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	≥ 80 e $\leq 120\%$	146%	0	36%	N/A	N/A
11	APD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	N/A	N/A	N/A
12	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no "Guião sobre os Recursos Externos"	≥ 95 e $\leq 105\%$	0%	0	N/A	N/A	N/A
13	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	≥ 95 e $\leq 105\%$	101%	0	N/A	N/A	N/A
14	<i>Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho de forma consolidada</i>	SIM	SIM	1	N/A	N/A	N/A
15	Número de sectores de intervenção por PAPs	<4	9	0	N/A	N/A	N/A
16	% do APD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	80%	0%	0	0%	0	0
17	% da APD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	70%	0%	0	0%	0	0
18	% do APD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas os procedimentos nacionais de auditoria	55%	0%	0	0%	0	0
19	% da APD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	73%	0%	0	0%	0	0
20	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	95%	0%	0	100%	2	1
21	Número total de missões e valor (em milhão de USD)	≤ 10	24	0	N/A	N/A	N/A

	de APD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	missões					
		> 13 mil. milh	6.263 .583		N/A		
22	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	>40%	0%	0	N/A	N/A	N/A
23	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas	< 10	1	1	1	2	0
	Total			2		5	
				6%		14%	

Dentre todos os Parceiros, a USAID, teve o mais baixo desempenho, alcançando apenas 2 pontos (6% da pontuação total).

O desempenho foi praticamente nulo em todas as componentes da Avaliação. Importa contudo mencionar que a USAID é de longe o maior doador para Moçambique e o mau desempenho justifica-se sobretudo pelo facto de ela não desembolsar a ajuda ao Governo. Este padrão de canalização de APD impõem desafios de vária ordem ao Governo, daí que a aplicação dos sistemas nacionais na base de canalização da ajuda pelas modalidades preferenciais em Moçambique, continue a ser o apelo.

Anexo III: Tabela 1A: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs)

	Indicadores de desempenho do grupo - 2012												
	Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO				Composição do	Previsibilidade e Transparência							
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsada ao Governo.	Desvio do valor total de apoio programático (AP) do ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1	Compromissos de AGO e FC para o ano n-1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM.	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	% do AOD do ano n dos PAPs registada no OE comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal.	AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	% das provisões financeiras para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz	% dos desembolsos do ano n incluídos correctamente no ODAMC
Meta Grupo 2012	43%	80%	100%-22%	100%	>75%:4 >66%:2	< 10%	100%: 3 >90%: 1	50%	80%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤105%	≥95 e ≤10
Real grupo 2012	40,7%	47%	86% - 5%	84%	63%	-3%	68%	19%	68%	124%	78%	68%	68%
Pont. grupo 2012	2	0	1	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Pont. Máxima	3	3	3	3	4	1	3	3	2	2	1	1	1
Real grupo 2011	43%				72%	N/A		N/A	N/A	99%	N/A	N/A	N/A
	Indicadores de desempenho individual - 2012												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Objectivos individuais (pontos)	>43%:3 >35%:2 >25%:1	DENTRO DO MES:3 DENTRO DO TRIMESTRO: 1 FORA DO MES: 0	3 ANOS E ROLANTE: 3 so 3 ANOS: 2 NAO: 0	SEM : 3 COM ANEXO 10: 2	>75%:4 >66%:2	< 10%: 1	SIM: 3 Apenas FC: 1	>50%:2 ≥30%:1	SIM: 2 NAO: 0	>80% <120% 1	≥95 e ≤105%: 1	≥95 e ≤105%: 1	≥95 e ≤10 1
Alemanha	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Áustria	3	3	0	3	4	1	3	0	0	0	0	0	0
BAD	2	1	2	3	0	1	3	0	2	0	0	0	0
Banco Mundial	3	1	2	2	0	1	3	0	2	0	1	0	0
Bélgica	3	1	0	3	0	1	1	2	2	0	0	0	1
Canadá	0	1	3	3	4	1	3	0	2	1	0	1	0
União Europeia	3	1	2	2	0	0	3	0	2	1	0	0	0
DFID	3	3	2	3	4	1	3	2	2	1	0	0	0
Dinamarca	1	1	2	3	0	0	3	0	2	0	0	0	1
Espanha	0	0	0	1	4	0	1	0	0	1	0	0	0
Finlândia	1	3	2	3	2	0	3	0	2	0	0	0	0
França	0	3	2	3	0	1	3	0	2	0	0	1	1
Irlanda	1	1	2	3	4	1	3	0	2	1	0	0	0
Itália	2	0	2	3	0	0	3	1	2	0	0	0	0
Noruega	3	3	2	3	4	1	3	0	2	1	0	0	0
Países Baixos	1	3	0	3	2	1	1	0	0	1	0	0	0
Portugal	0	3	0	3	0	1	3	0	0	1	0	0	0
Suécia	3	3	2	3	2	1	0	0	2	1	0	0	0
Suiça	2	3	2	3	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Pontuação média	1,6	1,8	1,4	2,8	1,6	0,7	2,2	0,3	1,4	0,5	0,0	0,1	0,2
Nº PAPs que atingiram as metas	7	9	12	16	6	14	13	2	13	9	0	2	3
% dos PAPs que atingiram as metas	37%	47%	63%	84%	32%	74%	68%	11%	68%	47%	0%	11%	16%

	Harmonização e Alinhamento											Pontuação o total	% da Pontuação Máxima Disponível
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
	% dos desembolsos do ano não incluído correctamente no ODAMOZ	PAPs enviam dentro do prazo estabelecido a informação do seu desempenho de forma consolidada	Número de sectores de intervenção por PAPs	% do AOD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	% da AOD que usa os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros	% do AOD ao Governo auditada usando apenas os procedimentos nacionais	% da AOD ao Governo que usa os sistemas nacionais de aquisição	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de AOD ao Governo para o qual é realizado uma missão.	% de missões conjuntas/coordenadas (entre os PAPs)	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas		
Meta Grupo 2012	≥95 e ≤105%	SIM: 1	<4	80%	70%	55%	73%	95%	≤ 100 missões e ≥ 13*10^6USD	>40%	<10		
Real grupo 2012	68%	NAO	5	66%	59%	45%	57%	94%	158 missões e 7*10^6USD	17%	26		
Pont. grupo 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	13%
Pont. Máxima	1	1	2	2	2	2	2	1	3	1	2	48	
Real grupo 2011	N/A	N/A	N/A	82%	67%	54%	69%	86%	137 missões	20%	23		
	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	Pontuação o total	% de Pontuação
Objectivos individuais (pontos)	≥95 e ≤105%: 1	SIM: 1	<4:1	>80%: 2 >70%: 1	>70%: 2 >65% 1	≥55% 1	≥73% 2 ≥69% 1	≥95%: 1	<10 missões: 1 e >13 milhões USD: 2	> 40%: 1	<3: 2 e reduzido : 1		
Alemanha	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	2	10	21%
Austria	0	0	1	1	2	1	2	1	3	1	2	31	65%
BAD	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	18	38%
Banco Mundial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	31%
Bélgica	1	0	0	0	2	1	2	0	1	1	2	23	48%
Canada	0	1	1	2	2	1	1	1	3	1	2	34	71%
União Europeia	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	2	22	46%
DFID	0	1	0	2	0	1	2	1	0	1	2	34	71%
Dinamarca	1	1	1	2	2	1	2	1	3	1	2	29	60%
Espanha	0	1	1	0	0	1	2	1	3	1	2	19	40%
Finlândia	0	0	1	2	1	1	2	0	1	0	2	26	54%
França	1	1	0	0	0	0	2	1	1	1	2	24	50%
Irlanda	0	0	1	2	2	1	2	1	3	0	2	32	67%
Itália	0	0	1	2	0	0	2	0	0	0	2	20	42%
Noruega	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	2	30	63%
Países Baixos	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	18	38%
Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	15	31%
Suécia	0	1	1	0	1	1	2	0	3	0	2	28	58%
Suíça	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	2	17	35%
Pontuação média	0,2	0,6	0,5	0,7	0,6	0,5	1,1	0,6	1,7	0,5	2	23,4	0,5
Nº PAPs que atingiram as metas	3	11	9	1	2	10	10	11	9	10	17		
% dos PAPs que atingiram as metas	16%	58%	47%			53%	53%	58%	47%	53%	89%		

Anexo IV: Tabela 1B: Resumo do desempenho do grupo em 2012 (PAPs e Membros associados)

	Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO				Composição do Portfólio	Previsibilidade e Transparência					
	1	2	3	4		5	6	7	8	9	10
	% de Apoio Geral ao Orçamento no total de AOD desembolsado ao Governo.	Desembolso do compromisso de AGO no mês para o qual foi calendarizado de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o C&M	Número dos PAPs com programas multianuais ≥ 3 anos e rolantes.	Aderência dos PAPs ao condicionalismo comum do AGO conforme indicado no MdE	% de Ajuda Programática no total de AOD desembolsada ao Governo.	Desvio do valor total de apoio programático (AP) do ano n em relação aos compromissos feitos no ano n-1	Compromissos de AGO e FC para o ano n+1 feito dentro das 4 semanas após a Revisão Anual (RA) no ano n.	Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o C&M	% de PAPs com acordos multianuais sobre FC não inferiores a 3 anos.	% do AOD do ano n dos PAPs registada no Orçamento do Estado comparado com ODA ao Governo programado para o ano fiscal	AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.
Meta Grupo 2012	43%	43%	72%	100%	75%	10%	100%	50%	80%	≥ 95 e ≤ 105%	≥ 95 e ≤ 105%
Realizado grupo 2012					54%	2%	62%	19%	62%	339%	132%
Pont. 2012					0	1	0	0	0	0	0
Pont. grupo 2012					4	1	3	3	2	2	1
	Indicadores exclusivamente relacionados com o AGO				Composição do Portfólio	Previsibilidade e Transparência					
	1	2	3	4		5	6	7	8	9	10
Objectivos individuais (pontas)	>43%:3 >25%:1	>35%:2 DENTRO DO MES:3 FORA DO MES: 0	TRES ANOS E ROLANTE: 3	SEM: 3 COM ANEXO 10: 2	>75%:4 >66%:2	< 10%: 1	100%: 3 >90%: 1		SIM: 2 NAO: 0	>80% <120%: 1	
Alemanha	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0
Áustria	3	3	0	3	4	1	3	0	0	0	0
BAD	2	1	2	3	0	1	3	0	2	0	0
Banco Mundial	3	1	2	2	0	1	3	0	2	0	1
Bélgica	3	1	0	3	0	1	1	2	2	0	0
Canada	0	1	3	3	4	1	3	0	2	1	0
Comissão Europeia	3	1	2	2	0	0	3	0	2	1	0
DFID	3	3	2	3	4	1	3	2	2	1	0
Dinamarca	1	1	2	3	0	0	3	0	2	0	0
Espanha	0	0	0	1	4	0	1	0	0	1	0
Finlândia	1	3	2	3	2	0	3	0	2	0	0
França	0	3	2	3	0	1	3	0	2	0	0
Irlanda	1	1	2	3	4	1	3	0	2	1	0
Itália	2	0	2	3	0	0	3	1	2	0	0
Noruega	3	3	2	3	4	1	3	0	2	1	0
Países Baixos	1	3	0	3	2	1	1	0	0	1	0
Portugal	0	3	0	3	0	1	3	0	0	1	0
Suécia	3	3	2	3	2	1	0	0	2	1	0
Suiça	2	3	2	3	0	1	0	0	0	0	0
Estados Unidos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
Nações Unidas	0	0	0	0	2	0	1	0	0	0	
Pontuação média por doador	1,5	1,6	1,3	2,5	1,5	0,7	2,1	0,2	1,2	0,4	0,0
Nº de Doadores que atingiram as	7	9	1	16	6	14	13	1	13	9	0
% dos Doadores que atingiram as	33%	43%	5%	76%	29%	67%	62%	5%	62%	43%	33%

	Eficácia				Eficácia									Pontuação total	% da Pontuação Máxima Disponível
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
	AOD do ano n desembolsada pelos PAPs como percentagem da ajuda registada no REO.	% das provisões financeiros para os anos n+1, 2 e 3 devidamente registada no ODAMoz segundo o ciclo de orçamentação e planificação tal como indicado no Guia sobre os	% dos desembolsos do ano n incluído correctamente no ODAMOZ	Os PAPs enviados ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho	Número de sectores de intervenção por PAPs	% do AOD ao Governo dos PAPs que utiliza a CUT	% da AOD que usa os procedimentos nacionais de prestação de serviços	% do AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs auditada usando apenas	% da AOD ao Governo desembolsada pelos PAPs que usa os sistemas nacionais de aquisição	% da ajuda em projectos e FCs, para os quais não há imposição de isenções fiscais	Número total de missões e valor (em milhão de USD) de AOD ao Governo para o qual é realizado	% de missões conjuntas coordenadas (entre os PAPs) do total de missões.	Número de Unidades de Implementação de Projectos (PIUs) paralelas		
Meta Grupo 2012	≥ 95 e ≤ 105%	≥ 95 e ≤ 105%	≥ 95 e ≤ 105%	SIM	<4	80%	70%	55%	73%	95%	≤ 100 e ≥ 214 e	40%	≤ 10		
Realizado grupo 2012	132%	61%	76%	NÃO	6%	57%	50%	38%	49%	100%		18%	26%		
Pont. 2012	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3%
Pont. grupo 2012	1	1	1	1	2	2	2	2	2	1	3	1	2	36	
	Eficácia				Eficácia									Pontuação total	% da Pontuação Máxima Disponível
	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23		
Objectivos individuais (pontos)		≥ 95 e ≤ 105%	≥ 95 e ≤ 105%	SIM: 1		>80%: 2 >70%: 1	>70%: 2 >65%: 1	>=55%: 1	>=73%: 2 >=69%: 1	>=95%: 1	<10 missões: 1	> 40%: 1	<3: 2 e reduzido:		
Alemanha	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	3	0	2	10	
Áustria	0	0	0	0	1	1	2	1	2	1	3	1	2	31	
BAD	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	2	18	
Banco Mundial	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	
Bélgica	0	0	1	0	0	0	2	1	2	0	1	1	2	23	
Canadá	0	1	0	1	1	2	2	1	1	1	3	1	2	34	
Comissão Europeia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	2	22	
DFID	0	0	0	1	0	2	0	1	2	1	0	1	2	34	
Dinamarca	0	0	1	1	1	2	2	1	2	1	3	1	2	29	
Espanha	0	0	0	1	1	0	0	1	2	1	3	1	2	19	
Finlândia	0	0	0	0	1	2	1	1	2	0	1	0	2	26	
França	0	1	1	1	0	0	0	0	2	1	1	1	2	24	
Irlanda	0	0	0	0	1	2	2	1	2	1	3	0	2	32	
Itália	0	0	0	0	1	2	0	0	2	0	0	0	2	20	
Noruega	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	3	1	2	30	
Países Baixos	0	0	0	1	1	0	0	0	0	1	1	0	2	10	
Portugal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	15	
Suécia	0	0	0	1	1	0	1	1	2	0	3	0	2	28	
Suiça	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	1	0	2	17	
Estados Unidos				1	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	
Nações Unidas				0	0	0	0	0	0	1	0	0	1	5	
Pontuação média por doador	0,0	0,1	0,2	0,6	0,4	0,6	0,6	0,5	1,0	0,6	1,6	0,5	1,8	#REF!	
Nº de Doadores que atingiram as	0	2	4	12	9	6	2	10	10	13	6	0	18		
% dos Doadores que atingiram as	33%	10%	19%	57%	43%	29%	10%	48%	48%	62%	29%	0%	86%		

Anexo V: Composição do Portfólio dos PAPs - 2012 em USD

Parceiros	AOD para o GdM						AOD Não-Gov					Total AOD para Moçambique (12) = 6+11
	AOD Programática			Projectos (4)	Apoio ao Governo Provincial (5)	AOD Total para GdM (6) = 3+4+5	Apoio ao sector privado (7)	ONGs nacional (8)	ONGs Internacion al (9)	Outros (10)	Ajuda Não-Gov (11) = 7+8+9+10	
	AGO (1)	Programas sectoriais (2)	AOD Programática Total (3) = 1+2									
Alemanha	11.538.462	23.717.948		35.256.410	31.649.619	0	66.906.029	0	117.642	7.426.522	0	7.544.164
Áustria	3.205.128	641.026	1.025.641	4.871.795	265.571	0	5.137.366	13.928	26.978	155.874	0	196.780
BAD	31.083.456	0	0	31.083.456	58.315.715	0	89.399.171	0	0	0	0	0
Banco Mundial	108.845.619	19.383.951		128.229.570	103.510.683	0	231.740.253	0	0	0	0	0
Bélgica	3.846.154	1.282.051		5.128.205	3.539.160	0	8.667.365	0	0	4.592.791	501.829	5.094.620
Canada	15.000.000	63.850.000		78.850.000	358.398	4.447.159	83.655.557	0	2.204.285	5.234.562	0	7.438.847
Comissão Europeia	72.891.026	6.410.256		79.301.282	87.049.664	0	166.350.946	0	2.233.136	12.654.439	0	14.887.576
DFID	76.190.476	35.140.455	793.651	112.124.582	12.548.791	0	124.673.373	77.219	6.574.327	316.919	193.077	7.161.542
Dinamarca	10.553.633	12.588.616		23.142.249	12.784.729	1.032.987	36.959.964	14.970.569	3.695.242	3.565.917	1.933.601	24.165.329
Espanha	0	1.923.077		1.923.077	243.590	0	2.166.667	0	0	6.476.417	0	6.476.417
Finlândia	8.960.000	12.800.000		21.760.000	9.115.154	0	30.875.154	0	640.000	0	0	640.000
França	2.564.103	0	0	2.564.103	23.270.861	0	25.834.963	184.049	192.308	69.322	0	445.678
Irlanda	11.538.462	24.102.564	0	35.641.026	1.224.359	2.745.219	39.610.603	886.654	2.837.776	2.803.753	976.520	7.504.702
Itália	5.128.205	2.348.715	0	7.476.920	6.401.496	0	13.878.416	0	0	3.120.390	3.112.395	6.232.785
Noruega	23.235.800	14.580.213	0	37.816.013	12.064.885	0	49.880.898	3.070.912	5.183.305	3.441.652	0	11.695.869
Países Baixos	11.538.462	18.782.051	0	30.320.513	6.983.594	0	37.304.107		3.129.347	4.983.203		8.112.550
Portugal	1.923.077	320.513		2.243.590	3.719.069		5.962.659		615.676		1.081.356	1.697.032
Suécia	43.574.594	4.959.913	2.224.466	50.758.973	21.029.952	0	71.788.925	2.040.540	0	21.988.149	6.844.392	30.873.081
Suiça	7.712.766	5.744.681	0	13.457.447	8.218.813	0	21.676.260	3.269.149	2.756.383	2.781.914	3.371.896	12.179.342
TOTAL	449.329.423	248.576.030	4.043.757	701.949.210	402.294.103	8.225.364	1.112.468.677	24.513.020	29.481.875	79.611.822	18.015.065	152.346.313

Anexo VI: Composição do Portfólio dos PAPs com membros associados - em 2012 em USD

Parceiros	AOD para o GdM						AOD Não-Gov					Total AOD para Moçambique (12) = 6+11
	AOD Programática			Projectos (4)	Apoio ao Gov. Provincial (5)	AOD Total para GdM (6) = 3+4+5	Apoio ao sector privado (7)	ONGs nacional (8)	ONGs Internacional (9)	Outros (10)	Ajuda Não-Gov (11) = 7+8+9+10	
	AGO (1)	Programas sectoriais (2)	AOD Programática Total (3) = 1+2									
Alemanha	11.538.462	23.717.948	0	35.256.410	31.649.619	0	66.906.029	0	117.642	7.426.522	0	7.544.164
Áustria	3.205.128	641.026	1.025.641	4.871.795	265.571	0	5.137.366	13.928	26.978	155.874	0	196.780
BAD	31.083.456	0	0	31.083.456	58.315.715	0	89.399.171	0	0	0	0	0
Banco Mundial	108.845.619	19.383.951	0	128.229.570	103.510.683	0	231.740.253	0	0	0	0	0
Bélgica	3.846.154	1.282.051	0	5.128.205	3.539.160	0	8.667.365	0	0	4.592.791	501.829	5.094.620
Canada	15.000.000	63.850.000	0	78.850.000	358.398	4.447.159	83.655.557	0	2.204.285	5.234.562	0	7.438.847
Comissão Europeia	72.891.026	6.410.256	0	79.301.282	87.049.664	0	166.350.946	0	2.233.136	12.654.439	0	14.887.576
DFID	76.190.476	35.140.455	793.651	112.124.582	12.548.791	0	124.673.373	77.219	6.574.327	316.919	193.077	7.161.542
Dinamarca	10.553.633	12.588.616	0	23.142.249	12.784.729	1.032.987	36.959.964	14.970.569	2.970.711	3.565.917	1.933.601	24.165.329
Espanha	0	1.923.077	0	1.923.077	243.590	0	2.166.667	0	0	6.476.417	0	6.476.417
Finlândia	8.960.000	12.800.000	0	21.760.000	9.115.154	0	30.875.154	0	640.000	0	0	640.000
França	2.564.103	0	0	2.564.103	23.270.861	0	25.834.963	184.049	192.308	69.322	0	445.678
Irlanda	11.538.462	24.102.564	0	35.641.026	1.224.359	2.745.219	39.610.603	886.654	2.837.776	2.803.753	976.520	7.504.702
Itália	5.128.205	2.348.715	0	7.476.920	6.401.496	0	13.878.416	0	0	3.120.390	3.112.395	6.232.785
Noruega	23.235.800	14.580.213	0	37.816.013	12.064.885	0	49.880.898	3.070.912	5.183.305	3.441.652	0	11.695.869
Países Baixos	11.538.462	18.782.051	0	30.320.513	6.983.594	0	37.304.107	0	3.129.347	4.983.203	0	8.112.550
Portugal	1.923.077	320.513	0	2.243.590	3.719.069	0	5.962.659	0	615.676	0	1.081.356	1.697.032
Suécia	43.574.594	4.959.913	2.224.466	50.758.973	21.029.952	0	71.788.925	2.040.540	0	21.988.149	6.844.392	30.873.081
Suiça	7.712.766	5.744.681	0	13.457.447	8.218.813	0	21.676.260	3.269.149	2.756.383	2.781.914	3.371.896	12.179.342
Estados Unidos					150.007.213	318.789	150.326.002		3.112.180	253.111.029		256.223.209
Nações Unidas		4.138.000		4.138.000	43.811.741	255.176	48.204.917		2.935.935	5.964.053	1.575.668	10.475.656
TOTAL	437.942.904	313.235.487	751.178.392	602.202.163	4.826.389	1.358.206.944	27.578.571	45.468.149	283.168.465	14.042.181	370.257.365	1.728.464.309

Anexo VII: Composição do Portfólio dos PAPs com membros associados – Fundos Comuns - em 2012 em USD

PAPs	GESTÃO DE FINANÇAS PÚBLICAS	REFORMA DO SECTOR PÚBLICO	ESTATÍSTICAS NACIONAIS	AGRICULTURA	SAÚDE	EDUCAÇÃO	IMPOSTOS	TRIBUNAL ADMINISTRATIVO	HIV/SIDA	ÁGUA E SANEAMENTO	ESTRADAS	ACÇÃO SOCIAL	PESCAS	PROGRAMA NACIONAL DE PLANIFICAÇÃO E FINANÇAS DESCENTRALIZADAS	PROGRAMA NACIONAL DE DE AGUA E SANEAMENTO RURAL	INSPEÇÃO GERAL DAS FINANÇAS	TOTAL
	UTRAFE	UTRESP	INE	Agricultura	PROSAUDE II	FASE	ATA	TAA	CNCS	ASAS	PRISE	INAS	Pescas	PNPFD	PRONASAR	IGF	
Alemanha	-	-	-	-	-	20.512.820	2.179.487	1.025.641	-	-	-	-	-	-	-	0	23.717.948
Áustria	-	-	-	641.026	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	641.026
BAD	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Banco Mundial	-	-	-	-	-	11.663.777	-	-	-	-	-	-	-	7.720.174	-	0	19.383.951
Bélgica	-	-	-	-	-	-	1.282.051	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1.282.051
Canada	-	-	2.250.000	-	34.000.000	26.000.000	-	-	1.600.000	-	-	-	-	-	-	0	63.850.000
Comissão Europeia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.410.256	-	-	-	-	0	6.410.256
DFID	-	-	-	-	11.111.111	7.142.857	1.233.333	-	571.429	-	3.968.254	3.174.603	-	-	7.936.508	-	35.140.455
Dinamarca	6.107.266	-	1.072.664	-	-	-	-	-	-	-	5.098.033	-	-	-	-	0	12.588.615
Espanha	-	-	-	-	1.923.077	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	1.923.077
Finlândia	-	-	-	3.200.000	-	8.960.000	-	640.000	-	-	-	-	-	-	-	0	12.800.000
França	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	0
Irlanda	-	-	-	-	17.307.692	6.410.256	-	-	-	-	-	-	-	384.615	-	0	24.102.564
Itália	-	-	-	-	1.066.664	1.282.051	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	2.348.715
Noruega	2.554.740	-	860.585	-	-	-	1.204.819	-	-	-	-	-	9.960.069	-	-	0	14.580.213
Países Baixos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.782.051	-	-	-	-	-	-	18.782.051
Portugal	-	-	-	-	-	320.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	320.513
Suécia	-	-	-	-	-	-	-	2.363.368	-	-	1.488.717	-	-	-	-	1107828,66	4.959.913
Suiça	-	-	-	-	4.893.617	-	-	-	-	-	-	-	-	851.064	-	0	5.744.681
Estados Unidos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
Nações Unidas	-	-	300.000	-	1.700.000	1.000.000	-	-	-	-	-	-	-	1.138.000	-	-	4.138.000
Total	8.662.006	0	4.483.249	3.841.026	49.800.852	82.971.762	5.899.690	1.665.641	2.171.429	18.782.051	15.476.543	3.174.603	9.960.069	9.242.789	7.936.508		206.707.008

Anexo VIII: Harmonização e condicionalismos

PAPs	Acordos plurianuais não inferiores a 3 anos (Ind. 3)	Compromisso de AGO 2013 feitos 4 semanas após fim da RA em 2012 (Ind. 7)	Desembolso do compromisso AGO 2011 conforme o calendário de desembolsos (Ind. 2)	(Porcentagem de) Desembolso dos compromissos dos FC no mês para o qual foi calendarizado, de acordo com a programação mensal de desembolsos acordada com o GdM (Ind. 8)	Aderência ao condicionalismo comum do AGO (Ind. 4)	Sem exceções bilaterais no Anexo 10 (Ind. 4)	Data de envio do questionário Data Limite (8 de Fevereiro) – ind. 14	Os PAPs enviam ao Governo dentro do prazo estabelecido a informação relacionada com o seu desempenho - ind. 14	Número de sectores de intervenção por PAPs (Indi. 8)
Alemanha	NÃO	NÃO	NÃO	0%	NÃO	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	11
Áustria	NÃO	SIM	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	12 /Fevereiro	NÃO	2
BAD	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	0%	SIM	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	8
Banco Mundial	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	0%	Yes	SIM	1 /Marco	NÃO	0
Bélgica	NÃO	SIM	Dentro do Trimestre	0%	SIM	NÃO	15 /Fevereiro	NÃO	6
Canada	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	100%	SIM	NÃO	7 Fevereiro	NÃO	1
Comissão Europeia	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	1%	SIM	SIM	7/Fevereiro	NÃO	11
DFID	NÃO	SIM	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	6
Dinamarca	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	72%	NÃO	NÃO	8 /Fevereiro	SIM	3
Espanha	NÃO	NÃO	NÃO	11%	NÃO	NÃO	7 /Fevereiro	SIM	1
Finlândia	SIM	SIM	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	11/ Fevereiro	NÃO	2
França	SIM	SIM	Dentro do Mes	10%	SIM	NÃO	7 /Fevereiro	NÃO	9
Irlanda	SIM	SIM	Dentro do Trimestre	0%	SIM	NÃO	11 /Fevereiro	NÃO	0
Itália	SIM	SIM	NÃO	24%	SIM	NÃO	12 /Fevereiro	NÃO	3
Noruega	SIM	SIM	Dentro do Mes	37%	SIM	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	3
Países Baixos	NÃO	NÃO	Dentro do Mes	18%	SIM	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	1
Portugal	NÃO	SIM	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	14 /Marco	NÃO	0
Suécia	SIM	NÃO	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	8 /Fevereiro	NÃO	3
Suíça	SIM	NÃO	Dentro do Mes	0%	SIM	NÃO	13 /Fevereiro	NÃO	6
Estados Unidos	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	7 /Fevereiro	SIM	9
Nações Unidas	n/a	SIM	n/a	0%	n/a	n/a	15 /Fevereiro	NÃO	18
Total PAPs (SIM)	12		14		15	2			2
Porcentagem	57%		67%		71%	9.5%			9.5%

Anexo IX: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (valores em USD)

PAPs	AOD para o GdM registada no OE 2011 (Ind. 10)	% ODA para o Governo desembolsado registado no REO (Indi. 11)	AOD desembolsada para o GdM em 2011 usando os sistemas nacionais de execução orçamental - CUT (Ind. 16)	AOD desembolsada para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (TA) (Ind. 17)	AOD desembolsada para o GdM que foi auditada usando apenas os sistemas nacionais de auditoria (TA) (Ind. 18)	AOD desembolsada pra o GdM usando os sistemas nacionais de Procurement (Ind. 19)
Alemanha	46.114.100	16.853.525	35.256.410	11.538.462	11.538.462	35.256.410
Áustria	3.378.900	3.068.473	3.846.154	3.846.154	3.205.128	4.871.795
BAD	170.550.900	78.575.877	34.144.875	31.083.456	31.083.456	31.083.456
Banco Mundial	325.431.000	209.037.903	153.551.516	153.551.516	40.309.701	52.844.693
Bélgica	3.658.200	626.886	5.128.205	8.667.365	5.128.205	8.667.365
Canada	80.543.100	14.683.847	83.655.557	83.655.557	49.655.557	57.655.557
União Europeia	137.325.400	200.493.340	79.301.282	79.301.282	79.301.282	79.301.282
DFID	109.249.800	79.449.947	112.124.582	79.365.079	76.190.476	104.981.725
Dinamarca	32.592.700	11.824.761	33.540.733	32.845.478	31.772.814	32.845.478
Espanha	18.295.100	1.064.718	2.166.667	0	2.166.667	2.166.667
Finlândia	26.803.300	9.174.637	28.655.680	21.120.000	30.070.830	30.070.830
França	34.893.500	14.762.487	2.564.103	2.564.103	2.564.103	24.033.085
Irlanda	37.572.800	12.220.864	35.641.026	35.641.026	29.230.769	35.641.026
Itália	29.820.300	6.142.118	13.878.417	5.128.205	5.128.205	13.878.417
Noruega	41.835.900	23.235.707	32.874.870	32.874.870	23.235.800	32.874.870
Paises Baixos	32.714.300	21.547.503	22.136.295	12.564.103	17.756.410	18.782.051
Portugal	200.072.400	101.364.931	0	0		0
Suécia	63.397.500	53.533.723	47.045.790	47.045.790	43.574.594	52.394.715
Suiça	11.023.300	7.219.695	13.457.447	13.457.447	13.457.447	13.656.047
Total	1.405.272.500	1.113.385.879	738.969.608	654.249.892	495.369.906	631.005.468
Estados Unidos	261.106.700	0	0	0	0	0
Nações Unidas	31.881.900	864.880.942	2.350.000	5.939.543	5.939.543	5.939.543
Total	1.698.261.100	1.978.266.821	741.319.608	660.189.435	501.309.449	636.945.012

Anexo X: Uso dos sistemas do Governo em 2012 (em percentagens do valor total desembolsado ao GdM)

PAPs	AOD para o GdM registada no OE 2011 (Ind. 10)	% ODA para o Governo desembolsado registado no REO (Indi. 11)	AOD desembolsada para o GdM em 2011 usando os sistemas nacionais de execução orçamental - CUT (Ind. 16)	AOD desembolsada para o GdM usando os procedimentos nacionais de prestação de relatórios financeiros (TA) (Ind. 17)	AOD desembolsada para o GdM que foi auditada usando apenas os sistemas nacionais de auditoria (TA) (Ind. 18)	AOD desembolsada pra o GdM usando os sistemas nacionais de Procurement (Ind. 19)
Alemanha	69%	61%	53%	17%	17%	53%
Áustria	66%	72%	75%	75%	62%	95%
BAD	191%	88%	38%	35%	35%	35%
Banco Mundial	140%	99%	66%	66%	17%	23%
Bélgica	25%	22%	59%	100%	59%	100%
Canada	96%	94%	100%	100%	59%	69%
União Europeia	77%	124%	48%	48%	48%	48%
DFID	103%	92%	90%	64%	61%	84%
Dinamarca	70%	65%	91%	89%	86%	89%
Espanha	117%	138%	100%	0%	100%	100%
Finlândia	77%	71%	93%	68%	97%	97%
França	128%	57%	10%	10%	10%	93%
Irlanda	95%	92%	90%	90%	74%	90%
Itália	139%	61%	100%	37%	37%	100%
Noruega	93%	76%	66%	66%	47%	66%
Países Baixos	91%	61%	59%	34%	48%	50%
Portugal	8918%	1705%	0%	0%	0%	0%
Suécia	86%	81%	66%	66%	61%	73%
Suiça	63%	60%	62%	62%	62%	63%
Total	124%	78%	66%	59%	45%	57%
Estados Unidos	146%	0%	0%	0%	0%	0%
Nações Unidas	70%	1794%	5%	12%	12%	12%
Total	338,8%	132%	56,5%	50,4%	38,2%	48,6%

Anexo XI: Trabalho conjunto em 2012

Parceiros	Missões Totais	Missões Conjuntas	Missões Individuais	Valor pelo qual a agência realiza uma missão (ind. 21)	% Missões Conjuntas (Ind. 22)
Alemanha	3	1	2	22.302.010	33%
Áustria	0	0	0	N/A	100%
BAD	38	2	36	2.352.610	5%
Banco Mundial	50	0	50	4.634.805	0%
Bélgica	2	1	1	4.333.683	50%
Canada	2	1	1	41.827.779	50%
União Europeia	2	2	0	83.175.473	100%
DFID	13	8	5	9.590.259	62%
Dinamarca	2	1	1	18.479.982	50%
Espanha	0	0	0	N/A	100%
Finlândia	4	0	4	7.718.789	0%
França	7	5	2	3.690.709	71%
Irlanda	1	0	1	39.610.603	0%
Itália	13	0	13	1.067.570	0%
Noruega	0	0	0	49.880.898	100%
Países Baixos	9	0	9	4.144.901	0%
Portugal	8	6	2	745.332	75%
Suécia	2	0	2	35.894.462	0%
Suiça	2	0	2	10.838.130	0%
Total	158	27	131	1.112.468.677	17%
Estados Unidos	24	0	0	6.263.583	0%
Nações Unidas	32	11	21	1.506.404	34%
Total	214	38	152	6.126.166	18%

Anexo XII: Tabela 7.1: Unidades de Implementação de Projectos Paralelos (UIPs) em 2012

PAPs	Número em 2012	Número em 2011	Observação
Alemanha	0	0	
Áustria	1	1	
BAD	0	0	
Banco Mundial	21	16	
Bélgica	0	0	
Canada	0	0	
União Europeia	0	0	
DFID	0	0	
Dinamarca	2	2	
Espanha	0	1	
Finlândia	1	0	
França	0	0	
Irlanda	0	0	
Itália	0	3	
Noruega	0	0	
Países Baixos	0	0	
Portugal	1	0	
Suécia	0	0	
Suiça	0	0	
Total	26	23	
Estados Unidos	1	1	
Nações Unidas	0	0	
Total	27	24	

Anexo XIII: Impostos em 2012

PAPs	Montante desembolsado através Programas sectoriais (PS) = Fundos Comuns (FCs)	Montante dos Fundos Comuns que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos	Montante desembolsado através de projectos	Montante dos projectos que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos	Valor Total Desembolsado para Programas sectoriais e projectos	Montante total de FC e Projectos que não impõe isenção ao pagamento de impostos e direitos.	% da ajuda a FC e projectos que não impõe isenção de pagamento de impostos (Indi. 20)
Alemanha	23.717.948	23.717.948	31.649.619	26.141.190	55.367.567	49.859.138	90%
Áustria	641.026	641.026	265.571	265.571	906.597	906.597	100%
BAD	0	0	58.315.715	58.315.715	58.315.715	58.315.715	100%
Banco Mundial	19.383.951	19.383.951	104.397.822	104.397.822	123.781.773	123.781.773	100%
Bélgica	1.282.051	1.282.051	3.539.160	1.561.832	4.821.211	2.843.883	59%
Canada	63.850.000	63.850.000	358.398	358.398	64.208.398	64.208.398	100%
União Europeia	6.410.256	6.410.256	87.049.664	87.049.664	93.459.920	93.459.920	100%
DFID	35.140.455	35.138.095	12.548.791	12.548.791	47.689.246	47.686.886	100%
Dinamarca	12.588.616	12.277.963	12.784.729	0	25.373.345	12.277.963	48%
Espanha	1.923.077	1.923.077	243.590	243.590	2.166.667	2.166.667	100%
Finlândia	12.800.000	12.800.000	9.115.154	0	21.915.154	12.800.000	58%
França	0	0	23.270.861	23.270.861	23.270.861	23.270.861	100%
Irlanda	24.102.564	24.102.564	1.224.359	1.224.359	25.326.923	25.326.923	100%
Itália	2.348.715	0	6.401.496	6.401.496	8.750.211	6.401.496	73%
Noruega	14.580.213	14.580.213	12.064.885	12.064.885	26.645.098	26.645.098	100%
Países Baixos	18.782.051	18.782.051	6.983.594	6.983.594	25.765.645	25.765.645	100%
Portugal	320.513	320.513	3.719.069	2.105.373	4.039.582	2.425.886	60%
Suécia	4.959.913	4.959.913	21.029.952	14.942.475	25.989.865	19.902.388	77%
Suiça	5.744.681	5.744.681	8.218.813	8.218.813	13.963.494	13.963.494	100%
Total	248.576.030	245.914.303	403.181.242	366.094.429	651.757.272	612.008.733	94%
Estados Unidos	0	-	150.007.213	-	150.007.213	-	0%
Nações Unidas	4.138.000	4.138.000	43.811.741	43.460.044	47.949.741	47.598.044	99%
Total	252.714.030	250.052.303	597.000.196	409.554.473	849.714.226	659.606.776	78%

Questionnaire for “Mozambique Programme Aid Partners Performance: Review 2012”

Important Information

This questionnaire is for the purpose of the annual evaluation of Programme Aid Partners Performance, which includes associate We kindly ask you to return the questionnaires duly filled out and sent to the PAPs secretariat by **1st of February** Interviews with all PAPs, associated members and the GoM will take place after reception of the questionnaire in the week of 5-14th

The schedule for this study is very tight, for this, we need the full understanding and cooperation of all involved parties.

In case of questions please contact Benilde Graciete Garrine (bengar@um.dk), 823916435 ou mpd.secretariado@yahoo.com or by phone: 827187750 (Hanifa Ibrahim), 823061379 (Sergio Hele) ou 820886985 (Orlando Penicela)

Attached to this questionnaire are: (i) a questionnaire with qualitative questions, which need also to be answered; (ii) an identification of funds that are defined as programme-based sector aid; (iii) a note with technical information including exchange

Thank you for your collaboration.

Identification of the Organization

Date:

Country:

Agency:

Address:

Phone number:

Fax number:

Person who filled the form (name/post):

Phone number (land line and mobile phone):

Email:

Supervisor/Person in Charge (name/post): same as above

1. Portfolio Composition

Aggregated portfolio composition: Commitments and Disbursements of ODA in 2012

Table 1: ODA to the GoM committed and disbursed (in units of USD) for 2012 (PAF indicators 1, 5 e 6)

	Aid Modality	Committed	Disbursed	ODAMOZ DATA	
PAPs Ind. 5	1 Program Aid	0	0	0	
PAF ind. 1	1,1 General Budget Support				
	1,2 Programme-based Sector Aid - Fundos Comuns (see note 2 bel.)				
	1,3 Other programme support				
	2 Project Aid				
	3 Support to Provincial Government (non - PBS)				
	4 Sub-Total ODA to GoM	0	0	0	
	5 provided through other donors (see note 6 below)				
	6 Private Sector Support				
	7 National NGOs				
	8 International NGOs				
	9 Other agency costs (classified as aid)				
	10 Sub-Total NON GoM ODA	0	0	0	
PAPs Ind. 6	11 Total AID to MOZ	0	0	0	

Note: This data should be available in ODAMoz. When filling out these items please cross check information available in ODAMoz and ensure that figures are equal.

Notes: (1) Please, make sure that you fill in the data in units of USD (for example, 10,000,000 instead of 10 million); (2) Programme-based sector aid includes only the sector common funds identified in the attached tables. If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the relevant reference group; (3) Use the same exchange rate for both disbursements and commitments as provided in the questionnaire's technical notes (attached); (4) *Disbursement*: please put values disbursed directly to GoM for GBS, Programme Based Sector Aid and Other Support in the form of Programmes; (5) *Commitments*: for GBS and Programme Based Sector Aid, please put the amount committed. For Other Support in the form of programmes, project aid and support to provincial government please put figures scheduled for disbursement. (6) This question asks donors to report ODA which is channelled through another donor or multilateral agency at the country level in the context of silent partnership, delegated co-operation, multi-donor trust or similar arrangement. (7) Please do not fill any cell in orange, as they contain automatic formulas. (8) See definitions sheet for clarification

5. Please disaggregate the ODA to GoM through other donors

	Name of Project	Name of recipient GoM Institution	Donor through which disbursement is made	Value Disbursement 2012	CONTROLO
	Total			0 0	

Note: Please insert as many rows as necessary.

For item 1.1 only (GBS) in Table 1 (above), in case of difference between "Committed" and "Disbursed", please explain the reasons for the difference:

(a) Related to the Government of Mozambique (GoM)

Please, specify:

(b) Related to the donor (Y/N):

Please, specify:

(c) Other reasons:

Were the causes for the differences (as mentioned above) between commitments and disbursements:

(a) Discussed with the GoM ? (Y/N):

(b) Discussed with other PAPs? (Y/N):

Add additional explanatory information if necessary:

2. Predictability and Transparency

2.1. Disbursements and the State Budget

Table 2.A: Schedule of commitments and disbursements of GBS and Common Funds in 2012 (in units of USD) (PAF indicators 2, 3, 7, 8)

		Yes	No	Explain
PAPs Ind. 3	Does your organisation have a rolling multi annual agreement with GoM of at least 3 years for GBS (2013-2015) (a)			
PAPs Ind. 9	Does your organisation have a multi annual agreement for CF with GoM of at least 3 years (a)			
PAPs Ind. 7	Were your financial commitments for GBS & Common Funds in 2013 made within 4 weeks after the Annual Review in 2012? (b)			
PAPs Ind. 2	Did your organization disburse all the committed GBS funds for 2012 according to the disbursement schedule agreed? (b)			
PAPs Ind. 8	Did your organization disburse all the committed funds for Common Funds (CFs) 2012 according to the disbursement schedule agreed? (b)			

Notes: (a) Please include link to website where these documents can be found; (b) Answers will be cross checked with information provided by the Treasury.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

Tabel 2.B ODA recorded in the budget in 2012 & in REO 2012 (in US\$) (PAF indicators 10 and 11)

		Value (in units of USD)	Explain
PAPs Ind. 10	How much ODA was recorded in the budget (OE 2012)		
PAPs Ind. 10	Is it possible to identify specific categories of items NOT recorded in the State Budget that should have been recorded? Please, indicate the items.		
PAPs Ind. 11	How much ODA disbursed was recorded in the Budget Execution Report (REO 2012) (a)		
PAPs Ind. 11	Is it possible to identify specific categories of items NOT recorded in the BER that should have been recorded? Please, indicate the items.		

Note: . Please use the exchange rates provided in **annexe iii. (a)** Given that the REO 2012 is expected to be available from February 15, it is suggested to record the estimated value that should be reported in the REO.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

2.2 MTEF (PAF Indicator 12 and 13)

Tabel 2.C Tabel values disbursed in ODAMOZ (in US\$) (PAF indicators 12 and 13)

		Value (in units of USD) recorded for 2013 as ON BUDGET in ODAMOZ	Value (in units of USD) recorded for 2013 as programmed	Difference	Explain
PAPs Ind. 12	% of financial provisions for n+1, 2 e 3 correctly registered in ODAMoz according to "Guião sobre os Recursos Externos"			0	
		Value (in units of USD) recorded as disbursed for 2012 in ODAMOZ (Aid to Gov)	Value (in units of USD) recorded for by PAP as disbursed (should be = F66)	Difference	Explain
PAPs Ind. 13	% of disbursements of year n correctly included in ODAMOZ		0	0	

Note:

2.3 Sectors & tax exemption

Tabel 2.D Programme-based sector aid for 2012 (PAF indicators 5, 15 and 20)

	SECTORS	Programme	How do you participate : Donor, Lead Donor or Observer	Funds disbursed (in units of USD) (A) - only for programme-based aid	Have you delegated cooperation to another donor? (Y/N, specify)	Has another donor	Where tax exemption conditions imposed? (Y/N)
1	Public Finance Management	UTRAFE					
2	General Finance Inspection	IGF					
3	National Statistic	INE					
4	Agriculture	PROAGRI					
5	Health	PROSAUDE II					
6	Education	FASE					
7	Tax	ATA					
8	Tribunal Administrativo	TAA					
9	HIV/SIDA	CNCS					
10	Water and Sanitation	ASAS					
11	Roads	PRISE					
12	Social Protection	INAS					
13	Fisheries	FC-Pescas					
14	Decentralization	PNPFD					
15	Agua e Saneamento rural	PRONASAR					
	TOTAL			0			

Notes: (a) Please put data only for programme-based aid (for example, agriculture: PROAGRI; health: ProSaude II, education: FASE). If the PAP believes that other sector aid programmes qualify as programme-based sector aid given the OECD/DAC criteria, please present the case duly justified to the focal point.

Tabel 2.E Project-based sector aid for 2012 (PAF indicators 15 and 20)

SECTORS (fill in the names of the sectors where your agency operates with projects)	Designation of the Project	OECD Code (1)	How do you participate : Donor, Lead Donor or Observer	Funds disbursed (in units of USD) (A)	Have you delegated coop	Has another delegated cooperatio
TOTAL				0		

Notes: (1) Please find list of OECD/DAC codes enclosed in the third sheet.

3. Harmonization and Alignment

Tabel 3.A Common conditionality in 2012 (PAF indicator 4)

		Yes	No	Explain
PAP Ind. 4	Has your organization adhered to the common conditionalities of GBS as defined in the MoU?			
PAP Ind. 4	Has your organization changed the amounts committed and disbursed? If yes please explain.			
PAP Ind. 4	Have the other PAPs agreed with your analysis of the problem and have they supported your decision?			
PAP Ind. 4	Does/did your organization have annex 10 exceptions in the MoU?			

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

Tabel 3.B Utilisation of government systems and reporting in 2012 (PAF indicators 16, 17, 18 and 19)

		Amount (in units of USD)	Explain (provide name or programmes or projects)
PAP Ind. 16	ODA that is disbursed through Single Treasury Account		
PAP Ind. 17	ODA that is audited using ONLY national auditing systems.		
PAP Ind. 18	ODA that requires ONLY national financial reporting systems.		
PAP Ind. 19	ODA that utilises ONLY national procurement systems.		

Note: For common funds please fill in the information according to the criteria defined in the Sector Budget Support Assessment table (attached). This information will be cross checked for consistency with the Sector Budget Support Assessment table. If you include non-programme based sector aid, please use the third column to specify the projects you have included. This information can be discussed during each PAP interview.

Please, add details deemed necessary to clarify the answers given above:

Tabel 3.C PAPs missions in 2012 (PAF indicators 21, 22)

		Number	Other agencies involved - coordinated	Description
	Total missions			
PAP Ind. 22	Joint missions (a, b)			
	Total Aid Disbursed to GOV	0		
PAP Ind. 21	Total Aid Disbursed to GOV/ Numero total de missoes	#DIV/0!		

Note: (a) For definitions of these concepts, please see other sheet "definitions". (b) Please, make sure that you list the joint missions and indicate the other agencies involved, such that we can avoid double counting. For this questionnaire joint missions and coordinated missions are the same thing. Joint missions can be understood as missions

In order to facilitate consolidation, please list below for each JOINT mission the date, description and list of other donors involved:

Nr.	Date	Description	Other donor

Table 3.D Number of parallel Project Implementation Units (PIUs) in 2012 (PAF indicator 23)

		Number	Sector	Other agencies involved
PAP Ind. 23	Number of parallel PIUs in place			
	What do you intend to do with existing parallel PIUs?			

Please, add any details deemed necessary to clarify the answers above:

Notes: (a) For definitions of these concepts, please see other sheet "definitions"

Anexo XV: Questionário de Inquérito sobre o Desempenho dos Parceiros nas Províncias



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE MINISTÉRIO DA PLANIFICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DIRECÇÃO NACIONAL DA PLANIFICAÇÃO

Questionário sobre Eficácia da Ajuda Prestada pelos Parceiros ao Nível das Províncias

1. Contexto

O Memorando de Entendimento sobre a concessão do Apoio Geral ao Orçamento assinado em Março de 2009 pelo Governo de Moçambique (GdM) e Parceiros de Apoio Programático (PAPs), prevê uma avaliação Anual do Desempenho dos PAPs.

O GdM assumiu a responsabilidade sobre a avaliação Anual de Desempenho dos PAPs em Moçambique, tendo com efeito, realizado a sua primeira avaliação em 2012, referente ao ano 2011, através do Ministério da Planificação e Desenvolvimento (MPD), que constituiu a sétima do total das avaliações anuais já realizadas.

Neste contexto, cabe ao Governo conduzir o processo de avaliação de desempenho dos PAPs referente ao ano 2012, como parte integrante da Revisão Anual de 2013. Para a realização da avaliação de desempenho dos PAPs, que irá iniciar no mês de Fevereiro de 2013, o MPD e os Parceiros partilham da iniciativa de envolver os actores-chave também nos níveis descentralizados com destaque para os Governos Provinciais.

Para este exercício, definiu-se como metodologia de colecta de informação, um Questionário, que deverá ser preenchido ao nível das províncias até ao dia 15 de Fevereiro. Para eventuais dúvidas ou Questões de Esclarecimento, queiram por favor contactar alternativamente os números:

Eng. Hanifa Ibrahim (827187750); Orlando Penicela (820886985); Sérgio Hele (823061379); Fernando Ngoca (8286645170).

2. Objectivos

A avaliação do desempenho dos PAPs, constitui parte integrante do processo de prestação de contas mútua entre o GdM e os PAPs e baseia-se nos indicadores do Quadro de Avaliação de Desempenho (QAD) dos PAPs, em anexo. Este quadro tenta captar os progressos dos Parceiros relacionado com 3 objectivos: (i) **Composição do Portfólio**, (ii) **Previsibilidade & Transparência** e (iii) **Alinhamento e Harmonização**.

3. Questões

01	<p>1.1. Tem alguma ideia de quantos Parceiros de Cooperação estão operando na sua Província? Quais são?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>1.2. Quantas ONG's Internacionais actuam na sua Província?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>1.3 Há novos Parceiros a actuar na Provincias? Quais?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>1.4 É notoria a concentração de parceiros em algumas áreas sectoriais? Quais?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>1.5 Percebe-se alguma continuidade e sustentabilidade na acção dos parceiros?</p> <p><i>{Em outras, palavras os Parceiros ficam por um período relativamente longo (mais de 5 anos) ou a maioria tem projectos de curto prazo?}</i></p> <p>Resposta: (MENOS DE 5 ANOS/MAIS DE 5 ANOS)</p>
02	<p>2.1 O alinhamento dos parceiros aos processos de planificação e execução da despesa a nível local é eficaz? <i>{Em outras palavras, os Parceiros providenciam a informação que o Governo precisa para elaboração das propostas do CFMP/OE e do PES}</i></p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>2.2 O alinhamento tem vindo a melhorar? (SIM/NÃO) Como?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
03	<p>3.1. Na sua Província, os Parceiros usam os sistemas nacionais (uso de SISTAFE, CUT, Procurement e Auditoria)?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>3.2. Quais os principais constrangimentos para os Parceiros usarem os sistemas do Governo? (visto do TA, outros?)</p> <p>Resposta: _____</p>

	<p>3.3. O processo de orçamentação Provincial é acompanhado por consulta da base de dados ODAMOZ? (SIM/NÃO)</p> <p>Em caso de não poder esclarecer esta pergunta, especifique a razão:</p> <p>_____</p>
04	<p>4.1. Os parceiros tendem a utilizar os quadros nacionais de monitoria?</p> <p><i>{Em outras palavras, os Parceiros usam os mesmos indicadores e relatórios de prestação de contas do Governo ou usam outros relatórios}</i></p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>4.2. Se não, que sistemas (relatórios) de monitoria são usados pelos Parceiros?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
05	<p>5. Harmonização dos parceiros: os parceiros trabalham de forma coordenada entre eles?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
06	<p>6.1. Os parceiros relacionam-se com os representantes do sector privado activos a nível local?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>6.2. Houve acções conjuntas entre parceiros de cooperação e empresas privadas?</p> <p>Se SIM, de que tipo e com que resultado e/ou impacto?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
	<p>7.1. Existem fora de diálogo entre os parceiros de desenvolvimento e as autoridades Governamentais ao nível da Província e do Distrito? (SIM/NÃO) Quais são?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>

07	<p>7.2. A Sociedade Civil (CS) e o Sector Privado (SP) estão envolvidos nesses fora?</p> <p>Resposta: SC: SIM/NÃO – SP SIM/NÃO</p> <p>7.3. O Governo distrital dialoga directamente com os parceiros de Cooperação ou as actividades de Cooperação ao desenvolvimento são geridas por trâmite do Governo provincial?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
08	<p>8.1. Como é garantida a transparência nas actividades dos parceiros em apoio ao Desenvolvimento local e do País? <i>{Em outras palavras, como é que o Governo Provincial e Distrital ficam informados sobre as actividades/desembolsos dos Parceiros }</i></p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p> <p>8.2. Como os parceiros poderiam melhorar neste sentido?</p> <p>Resposta: _____</p> <p>_____</p>
09	<p>9.1. Quantas missões dos representantes dos Parceiros é que o seu Governo recebeu em 2012? <i>(Pode ser uma estimativa p.e. <5, < 10, <20, <30)</i></p> <p>Resposta: _____</p>
10	<p>10.1. Como o Governo Provincial avalia o trabalho dos Parceiros de Cooperação?</p> <p><i>(Satisfatório, Misto ou Insatisfatório)</i></p> <p>Resposta: _____</p> <p>10.2. A nível local, existe a possibilidade de partilhar eventuais críticas ou sugestões?</p> <p>Resposta: _____</p>

